

Anderson Moreira Aristides dos Santos
Anderson David Gomes dos Santos
Rafael de Oliveira Rodrigues
(orgs.)

Ensaaios sobre a Economia do Sertão de Alagoas

Anderson Moreira Aristides dos Santos
Anderson David Gomes dos Santos
Rafael de Oliveira Rodrigues
(orgs.)

Ensaaios sobre a Economia do Sertão de Alagoas

PACO  EDITORIAL

Conselho Editorial

Profa. Dra. Andrea Domingues	Profa. Dra. Ligia Vercelli
Prof. Dr. Antônio Carlos Giuliani	Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes
Prof. Dr. Antonio Cesar Galhardi	Prof. Dr. Marco Morel
Profa. Dra. Benedita Cássia Sant'anna	Profa. Dra. Milena Fernandes Oliveira
Prof. Dr. Carlos Bauer	Prof. Dr. Narciso Laranjeira Telles da Silva
Profa. Dra. Cristianne Famer Rocha	Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins
Prof. Dr. Cristóvão Domingos de Almeida	Prof. Dr. Romualdo Dias
Prof. Dr. Eraldo Leme Batista	Profa. Dra. Rosemary Dore
Prof. Dr. Fábio Régio Bento	Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus
Prof. Dr. Gustavo H. Cepolini Ferreira	Profa. Dra. Thelma Lessa
Prof. Dr. Humberto Pereira da Silva	Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt
Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa	

©2019 Anderson Moreira Aristides dos Santos; Anderson David Gomes dos Santos;
Rafael de Oliveira Rodrigues

Direitos desta edição adquiridos pela Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a permissão da editora e/ou autor.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

E59

Ensaio sobre a Economia do sertão de Alagoas/ Anderson Moreira Aristides dos Santos [et al] – 1. ed. – Jundiá [SP]: Paco Editorial, 2019.

182 p.; 21cm.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-462-1927-8

1. Ciências Aplicadas 2. Economia 3. Sertão Alagoas I. Título.

Livia Dias Vaz – Bibliotecária – CRB – 1681352

CDD 330.981

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiá-SP - 13208-100
11 4521-6315 | 2449-0740
contato@editorialpaco.com.br

SUMÁRIO

Prefácio	5
Apresentação	7
CAPÍTULO 1: Perfil dos pobres do Sertão de Alagoas e sua evolução no período 2000-2010	11
<i>José Jefferson Barbosa Oliveira</i>	
<i>Anderson Moreira Aristides dos Santos</i>	
CAPÍTULO 2: O arranjo produtivo local de apicultura e sua importância no desenvolvimento do Sertão Alagoano	33
<i>José Francisco Oliveira de Amorim</i>	
<i>Egladjane Gadi dos Santos</i>	
<i>Rodolfo Vilar dos Prazeres</i>	
CAPÍTULO 3: Ruralidades, semiárido e agroecologia: novas oportunidades para a juventude rural nos municípios de Canapi e Inhapi, em Alagoas	67
<i>Ermeson Henrique Silva dos Reis</i>	
<i>Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa</i>	
CAPÍTULO 4: Relações entre as políticas de patrimônio cultural e o turismo: olhares sobre as cidades de Penedo e Piranhas	103
<i>Vitória Reis</i>	
<i>Rafael de Oliveira Rodrigues</i>	

**CAPÍTULO 5: O avanço dos índices educacionais
e de dados socioeconômicos no município de
Santana do Ipanema/AL de 2005 a 2013: uma
análise a partir do conceito de desenvolvimento** 123

Mariza Dácia de Matos

Alcides José de Omena Neto

Anderson David Gomes dos Santos

**CAPÍTULO 6: Feiras livres e mercados populares:
o caso de Santana do Ipanema/AL** 153

Célio Cabral da Silva

Natallya de Almeida Levino

Sobre os Autores 179

PREFÁCIO

COM A PALAVRA OS DOCENTES

“Apesar dos dados existentes sobre o Sertão alagoano, há poucos estudos que possibilitam entender de forma aprofundada as realidades locais. O livro *Ensaio sobre a economia do Sertão de Alagoas* nasce desta inquietação por parte dos docentes e discentes do curso de Economia do campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Esta obra pioneira contribui com um referencial de pesquisa científica sobre essa Mesorregião. Convido o leitor a fazer esse percurso pelo Sertão alagoano e se surpreender com as descobertas, desafios e potencialidades locais.”

Izabelita Barboza, coordenadora do curso de Economia da UFAL, campus do Sertão

“Esta obra representa uma inovação e, sobretudo, um marco para as Ciências Econômicas de Alagoas pela sua originalidade em apresentar um olhar diferenciado e uma reflexão ampla e moderna sobre o desenvolvimento no Sertão alagoano e a sua contribuição para a economia local. Os ensaios apresentam temas que contribuem para análise do desenvolvimento da região sob novas perspectivas. Os seus pressupostos básicos (re)orientam as percepções sobre temas relevantes e podem contribuir com políticas públicas educacionais e locais.

A obra se destaca por vincular conceitos e aspectos geográficos, demográficos e socioeconômicos ao desenvolvimento local a partir de fatores endógenos que influenciam a dinâmica econômica regional. Se caracterizando como

uma fonte útil para consultas de profissionais e estudantes no seu cotidiano.

As diferentes temáticas contempladas são: perfil dos pobres do Sertão alagoano; arranjo produtivo local de apicultura; ruralidades, semiárido e agroecologia; políticas de patrimônio cultural e o turismo; índices educacionais e dados socioeconômicos; feiras livres e mercados populares.”

Esdras Carvalho, coordenador geral da unidade de ensino
Santana do Ipanema, campus Sertão da UFAL

APRESENTAÇÃO

Normalmente, quando se busca referencial teórico sobre municípios de estados periféricos, o que encontramos são livros históricos, escritos por moradores que, de forma individual, utilizaram como registros documentais as histórias orais repassadas ao longo de gerações sobre o local e os registros fotográficos. Além disso, a busca por dados tende a se restringir aos índices de instituições nacionais que fazem um mapeamento apenas quantitativo a partir de aspectos geográficos, econômicos, educacionais, de saúde, dentre outros, ligados ao desenvolvimento de uma forma geral.

Os seis capítulos que conformam estes *Ensaio sobre a economia do Sertão de Alagoas* levam em consideração pesquisas com os dados anteriormente citados, mas aqui analisados qualitativamente, em conjunto com fontes primárias e secundárias a partir de pesquisa de campo exploratória, tratando de temas fundamentais para o sertão alagoano: perfil dos pobres, desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local (APL), oportunidades com a aplicação da agroecologia, apresentação de duas cidades enquanto patrimônio cultural e análises da educação e da feira livre e dos mercados populares em Santana do Ipanema. Assim, as instituições de ensino superior, Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Universidade Estadual de Alagoas (Uneal), que se instalaram na região neste século, poderão contar com um referencial de pesquisa científica para futuras análises e interpretações sobre o Sertão Alagoano, que concentra cerca de 14% da população do estado.

No primeiro capítulo, os autores buscam analisar a evolução de alguns indicadores socioeconômicos da população pobre do Sertão de Alagoas nos anos 2000 e 2010, de

forma comparativa e de identificação das mudanças ocorridas nesse período. Os principais resultados mostraram que houve crescimento nos indicadores socioeconômicos do Sertão de Alagoas e, assim, uma melhoria no perfil dos pobres. Os autores destacam que as políticas públicas educacionais, de infraestrutura e de transferência de renda podem ter ajudado nesse avanço. Entretanto, o capítulo destaca que o Sertão de Alagoas não só apresenta uma situação socioeconômica inferior à de Alagoas, como, em geral, os pobres dessa mesorregião também possuem indicadores piores do que os pobres do estado como um todo, mostrando a complexidade da pobreza nessa mesorregião.

O segundo capítulo trata da experiência do arranjo produtivo local de apicultura, conhecido por “Mel do Sertão”, como uma das atividades que pode impulsionar a dinâmica econômica do Sertão de Alagoas. Os dados utilizados pelos autores são de fontes primárias e secundárias. Eles observam que os agentes locais se encontram mobilizados em busca do avanço de suas ações, planejando, elaborando e consolidando esses planos; concluindo que, a partir desses atos, é possível criar novas oportunidades para o local e aproveitá-las para a região. Contudo, eles observam também que o APL possui fragilidades de infraestrutura, de condições edafoclimáticas e, ainda mais importante, de fator humano.

No terceiro capítulo, os autores tiveram como objetivo verificar em que medida a agroecologia possibilita novas perspectivas para a melhoria das condições socioeconômicas da juventude rural no semiárido alagoano. Além de uma revisão de literatura, dados primários dos municípios de Canapi e Inhapi foram utilizados para essa análise, tendo como base indivíduos egressos da Escola de Formação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. Concluiu-se

que através das transformações pelas quais vem passando o ambiente rural associado aos princípios socioprodutivos, oriundos da agroecologia, os jovens agricultores familiares do semiárido alagoano tendem a deter uma nova perspectiva para desenvolver-se socioeconomicamente em sua localidade. Os autores ainda verificaram que, a partir da agroecologia, houve uma melhora nas condições de vida desses jovens agricultores.

No quarto capítulo, os autores procuram analisar as relações existentes entre as políticas de patrimônio cultural brasileiro e o mercado do turismo, tomando como base as cidades de Penedo e Piranhas, no estado de Alagoas. Para o alcance do objetivo proposto foi utilizada uma metodologia qualitativa baseada em levantamento bibliográfico e documental. Ao fim, os autores destacam que, ao longo dos anos, as políticas de patrimônio cultural brasileiras têm andando juntas com o setor turístico, na elaboração de estratégias que garantam sustentabilidade econômica para os bens e lugares selecionados como patrimônio cultural nacional.

Já o quinto capítulo apresenta uma abordagem sobre a realidade do ensino fundamental no município de Santana do Ipanema/AL e sua relação com o desenvolvimento socioeconômico local. Os autores utilizam pesquisa bibliográfica e análise de dados primários e secundários. Eles encontram que há necessidade de grandes avanços, levando em consideração uma realidade dos profissionais da educação que sofrem com o lento crescimento do setor no município. E concluem que é perceptível que a educação em Santana do Ipanema não possui resultados desejados, mesmo tendo um aumento gradativo de investimento.

Dando continuidade, o sexto capítulo tem como objetivo analisar a importância econômica da feira livre, a partir

da caracterização dos agentes envolvidos nessa atividade, valendo-se de um estudo de caso no município de Santana do Ipanema. Para tanto, os autores utilizam dados primários do ano de 2014. Eles concluíram que a partir da feira livre gera-se um centro comercial e de serviços populares, com uma forte dinâmica para economia local. Apesar disso, eles observam que há dificuldades, tais como: um elevado índice de informalidade dos feirantes e um alto grau de irregularidade, no que diz respeito aos padrões higiênico-sanitários.

Com essa diversidade de temas, oriundos da escolha e revisão de bons trabalhos de conclusão de curso apresentados no curso de Ciência Econômica da Unidade Educacional Santana do Ipanema/Campus Sertão da Universidade Federal de Alagoas, espera-se apresentar alguns dos produtos oriundos da instalação da UFAL no Sertão. Demonstração ainda de duas características importantes, em meio a dificuldades de infraestrutura vivida desde o segundo semestre de 2010: a formação qualificada de estudantes, em sua maioria das mesorregiões do Agreste e do Sertão Alagoano, e a produção de trabalhos, artigos científicos e TCCs que buscam analisar o local de origem.

CAPÍTULO 1: PERFIL DOS POBRES DO SERTÃO DE ALAGOAS E SUA EVOLUÇÃO NO PERÍODO 2000-2010

José Jefferson Barbosa Oliveira

Anderson Moreira Aristides dos Santos

Introdução

Para definir pobreza não há um conceito único, já que ela pode estar relacionada a carências em diferentes e diversas dimensões, tais como: alimentação, vestuário, habitação, educação, saúde, liberdade, entre outros aspectos.

Para Barros, Henriques e Mendonça (2000, p. 124):

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal, contudo, podemos afirmar que a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico.

Ao longo dos anos, houve variações no número e no percentual de pobres, assim como suas características mudaram (Souza; Ozorio, 2013).

A concepção é que a pobreza está ligada às questões do subdesenvolvimento regional e local, com carência em diversos aspectos que têm prejudicado as famílias de elevarem a renda, isto é, como o acesso restrito à energia elétrica, água encanada, esgotamento sanitário, serviços de saúde e educação, assim como a outros fatores relaciona-

dos às características demográficas e na insuficiência do capital humano e financeiro (Kageyama; Hoffmann, 2006).

No Sertão de Alagoas, a realidade da pobreza é bastante complexa. Apesar de ocorrer reduções na última década, o nível de pobreza monetária ainda é bastante elevado (Santos; Oliveira; Santos, 2016). Diante disso, a principal questão a ser investigada é: como têm evoluído as condições socioeconômicas dos pobres do Sertão de Alagoas?

Desta forma, o objetivo desse capítulo é analisar a evolução de alguns indicadores socioeconômicos da população pobre do Sertão de Alagoas entre os anos 2000 e 2010, buscando estabelecer uma comparação e identificar as mudanças ocorridas nesse período. O trabalho leva em consideração a abordagem monetária para classificar os indivíduos como pobres, mas, posteriormente, leva-se em consideração os vários indicadores dos pobres relacionados a diferentes dimensões que vão além da renda.

A hipótese seguida aqui é que houve melhorias nas condições de vida dos pobres, mas que ainda há várias carências caracterizadas pela falta de acesso aos serviços públicos de infraestrutura, como à água, energia, coleta de lixo e saneamento básico; pela falta de acesso a bens de consumo duráveis e baixo nível de escolaridade e do acesso ao mercado de trabalho.

Alguns trabalhos no Brasil apresentam as características socioeconômicas e perfil dos pobres (Alencar, 2012; Osorio *et al.*, 2011; Souza; Osorio, 2013). Para os autores, as políticas públicas estão convergindo para um progresso na redução da pobreza e melhorias no perfil socioeconômico dos pobres.

A análise do perfil dos pobres é importante tanto para identificar a realidade presente, quanto obter informações que podem subsidiar políticas públicas direciona-

das aos mais pobres (Souza; Ozorio, 2013, p. 139). Além disso, é importante constatar a qualidade de vida que essas pessoas possuem.

O presente estudo do perfil dos pobres deve-se à sua complexidade e importância a nível histórico, social, político e econômico. A escolha do Sertão de Alagoas é justamente por suas potencialidades e por ser uma região carente de abordagens. Assim, o estudo busca apresentar uma melhor visão da real situação do perfil dos pobres do Sertão, na tentativa de contribuir com possíveis políticas públicas locais.

Esse capítulo está dividido em cinco seções, a começar por essa introdução. A segunda seção apresenta as características dos municípios do Sertão de Alagoas, destacando alguns aspectos geográficos, demográficos e socioeconômicos. Em seguida, a terceira seção apresenta a metodologia da pesquisa, descrevendo os indicadores utilizados para mensurar o perfil dos pobres. A quarta seção mostra a análise dos resultados do perfil dos pobres nos municípios do Sertão de Alagoas. E, por fim, na quinta seção, são apresentadas as considerações finais.

1. Caracterização dos municípios do Sertão de Alagoas

Como a área de estudo limita-se ao Sertão de Alagoas, nesta seção serão apresentados alguns aspectos geográficos, demográficos e socioeconômicos do Sertão.

1.1 Aspectos geográficos

O Sertão Alagoano é uma das três mesorregiões que pertencem ao estado de Alagoas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), o

Sertão de Alagoas abrange uma área de 8.768,8 km², compreendendo aproximadamente a participação de 30% da área total do estado (27.933,1 km²). Na mesorregião do Sertão de Alagoas há quatro microrregiões e 26 municípios, sendo que o número de municípios em cada microrregião é: Alagoana do Sertão do São Francisco (3), Batalha (8), Santana do Ipanema (10) e Serrana do Sertão Alagoano (5). A Imagem 1 mostra o estado de Alagoas, com destaque para a mesorregião do Sertão Alagoano.



Imagem 1. Mapa de Alagoas

Fonte: Elaboração dos autores com base no *shapefiles* do IBGE.

1.2 Aspectos demográficos

Segundo informações do Censo Demográfico do ano de 2010 realizado pelo IBGE (Tabela 1), o Sertão de Ala-

goas possuía uma população de 432.667 habitantes. Essa população, que correspondia a aproximadamente 14% do total do estado, estava localizada em sua maioria em áreas rurais, 52%. Nota-se que houve queda na proporção da população rural entre 2000 e 2010.

Área	2000	2010	Varição (%)
Sertão de Alagoas (Total)	411.272	432.667	5,20
Sertão de Alagoas (Urbano)	174.758	206.602	18,22
Sertão de Alagoas (Rural)	236.514	226.065	-4,42
Alagoas (Total)	2.822.621	3.120.494	10,55
Alagoas (Urbano)	1.919.739	2.297.860	19,70
Alagoas (Rural)	902.882	822.634	-8,89

Tabela 1. População e sua variação (%) no Sertão e em Alagoas, áreas urbana e rural, 2000-2010

Fonte: Adaptado de Atlas Brasil, 2016.

A Tabela 2 mostra os cinco maiores e os menores municípios, em termos de população, do Sertão Alagoano, nos anos 2000 e 2010¹. Pode ser observado que apenas os municípios de Delmiro Gouveia e Santana do Ipanema possuíam em 2010 uma população acima de 40 mil habitantes. Por outro lado, Palestina apresentava a menor população da mesorregião. Outro fato é que em Jacaré dos Homens e Jaramataia houve queda na população entre 2000 e 2010.

1. Todas as análises deste capítulo foram realizadas para os 26 municípios do Sertão de Alagoas; para economizar espaço, apresentaremos sempre os 3 maiores e os menores valores de cada variável. Os resultados totais estão disponíveis aos interessados por meio de contato aos autores.

Municípios	2000	2010	Varição (%)
Delmiro Gouveia	42.469	48.096	13,25%
Santana do Ipanema	41.485	44.932	8,31%
São José da Tapera	27.128	30.088	10,91%
Jacaré dos Homens	6.404	5.413	-15,47%
Jaramataia	5.788	5.558	-3,97%
Palestina	4.523	5.112	13,02%

Tabela 2. População e sua variação percentual (%) dos municípios (os três maiores e menores valores) do Sertão de Alagoas, 2000-2010

Fonte: Adaptado do Atlas Brasil, 2016.

Nota: Ordenamento feito de acordo com os valores do ano 2010.

2. Aspectos socioeconômicos

Um indicador importante para essa análise socioeconômica é o Produto Interno Bruto (PIB). O PIB mede os valores produzidos de todos os bens e serviços finais de uma economia. A Tabela 3 mostra a evolução do PIB (a preços constantes do ano 2000) do Sertão Alagoano, nos anos 2000 a 2010. Essa mesorregião atingiu um PIB acima de R\$ 600 milhões em 2000, e, pouco menos de R\$ 800 milhões, em 2010, o que representa um crescimento de 23,50%. A agropecuária, extremamente afetada por fatores climáticos, teve sua contribuição para o PIB reduzida no período 2000-2010. Percebe-se que a economia dessa mesorregião depende fortemente do setor de serviços, setor este que teve um importante dinamismo nessa última década, possivelmente e principalmente devido às transferências federais e ganhos reais do salário mínimo que aumentaram o poder de compra da população sertaneja.

Atividade Econômica	2000	2010	Varição (%)
Serviços	392.677,21	578.380,36	47,29
Indústria	93.459,92	108.550,43	16,15
Agropecuária	127.996,57	71.137,82	-44,42
PIB	642.825,50	793.910,82	23,50

Tabela 3. Produto Interno Bruto (a preços constantes R\$ do ano 2000), segundo os setores de atividade econômica do Sertão de Alagoas, 2000-2010

Fonte: Adaptado de Ipeadata, 2016.

No Gráfico 1 é feita uma comparação entre a renda domiciliar *per capita* (soma da renda de todos os moradores de um domicílio dividido pelo número de moradores) do Sertão Alagoano e de Alagoas no período 2000 a 2010. Observa-se por meio desse gráfico que a renda *per capita* de Alagoas é pouco menos do que o dobro da presenciada em sua mesorregião do Sertão. Em outras palavras, ainda continua existindo uma grande distância econômica entre esse estado e sua mesorregião. Contudo, no período entre 2000 e 2010, o Sertão de Alagoas obteve um crescimento em sua renda superior ao do estado como um todo.

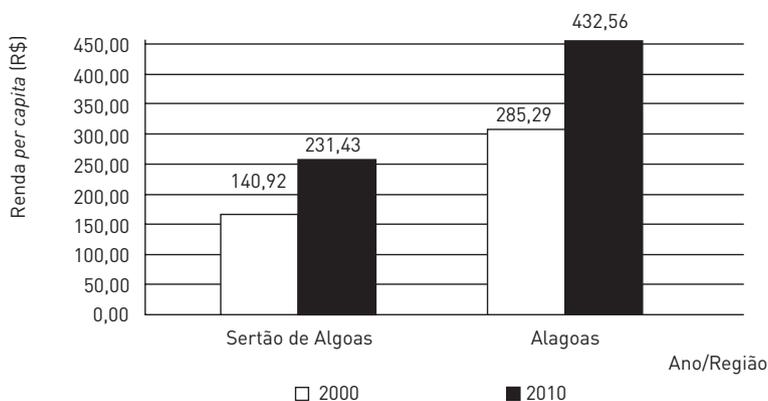


Gráfico 1. Renda *per capita* (R\$ de 2010) do Sertão e de Alagoas, 2000-2010

Fonte: Adaptado de Atlas Brasil, 2016.

A Tabela 4 mostra a renda domiciliar *per capita* (R\$ de 2010) e a variação percentual, no período 2000 a 2010, para os três municípios com maiores e menores valores desse indicador no Sertão de Alagoas. Podemos observar que os municípios de Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema e Olho D'Água das Flores eram os que possuíam renda mais alta, enquanto Monteirópolis, Poço das Trincheiras e Senador Rui Palmeira eram os mais pobres.

Em geral, os municípios apresentaram expressivo crescimento na renda. Esses resultados seguem em linha com os evidenciados para o Brasil, por exemplo, Souza e Osorio (2013) mostram que a renda *per capita* brasileira cresceu mais de 40% entre 2003 e 2011, ou seja, nessa década ocorreram avanços significativos.

Municípios	2000	2010	Varição (%)
Delmiro Gouveia	226,71	332,13	46,50
Santana do Ipanema	88,57	293,85	55,83
Olho D'Água das Flores	192,01	274,46	42,94
Monteirópolis	197,95	176,62	-10,78
Poço das Trincheiras	69,2	162,21	134,41
Senador Rui Palmeira	79,05	159,61	101,91

Tabela 4. Renda *per capita* (R\$ de 2010) e sua variação (%) nos municípios (os três maiores e menores valores) do Sertão de Alagoas, 2000-2010

Fonte: Adaptado de Atlas Brasil, 2016.

Nota: Ordenamento feito de acordo com os valores do ano 2010.

Considerando dados de pobreza monetária, o Gráfico 2 apresenta a porcentagem de indivíduos vivendo com renda domiciliar *per capita* abaixo da linha de pobreza para o Sertão de Alagoas nos anos 2000 e 2010. Houve redução na proporção de pobres, essa mesorregião e o estado obtiveram praticamente a mesma queda nesse indicador, uma redução de 22,39

p.p. e 22,51 p.p., respectivamente. Mesmo com essa queda, a proporção de pobres do Sertão de Alagoas ainda é bastante alta comparada a Alagoas como um todo, onde 51,47% da população dessa mesorregião viviam nessa condição.

A Tabela 5 mostra os maiores e menores níveis da proporção de pobres entre os municípios do Sertão de Alagoas. Delmiro Gouveia era o município com menor porcentagem de pobres, enquanto Poço das Trincheiras possuía o maior nível. Em geral, observou-se crescimento na renda e redução da pobreza. Esse resultado é semelhante ao da década anterior para o estado de Alagoas, no qual, segundo Bezerra *et al.* (2010), as reduções no percentual de pobres foram acompanhadas por um aumento da renda. Entretanto, a magnitude da redução da pobreza nesta última década foi muito maior comparativamente aos anos 1990. Nesse caso, programas de transferência de renda, ganhos reais no salário mínimo e outras políticas públicas podem ter contribuído de forma importante para essa queda.

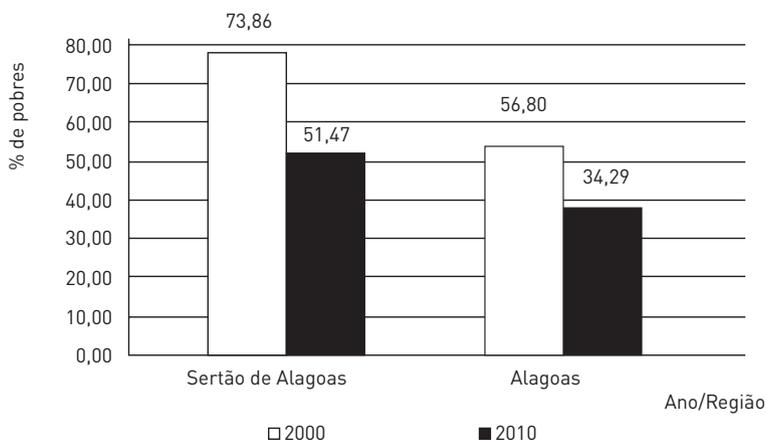


Gráfico 2. Proporção de pobres (%) do Sertão e de Alagoas, 2000-2010

Fonte: Adaptado de Atlas Brasil, 2016.

Municípios	2000	2010	Varição (p.p.)
Delmiro Gouveia	53,15	33,10	-20,05
Batalha	65,92	39,85	-26,07
Olho D'Água das Flores	66,34	42,29	-24,05
Palestina	74,25	61,71	-12,54
Inhapi	80,34	65,08	-15,26
Poço das Trincheiras	85,35	67,57	-17,78

Tabela 5. Proporção de pobres (%) e sua variação (p.p.) dos municípios (os três maiores e menores valores) do Sertão de Alagoas, 2000-2010

Fonte: Adaptado de Atlas Brasil, 2016.

Nota: Ordenamento feito de acordo com os valores do ano 2010.

Outra maneira de observar os aspectos socioeconômicos do Sertão Alagoano é por meio de indicadores que mensuram a qualidade de vida da população. Um indicador socioeconômico bastante utilizado é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que é formado por três dimensões: longevidade, educação e a renda. O IDHM é um número que varia entre zero e um, quanto mais próximo de um, maior o desenvolvimento humano do município ou região. São considerados de baixo desenvolvimento os que possuem um IDHM abaixo de 0,500; de médio desenvolvimento entre 0,500 e 0,799; e de alto desenvolvimento, os de acima de 0,800.

A Tabela 6 apresenta o IDHM dos municípios (três maiores e três menores valores) do Sertão de Alagoas para os anos 2000 e 2010. Nota-se que em 2000 todos os municípios dessa mesorregião possuíam baixo desenvolvimento humano, obtendo um número abaixo de 0,500. No ano 2010, 24 municípios passaram para a categoria médio desenvolvimento humano, apenas os municípios de Inhapi e Olivença permaneceram com baixo desenvolvimento humano.

Os maiores IDHM do Sertão de Alagoas no ano 2010 foram, respectivamente, Delmiro Gouveia (0,612), Batalha

(0,594), Pão de Açúcar (0,593), Santana do Ipanema (0,591) e Piranhas (0,589).

Município	2000	2010	Variação (%)
Delmiro Gouveia	0,436	0,612	40,37
Batalha	0,401	0,594	48,13
Pão de Açúcar	0,434	0,593	36,64
Mata Grande	0,356	0,504	41,57
Oliveira	0,301	0,493	63,74
Inhapi	0,281	0,484	72,24

Tabela 6. IDHM total dos municípios (os três maiores e menores valores) do Sertão de Alagoas, 2000-2010

Fonte: Adaptado de Atlas Brasil, 2016.

Nota: Ordenamento feito de acordo com os valores do ano 2010.

3. Metodologia

Como expresso anteriormente, o objetivo principal deste capítulo é analisar a evolução de alguns indicadores socioeconômicos da população pobre do Sertão de Alagoas, entre os anos de 2000 e 2010. Portanto, necessita-se de dados em nível municipal. A base disponível para esta análise é o Censo Demográfico.

O Censo Demográfico é uma das principais fontes de dados que é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de dez em dez anos, em que apresenta as principais características da população, tendo como objetivo a obtenção de informações demográficas e socioeconômicas em todo território, com representação municipal. No Censo 2010 foram pesquisadas 67,6 milhões de domicílios nos 5.565 municípios brasileiros.

No presente trabalho, indivíduos são considerados pobres quando possuírem renda domiciliar *per capita* igual ou menor a R\$ 140,00, em valores constantes do ano de 2010, utilizando como deflator o Índice Nacional de Preços ao

Consumidor (INPC), essa classificação é semelhante à utilizada no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil².

A partir dessa classificação de pobres do Sertão de Alagoas, este trabalho analisará a evolução de vários indicadores desse grupo de indivíduos, considerando o período 2000-2010. Como não existem os dados de interesse compilados por alguma instituição, essas variáveis são calculadas com base nos microdados do Censo Demográfico, sendo que as variáveis seguem descritas abaixo. A escolha delas foi feita com base no dicionário compatibilizado do Censo.

- Taxa de analfabetismo: porcentagem de pessoas em idade ativa entre 15 a 64 anos que não sabem ler e escrever.

- Posição de ocupação: variável que capta como os indivíduos de 15 a 64 anos estão inseridos em diferentes ocupações no mercado de trabalho, como: a porcentagem de empregados formais (empregados com carteira assinada, empregadores mais os militares e funcionários públicos) e informais (empregados sem carteira assinada e os sem remuneração); autônomos e autoconsumo (produzem para o próprio consumo).

- Água: porcentagem de pessoas que possuem rede geral de canalização interna.

- Esgotamento sanitário: porcentagem de pessoas que possuem rede geral ou fossa séptica.

- Coleta de lixo: porcentagem de pessoas que possuem acesso à coleta adequada de lixo (coletado por serviços de limpeza ou colocado em caçamba de serviço de limpeza).

- Iluminação elétrica: porcentagem de pessoas que possuem iluminação elétrica.

- Geladeira: porcentagem de pessoas que possuem geladeira.

2. Disponível em: <http://bit.ly/2kopuv6>. Acesso em: 02 set. 2019.

- Televisão: porcentagem de pessoas que possuem televisão.
- Máquina de lavar: porcentagem de pessoas que possuem máquina de lavar.

4. Análise e resultados: perfil dos pobres no Sertão de Alagoas

Esta seção apresenta os resultados da análise de alguns indicadores utilizados para mensurar o perfil dos pobres.

4.1 Educação

No Gráfico 3, observa-se a taxa de analfabetismo da população pobre e em idade ativa (15 a 64 anos) no Sertão e em Alagoas. Os níveis e a variação nesse indicador possuem magnitudes semelhantes nesse estado e em sua mesorregião do Sertão (reduções respectivas de 9,13 p.p. e 10,77 p.p.). Ademais, apesar dessas melhorias, essa taxa ainda apresenta patamar bastante elevado.

A Tabela 7 apresenta a taxa de analfabetismo da população pobre entre 15 e 64 anos, em municípios (três maiores e menores taxas) do Sertão de Alagoas nos anos 2000 e 2010. Pode ser observado que houve queda nesse indicador nos municípios dessa mesorregião no período 2000 a 2010.

É possível notar que mesmo com a redução nessa taxa, presenciada em todos os municípios, o percentual de analfabetos ainda é grande. Em 2010, Pariconha tinha a menor taxa de analfabetismo da população pobre, enquanto Inhapi aparecia com uma situação adversa que segue outros indicadores, já analisados para a população total desse município, demonstrando um problema ainda maior nesse município.

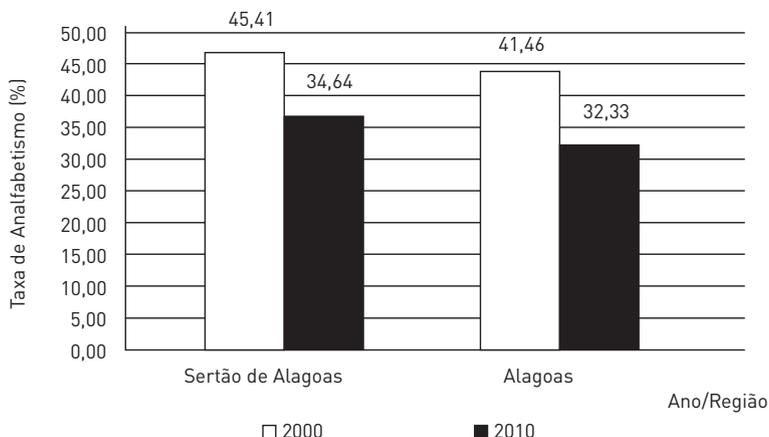


Gráfico 3. Taxa de analfabetismo (em %) da população de 15 a 64 anos do Sertão de Alagoas e de Alagoas, 2000-2010

Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do Censo.

Município	2000	2010	Varição (p.p.)
Pariconha	43,83	26,33	-17,50
Jacarê dos Homens	42,48	27,03	-15,45
Poço das Trincheiras	50,82	28,48	-22,34
Major Isidoro	49,89	39,34	-10,55
Canapi	53,02	40,24	-12,78
Inhapi	48,93	43,81	-5,12

Tabela 7. Taxa de analfabetismo dos pobres (%) e sua variação (p.p.) dos municípios (os três maiores e menores valores) do Sertão de Alagoas, 2000-2010

Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do Censo.

Nota: Ordenamento feito de acordo com os valores do ano 2010.

4.2 Inserção no mercado de trabalho

O Gráfico 4 mostra como a população de 15 a 64 anos dos municípios do Sertão de Alagoas estava inserida no mercado de trabalho nos anos 2000 e 2010. Houve redução no trabalho formal dos pobres, seguido de reduções no trabalho informal, no trabalho autônomo e aumento

no trabalho para o próprio consumo. O resultado para o Sertão segue a mesma linha do apresentado para o estado de Alagoas.

Para o trabalho formal, pode ser observado que na última década houve uma piora, com redução de trabalhadores formais em 19 municípios. Nota-se que a proporção de trabalhadores formais entre os pobres é extremamente baixa (Tabela 8).

Assim, pode ser observado que o aumento no perfil educacional, ou seja, a redução na taxa de analfabetismo e o aumento da escolaridade em anos de estudo, de fato, pouco contribuiu para os indicadores de inserção ao mercado de trabalho no Sertão Alagoano e em Alagoas. O mesmo acontece para o Brasil, onde Souza e Osorio (2013) mostram que a piora nos indicadores de inserção ao mercado de trabalho para a população pobre ocorreu simultaneamente com a melhora no perfil educacional.

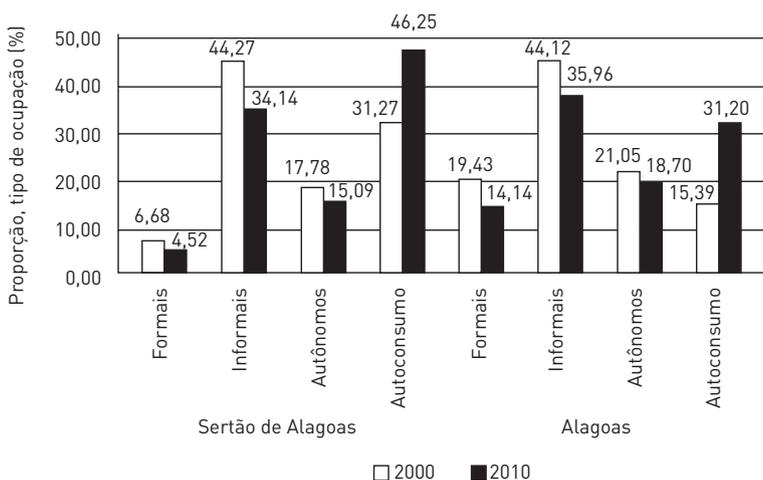


Gráfico 4. Inserção no mercado de trabalho da população (em %) de 15 a 64 anos do Sertão e de Alagoas, 2000-2010

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Município	2000	2010	Varição (p.p.)
Palestina	7,90	12,26	4,36
Delmiro Gouveia	14,61	11,86	-2,75
Monteirópolis	4,18	7,72	3,54
Inhapi	4,66	2,08	-2,58
Canapi	6,19	1,55	-4,64
Major Isidoro	3,88	1,52	-2,36

Tabela 8. Porcentagem de trabalhadores formais (%) e sua variação (p.p.) dos municípios (os três maiores e menores valores) do Sertão de Alagoas, 2000-2010

Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do Censo.

Nota: Ordenamento feito de acordo com os valores do ano 2010.

4.3 Acesso a serviços públicos de infraestrutura

O acesso aos serviços públicos de infraestrutura para as famílias depende mais de políticas públicas do que da própria renda (Souza; Osorio, 2012). Esse acesso proporciona uma melhor qualidade de vida para as famílias.

Infelizmente, muitas vezes a garantia desses serviços está longe de ser universal, assim como a falta de acesso a eles pode comprometer o bem-estar da população e até mesmo atuar como causa e consequência da pobreza (Souza; Ozorio, 2013).

O Gráfico 5 apresenta para o Sertão e Alagoas os quatro indicadores de serviços públicos de infraestrutura em 2000 e 2010. Nota-se que ocorreu um crescimento para esses indicadores. O acesso à água, eletricidade, esgoto e lixo do Sertão de Alagoas teve, respectivamente, aumentos de 5,92; 29,54; 2,0 e 10,23 pontos percentuais (p.p.). O esgotamento sanitário foi o indicador de pior oferta de serviços públicos nessa última década.

O acesso à água, eletricidade, esgoto e lixo também teve avanços para os pobres de Alagoas. Os aumentos nesse caso foram, respectivamente, (em p.p.): 5,85; 13,33; 5,24 e 10,45.

O avanço no acesso à energia elétrica, em Alagoas, mas, principalmente, no Sertão, foi o principal resultado em relação à oferta de serviços públicos de infraestrutura. Políticas públicas como o Luz para Todos podem ter impactado positivamente nesse resultado. Conclusões semelhantes para o Brasil foram observadas por Souza e Ozorio (2013), os autores mostram que nessa última década o acesso à energia elétrica foi uma grande conquista, onde se universalizou ao longo dos anos, resultados positivos comparando aos outros serviços como água, esgotamento sanitário e coleta de lixo que foram aquém do desejado.

O acesso à água para as famílias teve aumento no período em 20 municípios, no entanto, o crescimento apresentado nessa última década foi lento (com algumas exceções, como para os pobres do município de Palestina). Os municípios de Palestina e Delmiro Gouveia apresentaram a maior porcentagem de famílias com acesso adequado à água (aproximadamente 46%). Com 13,72%, o município de Carneiros apresentou a menor porcentagem de acesso (Tabela 9).

Para Caldas e Sampaio (2015), em 2009, o maior problema enfrentado em todas as regiões do Brasil foi o acesso à água canalizada. Enquanto isso, segundo os autores mostram, o acesso à energia pelas famílias é o menos problemático em todas as regiões. Assim, nota-se resultados semelhante aos do Sertão de Alagoas, onde as políticas públicas podem ter ajudado na última década no crescimento do acesso à energia elétrica em todas as regiões do Brasil.

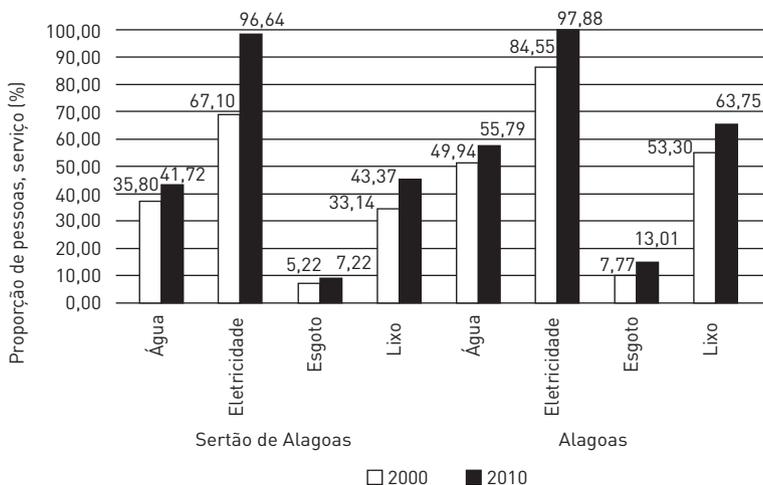


Gráfico 5. Indicadores de acesso a serviços públicos de infraestrutura (em %) do Sertão e de Alagoas, 2000-2010

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Município	2000	2010	Varição (p.p.)
Palestina	52,28	75,57	23,29
Delmiro Gouveia	71,07	75,46	4,39
Olho D'Água das Flores	67,94	72,73	4,79
Ouro Branco	13,86	18,51	4,65
Senador Rui Palmeira	19,48	16,33	-3,15
Canapi	7,11	13,72	6,61

Tabela 9. Proporção de pessoas com acesso à água (%) e sua variação (p.p.) dos municípios (os três maiores e menores valores) do Sertão de Alagoas, 2000-2010

Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do Censo.

Nota: Ordenamento feito de acordo com os valores do ano 2010.

4.4 Acesso a bens de consumo duráveis

O acesso a bens de consumo duráveis, diferente do acesso a serviços públicos, é um indicador de bem-estar que depende mais da renda do que de políticas públicas (Souza; Osorio, 2013).

O Gráfico 6 mostra o crescimento da última década para os três bens de consumo em Alagoas e no Sertão. Observa-se avanço em todos os bens, sendo que o acesso à máquina de lavar, com crescimento de 1,88 p.p., progrediu lentamente. Os bens de consumo geladeira e televisão tiveram grande avanço, variações respectivas de 34,48 p.p. e 33,21 p.p. no Sertão. Apesar de os pobres do Sertão possuírem uma situação de posse de bens de consumo duráveis pior do que dos pobres de Alagoas, nessa mesorregião, o aumento de pessoas que passaram a possuir os bens geladeira e televisão foi maior comparativamente ao estado como um todo.

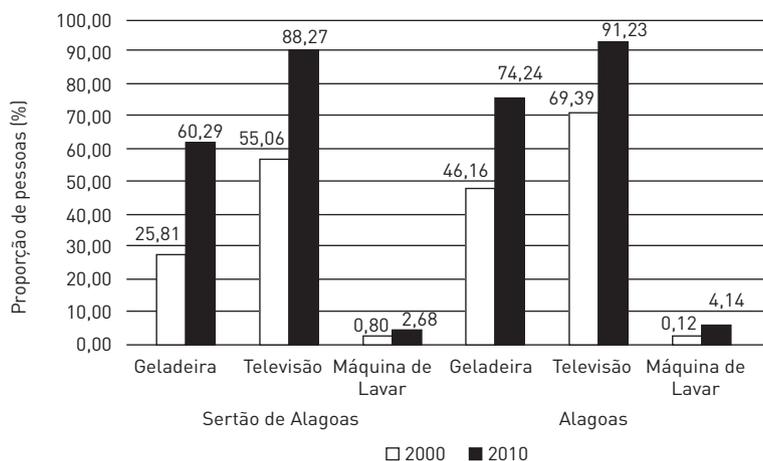


Gráfico 6. Indicadores de acesso a bens de consumo duráveis (em %) do Sertão e de Alagoas, 2000-2010

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Vale destacar que Delmiro Gouveia, que detinha a maior renda do Sertão em 2010, apresentou no mesmo ano a maior porcentagem de pessoas pobres com acesso à geladeira, televisão e máquina de lavar (Tabela 10). Assim, observa-se a importância do crescimento da renda para um melhor acesso de bens de consumo. Esse resultado está em consonância

com outros das demais tabelas e dos gráficos desse trabalho que mostram um destaque relativo para esse município.

Município	2000	2010	Varição (p.p.)
Delmiro Gouveia	54,92	77,94	23,02
Batalha	36,02	71,46	35,44
Belo Monte	32,39	67,90	35,51
Inhapi	20,42	50,02	29,60
Carneiros	10,77	48,52	37,75
Senador Rui Palmeira	12,75	40,19	27,44

Tabela 10. Proporção de pessoas com acesso à geladeira (%) e sua variação (p.p.) dos municípios (os três maiores e menores valores) do Sertão de Alagoas, 2000-2010

Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do Censo.

Nota: Ordenamento feito de acordo com os valores do ano 2010.

Considerações finais

O presente trabalho analisou a evolução de alguns indicadores socioeconômicos da população pobre do Sertão de Alagoas nos anos 2000 e 2010, com o objetivo de mensurar o perfil dos pobres. Em um primeiro momento, o trabalho procurou analisar alguns aspectos geográficos, demográficos e socioeconômicos do Sertão.

O Sertão de Alagoas, que possui 26 municípios, obteve um crescimento no PIB e na renda *per capita* ao longo da última década. Os resultados foram acompanhados por reduções no percentual de pobres. Analisando a qualidade de vida no Sertão por meio do IDHM, melhorarias foram presenciadas para todos os municípios.

Os resultados para análise do perfil dos pobres na última década mostraram avanços significativos nos municípios dessa mesorregião. Houve melhorias nos indicadores de educação, do acesso a bens públicos de infraestrutura e dos bens de consumo duráveis.

A melhoria no perfil educacional pouco contribuiu para os indicadores de inserção no mercado de trabalho tanto no Sertão Alagoano quanto no estado. Os pobres dessa mesorregião apresentaram na última década redução no trabalho formal, seguido de reduções no trabalho informal, no trabalho autônomo e aumento no trabalho para o próprio consumo.

Para os indicadores de acesso a bens públicos de infraestrutura, a eletricidade foi um ponto positivo, com grande avanço; nos demais serviços, principalmente o esgotamento sanitário, apesar do progresso, ainda há grandes desafios para o alcance de níveis satisfatórios.

Uma melhora econômica na vida dos pobres pode ter contribuído para a aquisição das famílias a bens de consumo duráveis, com exceção da máquina de lavar que progrediu lentamente.

Em suma, no período 2000-2010, em geral, ocorreu crescimento nos indicadores socioeconômicos do Sertão de Alagoas e, conseqüentemente, melhoria no perfil dos pobres. De fato, políticas públicas educacionais, de infraestrutura e de transferência de renda podem ter ajudado nesse avanço. Apesar disso, o Sertão de Alagoas não só apresenta situação socioeconômica inferior à de Alagoas, como, em geral, os pobres dessa mesorregião também possuem indicadores piores do que os pobres do estado como um todo, mostrando a complexidade da pobreza no Sertão.

Referências

ALENCAR, Paulo Luciano Ayres de. **Pobreza no nordeste do Brasil**: uma análise multidimensional para o período 2001 – 2009. 2012. 70f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 42, p. 123-142, 2000.

BEZERRA, Luciane de Araujo *et al.* Pró-pobre ou empobrecedor: qual a contribuição do crescimento econômico para Alagoas? **Análise**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 162-174, 2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://bit.ly/2QWDozo>. Acesso em: 05 jan. 2016.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE. **Comunicados do Ipea**, Brasília, n. 159, 2013.

CALDAS, Renata de Melo; SAMPAIO, Yony de Sá Barreto. Pobreza no Nordeste Brasileiro: uma análise multidimensional. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 74-96, 2015.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas: Unicamp, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.

OSORIO, Rafael Guerreiro; SOUZA, Pedro H. G. F. de. O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011. **Ipea**, Brasília, 2013.

OSORIO, Rafael Guerreiro; SOUZA, Pedro H. G. F. de. Perfil da pobreza na Bahia e sua evolução no período 2004-2009. **Ipea**, Brasília, 2012.

OSORIO, Rafael Guerreiro *et al.* Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009. **Ipea**, Brasília, 2011.

SANTOS, Anderson Moreira Aristides dos; OLIVEIRA, José Jefferson Barbosa. Evolução da pobreza e da desigualdade de renda nas áreas rurais e urbanas dos municípios do Sertão de Alagoas. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 54., 2016, Maceió. **Anais [...]** Maceió, 2016.

CAPÍTULO 2: O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE APICULTURA E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DO SERTÃO ALAGOANO

José Francisco Oliveira de Amorim

Egladjane Gadi dos Santos

Rodolfo Vilar dos Prazeres

Introdução

Esse estudo traz uma reflexão sobre o Arranjo Produtivo Local “Mel do Sertão” escolhido devido às características e peculiaridades evidenciadas por este.

A atividade de manejo de enxames não é tão recente, porém, no Sertão de Alagoas essa atividade possui poucas décadas de trabalho e de atuação dos agentes de apoio institucional e de mercado.

Por meio dos conceitos referentes ao desenvolvimento local, das aglomerações produtivas e, mais precisamente, dos arranjos produtivos locais, foi obtido apoio suficiente para o desenvolvimento da presente pesquisa que culminou no capítulo em questão.

Não se configura como natureza discutir os diversos conceitos que surgiram ao longo do século XX, mas refletir sobre uma realidade local e como essa atua em busca da manutenção de sua competitividade e quais meios e mecanismos cria para atuar frente às mudanças identificadas no mercado. É notório ainda o fato de que ações endógenas e exógenas estão afetando diretamente o desenvolvimento daquela localidade, assim como a aglomeração local e a atuação em rede, a interação dos

agentes promove transformações de grande significância na região, permitindo geração de valor e renda à atividade outrora utilizada apenas como secundária.

Com base nessa breve discussão, destacamos o seguinte problema de pesquisa: *a implantação e o desenvolvimento da atividade de apicultura no Sertão Alagoano contribuem diretamente para o desenvolvimento da economia local?*

Com a finalidade de melhor compreender o presente estudo e o problema apresentado, surgem os objetivos de pesquisa que buscam nortear o presente capítulo, sendo assim, temos por objetivo geral de estudo: *analisar o APL de Apicultura no Sertão Alagoano e quais peculiaridades podem favorecer o desenvolvimento local.*

Com base nisso, são apresentados os desdobramentos da pesquisa desenvolvida:

- I. apresentação do cenário social e econômico da região onde se localiza o APL, com a finalidade de que possamos compreender sua formação;
- II. caracterização dos municípios, assim como apresentação de idiosincrasias da região de estudo;
- III. apresentação e discussão sobre os problemas, oportunidades e potencialidades da atividade apícola na região do Sertão Alagoano.

Ao discutir sobre tais aspectos, podemos analisar as disparidades existentes entre o período de implantação e desenvolvimento do APL e quais ações podem ser desenvolvidas com a finalidade de dimensionar tal atividade, favorecendo a melhora na dinâmica econômica, de maneira a proporcionar aprimoramento no fluxo circular de renda.

1. Metodologia de estudo

Antes de iniciarmos a discussão sobre o tema em específico, surge a necessidade de apresentar como a presente ação de pesquisa foi realizada.

Destaca-se que o estudo foi planejado para apresentar características referentes ao levantamento de informações bibliográficas e em campo, onde alguns agentes de maior destaque foram diretamente envolvidos nesse processo. Em continuidade, foram levantadas informações bibliográficas e dados disponíveis, além da própria análise social e econômica e apresentando aspectos favoráveis que contribuem para a realização desse tipo de atividade econômica na região.

Assim, podem ser destacadas quatro fases para a realização da pesquisa: **(a)** levantamento bibliográfico; **(b)** coleta de informações e dados, sendo estes primários e secundários; **(c)** análise dos dados coletados; **(d)** e, por fim, o desenvolvimento com base na análise realizada.

Dessas fases, descrevemos melhor as duas primeiras. De início, destaca-se o levantamento bibliográfico, onde foram consideradas obras já publicadas sobre o tema a ser aqui evidenciado, sejam livros, artigos publicados e demais referências que auxiliaram em todo o processo de elaboração. Tendo considerado na fundamentação teórica: aspectos teóricos sobre o desenvolvimento, com maior foco para o desenvolvimento local, e como esse pode interferir em dinâmica a partir de seu alcance geográfico. Nessa etapa também foram considerados conceitos sobre o arranjo produtivo local e sua configuração.

Em sua segunda fase da pesquisa, destaca-se a coleta de dados necessários ao desenvolvimento do presente capítulo, em que foram obtidos junto às fontes de informações confiáveis e que já desenvolvem trabalho junto ao arranjo produtivo em questão, sendo estas: o Governo do Estado de Alagoas, a partir da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur-AL) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

(Sebrae/AL), informações referentes ao APL Mel do Sertão; o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Programa das Nações Unidas no Brasil (Pnud-Brasil), sendo estas configuradas como fontes que geraram dados secundários, pois já foram coletadas para outra finalidade. Além dessas fontes, foram coletados dados via questionário, aplicados junto a cooperativas que desenvolvem atividades no APL Mel do Sertão, sendo estas informações consideradas como primárias, pois foram obtidas junto às fontes que desenvolvem as atividades com esses agentes.

1.1 Estrutura do capítulo

Com a finalidade de guiar o presente estudo, a presente seção destaca a organização da estrutura de estudo aqui evidenciada. Após o presente capítulo introdutório, onde são apresentadas informações iniciais, problema de pesquisa e objetivos de pesquisa, temos também a metodologia adotada e como essa influenciou para a finalização do estudo.

Dando continuidade, temos ainda mais quatro tópicos gerais de estudos, ou partes definidas. Na seguinte parte, serão destacados conceitos sobre o desenvolvimento econômico e quais fatores podem impulsionar esse aspecto econômico.

Na terceira parte do nosso capítulo, são construídas referências sobre os arranjos produtivos locais, sua caracterização e importância, alguns conceitos básicos que norteiam a finalidade desse tipo de estrutura e, por fim, a caracterização do espaço envolvido no estudo.

Na penúltima parte do presente capítulo, são apresentadas informações sobre a caracterização da região representativa do Arranjo Produtivo Local Mel do Sertão, indicadores socioeconômicos e avanço quanto à atuação

de ações, e apresentação de resultados sobre os agentes participantes da APL.

E na última parte do capítulo, encontramos as conclusões a respeito do presente estudo, assim como algumas limitações e um desdobramento de agenda de pesquisa, podendo proporcionar um guia para o avanço na discussão do determinado tema, afinal, o estado de Alagoas em todas as suas dimensões possui espaço para o desenvolvimento de novas estruturas de arranjos, os quais possam impulsionar a dinâmica de regiões isoladas, promovendo a diversificação produtiva, contudo, o foco aqui apresentado possui por destaque apenas o APL Mel do Sertão, sua estrutura, formação e potencialidades.

2. A economia e o desenvolvimento local

Considerando os fatos acontecidos nos últimos anos, devemos observar a economia e como esta afeta a localidade de forma impactante, pois atualmente as ações e os atos econômicos giram num ambiente globalizado, onde as ações produtivas que ocorrem no outro lado do globo afetam a nossa região, e mais ainda as ações que ocorrem dentro de nosso país, que por vezes afetam os preços das mercadorias. Por exemplo, fatores edafoclimáticos que interferem diretamente, caso de uma simples relação de produção afetada por chuvas, pode gerar toda uma distorção econômica; o que diria uma relação de diminuição da renda dos consumidores provocada pela baixa quantidade de oferta de empregos, onde tal relação pode provocar a queda no consumo, chegando a afetar a demanda agregada nacional.

Cada vez mais se torna essencial compreender as relações que são desenvolvidas, afinal, a economia está, esteve e estará em um processo de adaptação. O processo de adap-

tação favorece no sentido do desenvolvimento de novas atividades produtivas ou melhor adequação à demanda existente, afinal não é a oferta que cria a demanda, mas a demanda que influencia diretamente na oferta.

Por isso, torna-se cada vez mais importante compreender como as relações sociais e econômicas favorecem o ciclo contínuo de produção e permitem mudanças significativas nos territórios, localidades, setores, etc. É nesse ambiente com um turbilhão de informações que a teoria econômica torna-se essencial, conseguindo interpretar o comportamento dos principais fenômenos produtivos, de crescimento ou remodelação de espaços.

Ao revisitar a obra de Schumpeter, ele nos relata que “o mundo econômico é relativamente autônomo, pois abrange uma parte tão grande da vida da nação e forma ou condiciona uma grande parte do restante” (Schumpeter, 1982, p. 44). A partir disso, podemos verificar que a economia segue um ritmo diferente das relações em comunidade e/ou sociais, mesmo que por vezes acabe interferindo diretamente nessas, contribuindo ainda para sua melhor formação, como é o caso das comunidades que acabaram avançando em virtude da dinâmica econômica envolvida naquela região. Podemos citar, por exemplo, o avanço do processo de urbanização brasileiro, mais precisamente ocorrido ao longo do século XX, onde a taxa de urbanização avançou em localidades com a presença de forte dinâmica econômica, como podemos ver nos mapas a seguir.

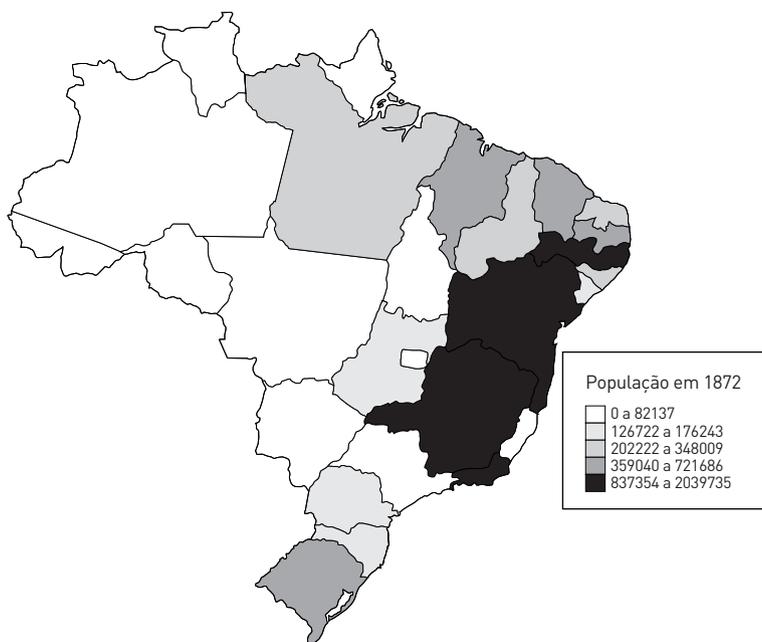


Imagem 2. População segundo as Unidades da Federação - 1872

Fonte: IBGE. Sinopse do Censo Demográfico de 2010.³

Ao analisar a Imagem 2, podemos verificar a modificação ocorrida em mais de um século. Novamente tomando parte das palavras de Schumpeter (1982), verificamos que esse mundo autônomo, o qual é formado pela economia, interfere diretamente na taxa de urbanização. Também nessa região mais populosa, podemos verificar o alto índice de concentração produtiva, seja na atividade de lavoura e/ou industrial.

3. Brasil. IBGE. *Sinopse do Censo Demográfico de 2010*. Disponível em: <http://bit.ly/2ko0HaF>. Acesso em: 03 set. 2019.

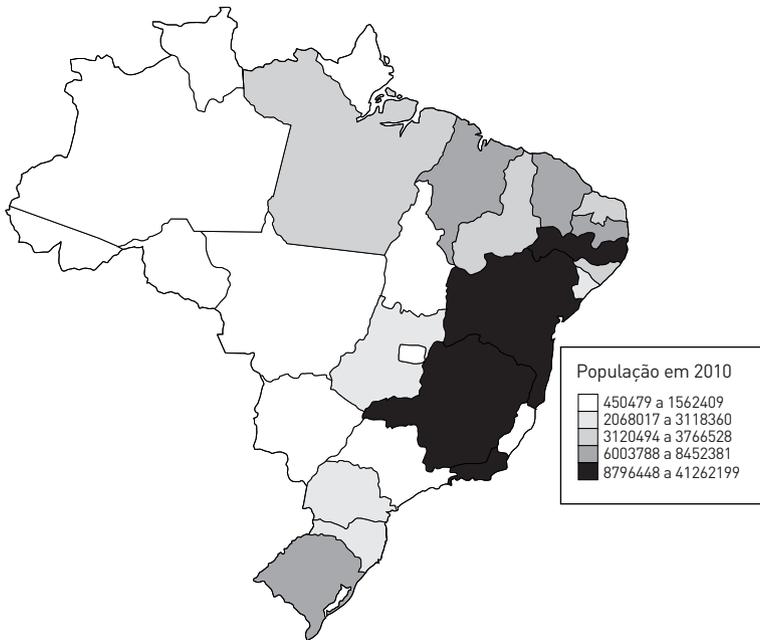


Imagem 3. População segundo as Unidades da Federação – 2010

Fonte: IBGE. Sinopse do Censo Demográfico de 2010.⁴

Assim, pode-se afirmar que nada surge por acaso, mas por meio de fatores, sejam estes endógenos ou exógenos, que podem influenciar na caracterização econômica de determinada localidade, favorecendo o surgimento de polos de desenvolvimento, aproveitando esses fatores identificados e impulsionando de forma centrífuga ou centrípeta.

Ao destacar essa necessidade de fatores que possam satisfazer essa relação econômica, será utilizado ao longo desse capítulo o apoio no conceito do desenvolvimento local, instrumento que, mesmo recente, apresenta-se de forma categórica ao explicar de forma econômica as mudanças que podem impactar em determinada relação

4. Brasil. IBGE. *Sinopse do Censo Demográfico de 2010*. Disponível em: <http://bit.ly/2ko0HaF>. Acesso em: 03 set. 2019.

econômica, partindo de aspectos endógenos, de dentro para fora, como importante conceito. Considerando essa informação como relevante, partiremos para a explanação desses conceitos e fatores que o promovem.

2.1 O desenvolvimento local

Notadamente, como já mencionado, a característica a ser tratada leva em consideração o aspecto endógeno como fator característico de influência, sendo este necessário para mudanças significativas, que de forma autônoma interferem na dinâmica de espaços. Esses fatores endógenos são característicos de cada espaço, contudo, podem ser replicados, ou mesmo identificados em espaços diferentes.

Porém, antes de prosseguir, levemos em consideração o conceito apresentado por Buarque (2008, p. 25), que define desenvolvimento local como “o processo endógeno de mudança [do lugar], que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”.

Ao levar em consideração o texto de Buarque aqui citado, é perceptível que, para ativar a ação econômica de uma região, torna-se necessária a mudança e posteriormente um processo de adaptação dos agentes que atuem ali. Pois os impactos são necessários, estes podem alterar a própria estratégia do jogo, definindo quem poderá continuar e qual tipo de ação a ser realizada para sua continuidade.

Ao basear-se novamente em Buarque (2008), verifica-se que o desenvolvimento local só pode ser constituído com o processo de mobilização e exploração das potenciais características locais que possam favorecer a elevação de oportunidades sociais e viabilizar a competitividade local. Os

agentes devem compreender esses fatores e atentar para essas oportunidades, explorando suas capacidades e as potencialidades do local. Em determinado momento podem ocorrer mudanças significativas na tecnologia empregada, o que poderá promover uma mudança na técnica nessa atividade específica, porém isso irá promover a melhor qualidade dos serviços, favorecer a competitividade e, por fim, influenciar no desenvolvimento da localidade.

Essa ideia referente ao desenvolvimento local poderá pautar-se em ações externas que possam impulsionar a produção, via modificação técnica, porém essas ações externas devem estar alinhadas com as ações internas ao local.

É com base nisso que se destacam os conceitos aqui já apresentados referentes aos fatores exógenos e endógenos. Utilizando do trabalho de Bilale (2015), adentramos a esses termos, caracterizando o endógeno como o que parte do local, ou que surge dentro do território; por outro lado, o fator exógeno é incorporado ao território, porém surgiu fora deste. Esses fatores endógenos podem apresentar-se de origem cultural, geográfica ou mesmo política, partindo de característica de determinada localidade, sendo estes os agentes de desenvolvimento.

Ações que possam ativar fatores econômicos, por meio de políticas de desenvolvimento, são caracterizadas como fatores exógenos, pois partem de outra esfera que não mais a local. Essas ações puderam ser identificadas nos diversos planos de desenvolvimento implantados no Brasil e atualmente podem ser verificadas via ações dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC).

É de extrema importância ressaltar ainda que as ações exógenas podem ser advindas de tecnologias externas e promovidas por outros agentes de mercado sem a parti-

cipação de planos ou ações de desenvolvimento por parte do Governo. A própria mudança da técnica pode ser considerada um fator de influência exógena. Como exemplo pode-se indicar a necessidade de adequação a um tipo de estrutura organizacional que, ao conseguir adequar-se a uma realidade e adaptá-la para o local, é possível destacar que ocorreu uma mudança local em virtude de ações exógenas, contudo, novamente lembrando, são necessários fatores endógenos para promover essas mudanças.

Ao discutir a respeito dessa ação, Muls (2008) enfatiza a necessidade de perceber o território como sujeito da ação de endogeneização:

o território como um ator, como um sujeito que se define através da ação coletiva e da construção de instituições locais, significa confrontar as leis de funcionamento de uma economia global às estratégias infranacionais que surgem como resposta e reação aos imperativos da competição internacional. (Muls, 2008, p. 8)

A respeito desses pontos, destaca-se que, por meio das ações e estratégias criadas pelos agentes do local, eles podem criar um meio de competir e apresentar respostas à economia internacional, novamente de forma autônoma, criando respostas.

Dando prosseguimento à discussão, enfatiza-se ainda a necessidade de agir em conjunto com as entidades governamentais, afinal, surge a necessidade da reestruturação de todo o espaço. Assim, evidencia-se a necessidade de:

A organização da sociedade, contribuindo para a formação de capital social local [...] combinada com

a formação de espaços institucionais de negociação e gestão; agregação de valor na cadeia produtiva, com a articulação e o aumento da competitividade das atividades econômicas com vantagens locais; e a reestruturação e modernização do setor público local, como forma de descentralização das decisões e elevação de eficiência e eficácia da gestão pública local. (Buarque, 2008, p. 27)

Sendo assim, o desenvolvimento de determinada localidade avança para o redimensionamento e a reorganização das outras dimensões envolvidas, afinal, mercado e Estado não agem separadamente, mas complementam-se.

É por isso que se deve ser destacado que a ideia de desenvolvimento local contribui para a dinamização de realidades, contudo, não é possível agir de forma isolada ou distanciando-se das complementações e ações globais, mas sim explorar os fatores endógenos locais e utilizar os fatores exógenos como apoio, ou mesmo estímulo, ao desenvolvimento.

3. Os arranjos produtivos locais (APLs) e o papel exercido no desenvolvimento

É necessário compreender o papel e a função do Arranjo Produtivo Local (APL), no sentido que utiliza de características locais favoráveis à dinamização econômica de uma região em específico. Como bem o definem Lastres e Cassiolato (2003, p. 4), trata-se:

A trajetória histórica de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais (regiões e locais) a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum. São propícios a desenvolverem-se em

ambientes favoráveis a interação, a cooperação e a confiança entre os atores. A ação de políticas tanto públicas como privadas pode contribuir para fomentar e estimular tais processos históricos de longo prazo.

Antes de continuar com essa discussão, surge a necessidade de evidenciar uma diferença nos conceitos de sistemas produtivos locais e arranjos produtivos locais. Pode-se classificar como principal diferença a forma como os agentes interagem entre si, utilizando das ações endógenas, aproveitando as oportunidades locais, sendo os APLs mais fragmentados e apresentando uma articulação não tão forte como os sistemas produtivos. Com isso, podemos destacar que o grau de cooperação e articulação é que pode diferenciar, tendo em vista que os agentes mais integrados podem criar capacidades inovativas locais (Lastres; Cassiolato; Arroio, 2005).

Feita esta diferenciação, é necessário destacar o que representa o APL. Lastres e Cassiolato (2003, p. 4-5) apresentam as suas características, sendo elas definidas por: **(a)** dimensão territorial; **(b)** diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais; **(c)** conhecimento tácito; **(d)** inovação e aprendizado interativos; **(e)** governança; e **(f)** grau de enraizamento.

Podemos definir esses aspectos como:

(a) a dimensão do território, destacando o recorte geográfico onde as ações produtivas acabam acontecendo, seja entre microrregiões ou macrorregiões, assim como municípios. A proximidade geográfica é que permite o avanço;

(b) os agentes envolvidos não são apenas empresas, mas também produtores de bens e serviços, além de fornecedores de insumos e equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades;

(c) o conhecimento não codificado é outro fator a ser evidenciado como destaque, afinal, esse pode ser utilizado de forma comercial, contribuindo para a geração de valor;

(d) o aprendizado e a capacitação possibilitam a formação e o desenvolvimento de novos métodos, processos e produtos e formatos organizacionais;

(e) os modos e formas de organização utilizadas para coordenar as atividades na produção, distribuição de bens e serviços e a geração de conhecimento;

(f) a articulação dos diferentes agentes envolvidos no processo.

Tais características apresentam-se como pontos favoráveis ao destaque para ações ligadas ao desenvolvimento local, tendo em vista que os agentes atuam em determinado território, agem de forma ordenada e coordenada, utilizam de conhecimento e tecnologia que possam impulsionar determinada atividade produtiva, capacitam-se para atuação e, por fim, cooperam mutuamente.

Para dar mais força a tais argumentos, Araújo (2010, p. 17) enfatiza o APL como “uma maneira como todos os agentes de determinadas cadeias produtivas se organizam e se inter-relacionam, inclusive com outras cadeias produtivas, em determinado espaço e território”. O mesmo autor ainda destaca que duas características devem ser levadas em consideração: (a) o número de participantes (empreendimentos e indivíduos); e (b) as formas de cooperação, por meio de um mecanismo de governança (Araújo, 2010, p. 17).

Para complementar tais conceitos, utiliza-se ainda do trabalho de Santos, Diniz e Barbosa (2010, p. 38):

O APL é uma concentração espacial de produção de bens ou serviços para a região em que está lo-

calizado ou não os empreendimentos. Também é considerada uma localização de fonte de vantagens competitivas muito importantes para as firmas que aí estão localizadas. Esse ambiente de localização gera competitividade [vantagens competitivas], o que promove a atração e o crescimento de empresas.

Logo, pode-se destacar que não apenas a quantidade de agentes e o tipo de atividade produtiva precisam necessariamente de definição, mas também a forma de atuação dos agentes envolvido e como estes estão coordenados.

Outro ponto a ser destacado é que:

Em regiões periféricas que possuem mão de obra suficientemente qualificada, as grandes empresas podem se beneficiar duplamente pelos menores custos de mão de obra para manufatura e para engenharia e pesquisa, assim como em custos fiscais geralmente menores, desde que as condições de infraestrutura de transporte, energia e comunicação sejam minimamente adequadas. (Santos; Diniz; Barbosa, 2010, p. 42)

Assim, as empresas podem beneficiar-se de toda uma infraestrutura existente que possa contribuir para o desenvolvimento das ações produtivas, mas necessitam de todo um aparato institucional que possa contribuir com a governança; ganham de um lado pelo desenvolvimento da atividade em conjunto e por meio dos benefícios de menor custo, e também pelas ações de governo.

As parcerias que são formadas pelos agentes do APL e por entidades governamentais tornam a ação mais forte e amplamente organizada. É nesse contexto que se torna

necessário o desenvolvimento de um aparato institucional satisfatório, em que as instituições presentes devem fornecer apoio e local, dando capacidade para que os agentes possam competir, não apenas em nível local, mas também em nível globalizado.

4. O arranjo produtivo local de apicultura

A presente seção trata do APL de Apicultura do Sertão, definido por APL Mel do Sertão, contudo, antes de definirmos e tratarmos diretamente com dados e ações da pesquisa realizada, torna-se necessário caracterizar a região e os municípios que participam desse APL.

4.1 Caracterização dos municípios do Mel do Sertão

O Programa de Arranjo Produtivo Local, conforme destaca Andrade (2013), consiste em uma alternativa para fomentar o desenvolvimento da região do alto e médio Sertão Alagoano, permitindo a apresentação de melhores indicadores socioeconômicos. Contudo, antes de adentrarmos no APL em si, serão apresentados os indicadores e a caracterização dos municípios participantes deste.

Atualmente, o APL Mel do Sertão possui a participação de quinze municípios, distribuídos em cinco microrregiões, sendo estas: Santana do Ipanema, Serrana do Sertão Alagoano, Palmeira dos Índios, Batalha e Alagoana do Sertão do São Francisco; nos municípios: Água Branca, Cacimbinhas, Delmiro Gouveia, Mata Grande, Olho D'Água das Flores, Olho D'Água do Casado, Olivença, Palestina, Pão de Açúcar, Pariconha, Piranhas, Poço das Trincheiras, Santana do Ipanema, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira.

Tais municípios caracterizam-se pela produção agrícola, pecuária e, em grande parte, pelos serviços, estes sendo formados por pequenas empresas que, em sua maioria, favorecem uma dinâmica, mesmo que não muito forte. Devido a isso, quando ocorre algum problema na lavoura, a seca provocada pela estiagem ou alguma outra situação edafoclimática característica da região provoca impacto direto nas relações econômicas da região, afetando o comércio dessas cidades.

A Imagem 4 apresenta os municípios que participam diretamente na produção de Mel do APL de Apicultura do Sertão.

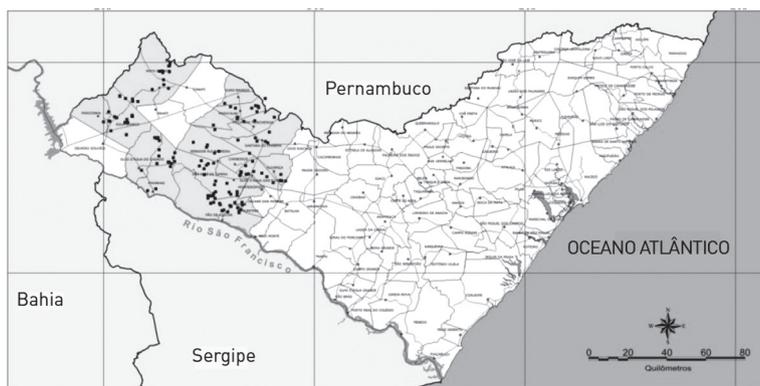


Imagem 4. APL Apicultura no Sertão

Fonte: Seplande, Sinc/DGEO-Suder/DAPL, 2014; Sebrae.

A Tabela 11 apresenta informações comparativas dos municípios do APL em relação a realidade nacional. O índice de Gini mede o grau de desigualdade regional, sendo apresentado com variações de 0 (onde a população apresenta uma renda igualitária) e 1 (onde alguns indivíduos concentram grande parte da renda local). Com destaque para as informações abaixo, percebemos que ao longo da

periodicidade apresentada temos no Brasil uma queda na concentração de rendimentos, mesmo que mínima.

Por outro lado, verificamos que na maioria dos municípios que conformam o APL tiveram um aumento da desigualdade local. Entretanto, os municípios de Olho D'Água das Flores, Olho D'Água do Casado, Pariconha e Piranhas acompanharam a realidade brasileira, fruto da implementação de políticas públicas de apoio e distribuição de renda.

	Índice de Gini (1991)	Índice de Gini (2000)	Índice de Gini (2010)
Brasil	0,63	0,64	0,6
Água Branca	0,52	0,66	0,56
Cacimbinhas	0,55	0,69	0,6
Delmiro Gouveia	0,52	0,58	0,52
Mata Grande	0,52	0,66	0,57
Olho D'Água das Flores	0,56	0,64	0,55
Olho D'Água do Casado	0,63	0,6	0,54
Oliveira	0,42	0,67	0,56
Palestina	0,52	0,54	0,59
Pão de Açúcar	0,53	0,71	0,57
Pariconha	0,52	0,64	0,5
Piranhas	0,65	0,71	0,6
Poço das Trincheiras	0,47	0,67	0,64
Santana do Ipanema	0,57	0,68	0,61
São José da Tapera	0,53	0,72	0,58
Senador Rui Palmeira	0,47	0,68	0,55

Tabela 11. Índice de Gini, municípios do APL apicultura

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Econômico, Pnud, 2013.

Agora verificamos o indicador de esperança de vida ao nascer, característica que apresenta retornos de investimentos realizados para melhorar as condições de vida de determinada localidade.

Todos os municípios acompanharam a tendência do Brasil, apresentando aumento nos indicadores. Fruto das

ações políticas de melhoria da saúde pública, investimentos promovidos pela esfera nacional, com apoio e aplicação das esferas estaduais e municipais. Os municípios de São José da Tapera e Olho D'Água do Casado apresentaram os maiores retornos.

	Esperança de vida ao nascer (1991)	Esperança de vida ao nascer (2000)	Esperança de vida ao nascer (2010)
Brasil	64,73	68,61	73,94
Água Branca	59,55	65,47	68,7
Cacimbinhas	56,63	62,24	66,82
Delmiro Gouveia	57,19	64,44	71,42
Mata Grande	57,84	64,21	66,09
Olho D'Água das Flores	55,52	62,98	70,13
Olho D'Água do Casado	55,93	64,01	72,09
Olivença	53,04	59,12	65,63
Palestina	54,25	61,61	69,08
Pão de Açúcar	58,28	64,82	72,58
Pariconha	56,12	62,07	70,23
Piranhas	57,19	65,03	72,14
Poço das Trincheiras	52,37	59,52	68,12
Santana do Ipanema	58,28	63,3	71,17
São José da Tapera	50,97	59,35	67,2
Senador Rui Palmeira	53,04	60,49	68,67

Tabela 12. Esperança de vida ao nascer, municípios do APL Apicultura

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Econômico, Pnud, 2013.

A realidade brasileira apresentou uma forte melhora no indicador de mortalidade infantil, que possui por característica apresentar informações sobre a mortalidade de crianças durante o primeiro ano de vida. Esse tipo de indicador vem apresentando os menores números na comparação das últimas quatro décadas.

Os municípios de Olivença, Poço das Trincheiras e Senador Rui Palmeira apresentaram queda neste índice

acima da média brasileira, com maior representatividade. Poço das Trincheiras apresentava um indicador de 104,66, que caiu para 35,8; contudo, deve-se considerar a necessidade de que esse indicador apresente maior queda, afinal, ainda está acima do nível apresentado pelo Brasil em 2000.

Considera-se ainda que mesmo apresentando forte queda nesse indicador, até o ano de 2010 tais municípios apresentaram informações muito acima da média brasileira de apenas 16,7, logo, existe a necessidade de tornar mais efetiva as ações de saúde pública.

	Mortalidade infantil (1991)	Mortalidade infantil (2000)	Mortalidade infantil (2010)
Brasil	44,68	30,57	16,7
Água Branca	65,68	41,94	33,8
Cacimbinhas	80,22	54,52	40,6
Delmiro Gouveia	77,28	45,73	25,1
Mata Grande	73,93	46,61	43,6
Olho D'Água das Flores	86,21	51,44	29
Olho D'Água do Casado	83,93	47,4	23,2
Olivença	100,56	68,54	45,4
Palestina	93,38	57,19	32,5
Pão de Açúcar	71,73	44,34	21,8
Pariconha	82,91	55,23	28,7
Piranhas	77,28	43,69	23
Poço das Trincheiras	104,66	66,63	35,8
Santana do Ipanema	71,73	50,16	25,8
São José da Tapera	113,6	67,4	39,2
Senador Rui Palmeira	100,56	62,14	33,9

Tabela 13. Mortalidade Infantil, municípios do APL Apicultura

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Econômico, Pnud, 2013.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) leva em consideração as informações sobre expectativa de vida, escolaridade da população adulta, fluxo escolar da população jovem e renda *per capita*. Esses dados

contribuem para informações sobre longevidade, educação e renda. A raiz cúbica das multiplicações desses três gera o Indicador Municipal. Esse é dividido em cinco classes, sendo estas: muito baixo (0,0-0,499), baixo (0,500-0,599), médio (0,600-0,699), alto (0,700-0,799) e muito alto (0,800-1,0).

Mesmo que muitos municípios tenham impulsionando o indicador brasileiro, a média apresentou-se abaixo de muito alto. Ao analisar o conjunto de municípios que formam o APL aqui em análise, apenas Delmiro Gouveia apresentou uma mudança significativa, partindo do indicador de 0,334 a 0,612, caracterizando na escala média.

	IDHM (1991)	IDHM (2000)	IDHM (2010)
Brasil	0,493	0,612	0,727
Água Branca	0,282	0,392	0,549
Cacimbinhas	0,282	0,359	0,531
Delmiro Gouveia	0,334	0,436	0,612
Mata Grande	0,253	0,356	0,504
Olho D'Água das Flores	0,322	0,405	0,565
Olho D'Água do Casado	0,259	0,362	0,525
Oliveira	0,217	0,301	0,493
Palestina	0,317	0,402	0,558
Pão de Açúcar	0,345	0,434	0,593
Pariconha	0,227	0,35	0,548
Piranhas	0,398	0,432	0,589
Poço das Trincheiras	0,24	0,313	0,526
Santana do Ipanema	0,349	0,425	0,591
São José da Tapera	0,204	0,319	0,527
Senador Rui Palmeira	0,211	0,299	0,518

Tabela 14. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, municípios do APL apicultura

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Econômico, Pnud, 2013.

A renda *per capita* pode ser interpretada como nível de desenvolvimento do país, pois mede o nível de renda e

qual o seu impacto na população brasileira. Mesmo sendo bastante criticado, tal indicador apresenta a representatividade de dados referente a localidades. Ao verificar os municípios, percebemos certa representatividade por parte de Delmiro Gouveia e Santana do Ipanema.

Delmiro Gouveia apresenta-se como uma das cidades com até 60 mil habitantes mais bem estruturadas do Brasil. Nele há a Fábrica da Pedra, a construção do Canal do Sertão, a presença da Universidade Federal de Alagoas e demais institutos de ensino superior, além da proximidade do município baiano de Paulo Afonso e das atividades produtoras desenvolvidas nele, sendo umas delas a atividade de Apicultura, Pecuária e Agricultura.

Por outro lado, Santana do Ipanema perdeu representatividade ao longo dos anos, sendo Delmiro Gouveia por vezes citada como sinal de desenvolvimento no Sertão Alagoano. Contudo, o município de Santana, que outrora se apresentou como um dos maiores produtores de feijão do estado, atualmente, possui a presença das IES Ifal, Ufal e Uneal, as atividades de serviços e a proximidade com diversos municípios, além das festividades realizadas, como é o caso da Festa da Juventude, que movimenta o Sertão Alagoano.

	Renda per capita (1991)	Renda per capita (2000)	Renda per capita (2010)
Brasil	447,56	592,46	793,87
Água Branca	78,7	138,86	213
Cacimbinhas	131,92	142,84	259,72
Delmiro Gouveia	143,2	226,71	332,13
Mata Grande	85,42	122,38	186,87
Olho D'Água das Flores	149,47	192,01	274,46
Olho D'Água do Casado	140,74	170,87	211,97
Oliveira	72,42	82,3	195,19

Palestina	83,36	109,76	185,39
Pão de Açúcar	145,98	174,43	224,33
Pariconha	72,56	101,98	211,13
Piranhas	250,37	257,64	265,96
Poço das Trincheiras	67,71	69,2	162,21
Santana do Ipanema	125,53	188,57	293,85
São José da Tapera	63,2	87,03	188,84
Senador Rui Palmeira	71,45	79,05	159,61

Tabela 15. Renda per capita, municípios do APL apicultura

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Econômico, Pnud, 2013.

Com a finalidade de verificar o Produto Interno Bruto (PIB), indicador também característico de crescimento e aumento da dinâmica econômica, a Tabela 16 apresenta o PIB a preços constantes.

Município	1999	2001	2003	2005
Água Branca	22.533,09	26.223,97	20.224,01	24.807,51
Cacimbinhas	16.679,51	18.014,02	13.984,05	16.067,49
Delmiro Gouveia	107.256,29	95.459,05	118.933,67	122.019,36
Mata Grande	27.423,83	29.915,13	24.438,26	30.125,22
Olho d'Água das Flores	44.542,09	51.273,17	54.132,67	57.808,40
Olho d'Água do Casado	8.644,30	9.993,86	8.518,36	10.752,46
Olivença	10.489,70	11.051,25	10.139,04	12.519,32
Palestina	5.161,86	6.014,12	5.516,59	6.531,32
Pão de Açúcar	34.266,57	36.208,68	31.646,87	38.059,12
Pariconha	10.444,04	14.831,77	11.143,13	14.117,13
Piranhas	24.084,31	22.863,59	23.795,21	29.182,62
Poço das Trincheiras	11.738,92	14.869,22	12.683,99	14.762,70
Santana do Ipanema	60.397,35	62.772,69	64.887,96	77.164,34
São José da Tapera	28.937,59	34.356,09	26.495,09	31.272,71
Município	2007	2009	2010	
Água Branca	27.514,84	28.641,84	30.517,83	
Cacimbinhas	17.116,89	18.988,22	19.192,03	

Delmiro Gouveia	147.282,41	133.355,81	139.753,30
Mata Grande	32.216,72	34.172,26	34.934,82
Olho d'Água das Flores	70.365,91	34.032,55	39.024,50
Olho d'Água do Casado	12.459,12	13.419,10	15.062,06
Oliveira	14.754,06	16.155,11	17.908,04
Palestina	6.974,48	7.478,40	7.688,31
Pão de Açúcar	38.525,72	41.245,67	41.741,63
Pariconha	14.373,74	15.720,31	15.410,01
Piranhas	32.417,16	35.469,20	35.830,77
Poço das Trincheiras	16.296,76	17.551,38	19.357,00
Santana do Ipanema	89.911,26	93.719,48	98.277,08
São José da Tapera	37.664,12	41.162,58	43.709,52

Tabela 16. PIB a preços constantes - Alagoas (1999-2005)

Fonte: Ipeadata, 2017.

Nota: PIB em 1000 R\$ constantes do ano 2000.

A tabela considera o valor da moeda no ano de 2000, em que o deflator implícito do PIB Nacional foi considerado. Por meio desse indicador, verificamos que Delmiro Gouveia já se apresenta à frente de Santana do Ipanema há mais de uma década. Uma mudança importante ao longo desse período deve-se ao fato de São José da Tapera ter se apresentado à frente de Piranhas e Olho D'Água das Flores, porém este foi o único a apresentar queda no PIB a preços constantes.

Após a caracterização socioeconômica dos municípios que participam economicamente do APL Mel do Sertão, vamos agora trabalhar com dados obtidos junto a agentes participantes, sejam estes gestores, associações, cooperativas ou entidades públicas.

4.2 O arranjo produtivo local “Mel do Sertão”

O Programa de Arranjos Produtivos Locais (PAPL) teve origem devido à intenção do Governo de Alagoas e de agentes institucionais em promover o desenvolvimento local das regiões que apresentam características econômicas peculiares de cada região, seja o turismo na Costa dos Corais ou as atividades do setor moveleiro em Arapiraca.

A partir dessa ideia, surge também a visão de dinamizar a atividade apícola no Sertão Alagoano, buscando proporcionar a melhoria não apenas de indicadores econômicos, mas também sociais, despertando a região para a ideia de desenvolvimento, de maneira a favorecer a atividade produtiva e mitigar as desigualdades regionais e locais. Andrade (2013) evidencia que houve um forte avanço dessa atividade, pois com apenas 4 anos de desenvolvimento foi possível apresentar quase 200% de aumento na quantidade de apicultores nas cooperativas, um salto de aproximadamente 68, em 2004, para 200, em 2008.

Mesmo sendo uma atividade recente em Alagoas, a atividade apícola apresenta-se como promissora, porém ainda é vista como uma atividade secundária. Segundo Daniel Neto (2008), estima-se que Alagoas apresente um quantitativo próximo de 700 apicultores, com apiários pequenos e baixo manejo de enxames. Entretanto, apresenta-se como setor econômico potencial, sendo desenvolvidos os seguintes produtos: o mel, a cera das abelhas, geleia real e a própolis. Abaixo, verificamos a produção de mel no Brasil e em Alagoas de 1997 até 2007.

Ano	Brasil	Alagoas
1997	19.061.722	20.546
1998	18.308.489	11.839
1999	19.751.097	17.298
2000	21.865.144	13.941
2001	22.219.675	21.200
2002	24.028.652	14.513
2003	30.022.404	85.696
2004	32.290.462	116.098
2005	33.749.666	183.946
2006	36.193.868	163.885
2007	Não obtido	171.815

Tabela 17. Evolução da produção de mel no Brasil e em Alagoas

Fonte: IBGE apud Daniel Neto, 2008.

A gestão do APL era realizada pelos agentes de apoio, via Sebrae. Atualmente, a gestão é realizada por agente institucional externo ao Governo de Alagoas e ao Sebrae, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (Iabs); contudo, ele deve apresentar relatórios mensais e semestrais de sua atuação, afinal passou por um processo desenvolvido pelo Estado e pelo Sebrae.

O APL possui mais de 200 produtores atuando de forma direta, atingindo 15 municípios por meio de suas ações. Segundo Dados dos gestores do APL Iabs/Governo de Alagoas/Sebrae (2016), o APL possui 3 cooperativas, 12 associações e 3 assentamentos, sendo estes apresentados a seguir.

Cooperativa	Município	Quantidade de filiados
Coopmel – Cooperativa dos Produtores de Mel de Abelha e Derivados.	Pão de Açúcar	182
Coopeapis – Cooperativa dos Produtores de Mel, Insumos e Derivados Apícolas de Al.	Piranhas – Piau	65
Copasil – Cooperativa de Consumo e Produção dos Criadores de Pequenos. Animais de Santana do Ipanema – Al.	Santana do Ipanema	12

Tabela 18. Cooperativas do APL

Fonte: Relatório de Gestão do APL, Iabs/Governo de Alagoas/Sebrae, 2015.

As associações são representadas na tabela abaixo.

Associação	Município	Quantidade de Filiados
ACAAB	Água Branca	44
Ass. Terra Jovem	Água Branca	06
Arca	Delmiro Gouveia	15
Atine	Olho D'Água do Casado	17
AAMP	Piranhas	21
Aapa	Pão de açúcar	30
Apisi	Santana do Ipanema	31
Aata	São José da Tapera	36
AASRP	Senador Rui Palmeira	16
Apimar	Maravilha	18
Apiflor	Olho D'Água das Flores	7
Agroleite	Poço das Trincheiras	18

Tabela 19. Caracterização das Associações do APL Mel do Sertão

Fonte: Relatório de Gestão do APL, labs/Governo de Alagoas/Sebrae, 2015.

Como complementação às ações do APL, foi realizado um levantamento junto as cooperativas participantes. O instrumento utilizado possui sua estrutura dividida em três partes:

Identificação das cooperativas – informações sobre a origem, perfil do gestor e principais dificuldades da operação.

Produção, mercado e emprego – identificação do tipo de produto comercializado, as pessoas ocupadas, a quantidade de colmeias e a produção da cooperativa.

Estrutura qualitativa das cooperativas – organização das cooperativas, canais de comercialização e os fatores que diferenciam o produto e qualificações dos apicultores envolvidos.

O quadro a seguir apresenta o perfil de gestão das cooperativas, tendo os entrevistados apresentado formação superior, com qualificação e capacitação para gestão. Tal fato evidencia que o quadro institucional é preparado e qualificado para desenvolver mudanças significativas.

Cooperativa	Início de Atuação	Escolaridade do gestor
Coopmel	2001	Superior
Coopeapis	2006	Superior
Copasil	2007	Superior

Quadro 1. Perfil da gestão das cooperativas

Fonte: Autores, 2017.

Considerando as informações repassadas pelos entrevistados, verificou-se ao longo do processo que o principal produto a ser comercializado é o mel. É possível evidenciar ainda que os agentes do setor também produzem, para seu próprio consumo, cera e pólen. Entretanto, a produção de mel nos últimos anos foi prejudicada, devido à estiagem e à seca na região. Conforme evidenciou um dos entrevistados, uma das cooperativas produzia 80 toneladas de mel, isso na média, porém, devido à perda de enxames, motivados pela seca, a produção baixou para apenas 6 toneladas. A seca acaba atrapalhando a produção, pois as abelhas passam a consumir o próprio mel, pela falta de floração na região.

Cooperativa	Produto comercializado	Quantidade de apicultores	Pessoas ocupadas	Quantidade de colmeias	Produção de mel (Kg)
Coopmel	Mel	182	30	1500 a 2000	6.000
Coopeapis	Mel e cera	36	72	930	5.000
Copasil	Mel	32	20	900	1.500

Tabela 20. Dados quantitativos das cooperativas (2016)

Fonte: Autores, 2017.

Mesmo com problemas, como o fato da redução das colmeias povoadas em até 50%, as cooperativas apresentam canais de comercialização bem definidos.

Duas das três cooperativas fornecem mel para merenda escolar. Além das prefeituras locais, uma das cooperativas possui parceria com redes de supermercado em Maceió. Para os supermercados são fornecidos os potes

de 300g a 700g. Em relação às prefeituras, são fornecidos os sachês de 10g.

Cooperativa	Locais	Regionais	Nacionais
Coopmel	Sim	Sim	Sim
Coopeapis	Sim	Sim	-
Copasil	Sim	Sim	-

Quadro 2. Canais de comercialização (2016)

Fonte: Autores, 2017.

Todas as cooperativas realizam capacitações a partir de cursos fornecidos pelo Sebrae e outras entidades que apoiam o desenvolvimento das atividades do APL. Além de cursos, são realizados seminários, há a participação em congressos e, com a oportunidade de apresentar o produto, sempre levam para as feiras, seja em eventos estaduais ou fora do estado de Alagoas.

Destaca-se ainda a participação das cooperativas em programas de apoio, os quais são desenvolvidos por entidades institucionais como: Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Secretaria de Estado da Agricultura de Alagoas (Seagri), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Alagoas (Sebrae/AL) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

Outro destaque é a relação de cooperação ativa entre as cooperativas, tendo uma interação entre os agentes envolvidos por meio do conhecimento transmitido e informações necessárias ao desenvolvimento das ações do APL.

4.3 Pontos positivos e negativos do APL

O que foi aqui tratado faz parte dos instrumentos e das entrevistas realizadas junto às cooperativas que participam ativamente do APL Mel do Sertão. É possível evidenciar como pontos positivos: **(a)** existência de uma marca forte do APL, a qual é reconhecida onde é comercializada, seus produtos possuem credibilidade e são reconhecidos no mercado, apresentando fator competitivo pela presença de uma marca forte; **(b)** minimização dos custos de transação no mercado, pelo fato de serem cooperativas; **(c)** ação mútua, em sintonia, entre os agentes participantes do APL, favorecendo o trabalho em bem comum; **(d)** distribuição da renda de forma igualitária entre os apicultores, devido ao fato de os cooperados se empenharem na produção, sendo assim, o retorno é maior se a produção é maior. Além desses pontos em destaque, evidencia-se ainda a atividade como rentável a curto e médio prazo; e, por fim, o baixo investimento na atividade apícola, fator que acaba definido pelo clima da região.

Como pontos negativos, podem ser verificados: **(a)** falta de participação de alguns associados nas atividades de qualificação e de planejamento, ação esta que impacta na produção, pois os participantes acabam não utilizando a tecnologia apresentada; **(b)** a infraestrutura encontrada em torno das cooperativas e assentamentos; e ainda como maior força, **(c)** as condições edafoclimáticas da região, as quais propiciam um baixo investimento, porém, essas mesmas condições podem provocar a fuga dos enxames em virtude da falta de alimento.

Considerações finais

A natureza desse estudo apresenta-se de forma a contribuir para com a compreensão da realidade local do APL e proporciona, ainda, espaço para avanço do estudo do local. Entende-se que a ação que promove o desenvolvimento local deve partir de dentro da localidade, a partir de fatores endógenos àquela realidade, aproveitando-se das características peculiares que possam contribuir com o avanço da dinâmica econômica. Entretanto, essas variáveis endógenas, peculiares, podem aliar-se a variáveis exógenas, de tecnologias externas, favorecendo o melhor alinhamento estratégico para competir não apenas em nível local, mas também fora do território em questão.

Essa necessidade parte da ação de movimentar, de adaptar-se a novas realidades, de buscar a mudança antes que essa seja imposta de forma representativa, sendo por agentes externos à localidade.

Com base nesses argumentos, pode ser verificada a magnitude de importância do Programa de Arranjo Produtivo Local (PAPL), que promove ações de capacitação, coordenação, organização e gerenciamento de atividades favoráveis à cooperação com competição, considerando aspectos de ambos os lados. Os agentes filiados e cooperados desenvolvem a mesma atividade, porém são capacitados e atuam em promoção das cooperativas e associações. Caso algum agente (apicultor) tenha dificuldade em sua produção, irá afetar a produção do todo, logo, existe a necessidade de cooperação, pois é o todo que comercializa e não uma simples parte.

É necessário enfatizar ainda que a ação em conjunto promove o avanço na comercialização de todos, pois possuem um patrimônio imaterial, sua marca. Caso o produtor

que comercialize com essa marca não apresente qualidade, todos perdem com isso.

Percebe-se que os agentes locais se encontram mobilizados, em busca do avanço de suas ações, planejam elaboração planos, consolidam esses planos, capacitam-se e promovem o APL. A partir desses atos é possível criar novas oportunidades para o local e aproveitá-las e, com isso, mitigar ameaças surgidas de fora do APL.

Contudo, ainda é evidente que o APL possui fragilidades, conforme destacado pelos agentes representantes das cooperativas: a infraestrutura, as condições edafoclimáticas, e ainda mais impactante, o fator humano, afinal este pode fazer a diferença entre a maior ou menor produção, isso quando consideramos as tecnologias apresentadas, por meio das capacitações.

Porém, verifica-se a capacidade de articulação e ação dos agentes. Fica em evidência o comprometimento destes em interagir e cooperar. Destaca-se ainda que sem a participação dos agentes envolvidos (apicultores, associações, cooperativas e agentes de apoio institucional) as ações do APL não iriam à frente. Sendo assim, fica clara a internalização das ações e do conhecimento e dos benefícios proporcionados dessa ação. Além disso, a atividade apícola contribui para a geração de renda, mesmo que como uma atividade secundária, mas que pode avançar em determinado momento como primeira atividade.

Referências

ANDRADE, Eliane Ramos de. A importância do arranjo produtivo local de Alagoas: Enfatizando o caso do arranjo produtivo da apicultura no sertão alagoano. **Revista Cadernos de Economia**, Chapecó, v. 17, n. 33, p. 51-65, 2013.

BILALE, Aderito Francisco. **Desenvolvimento comunitário endógeno & Desigualdade e Crescimento**. Disponível em: <http://bit.ly/2jZsqyg>. Acesso em: 18 fev. 2017.

BRASIL. IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**: Brasil. Disponível em: <http://bit.ly/2ko0HaF>. Acesso em: 11 fev. 2017.

BUARQUE, Sérgio José Cavalganti. **Construindo o desenvolvimento local e sustentável**: Metodologia de planejamento. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

DANIEL NETO, José. **Apicultura como geração de renda e inserção social**: análise do arranjo produtivo local no sertão alagoano. 2008. 45f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

INSTITUTO Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS). Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur/AL). Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/AL). **Relatório de Semestral de Atividades do Arranjo Produtivo Local Mel do Sertão**, 2015.

IPEADATA. Disponível em: <http://bit.ly/2P4EID7>. Acesso em: 11 fev. 2017.

LASTRES, Helena; CASSIOLATO, José E. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. 2003. Disponível em: <http://bit.ly/2jZsP3K>. Acesso em: 18 fev. 2017.

LASTRES, Helena; CASSIOLATO, José E.; ARROIO, Ana (orgs.). **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Contraponto, 2005.

SANTOS, Gustavo Antônio Galvão dos; DINIZ, Eduardo José; BARBOSA, Eduardo Kaplan. **Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento**. BNDES: s/l, 2010.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

CAPÍTULO 3: RURALIDADES, SEMIÁRIDO E AGROECOLOGIA: NOVAS OPORTUNIDADES PARA A JUVENTUDE RURAL NOS MUNICÍPIOS DE CANAPI E INHAPI, EM ALAGOAS

Ermeson Henrique Silva dos Reis

Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa

Introdução

O ambiente rural já foi visto apenas como um local arcaico, como apenas um lócus de produção agropecuária. Essa perspectiva gera um ambiente pouco estimulante para o desenvolvimento e para a inserção dos jovens no âmbito rural. Em contrapartida, surgem no ambiente rural, novas oportunidades socioeconômicas, tornando-o mais dinâmico e capaz de possibilitar melhorias na qualidade de vida das famílias, além de motivar os jovens a permanecerem no campo.

Esses pressupostos reorientam os olhares analíticos sobre o espaço rural, composto por uma diversidade de ruralidades e não apenas atrelado a um segmento produtivo (existência apenas de um tipo de ruralidade), além de ser considerado um espaço multifuncional. Assim, o rural passa a ser visto como um ambiente que detém múltiplas identidades, sistemas de produção multissetoriais, infraestrutura de telecomunicação, novos atores sociais, novos ativos econômicos locais, ou seja, uma multiplicidade de oportunidades socioeconômicas que possibilitem um processo de desenvolvimento rural a partir de outros pressupostos.

Diante deste contexto, a agroecologia pode ser vista como uma alternativa de desenvolvimento rural no qual

fortalece a participação social, principalmente de jovens, o que evita o aumento do êxodo rural, ao mesmo tempo em que atrai novos atores sociais para o rural.

Esse novo leque de oportunidades pode tornar o rural do semiárido mais dinâmico, capaz, ainda, de possibilitar melhorias na qualidade de vida das famílias rurais sertanejas, além de motivar os jovens agricultores a permanecerem no campo. A transição de um modelo convencional para um agroecológico gera benefícios para os que se envolvem com esse meio de produção devido a não utilização de agrotóxico, à geração de autonomia, principalmente alimentar, bem como a possibilidade de múltiplas formas de obtenção de renda. Por isso, ressalta-se que, neste novo contexto, o rural tende a possibilitar, não só inserção, mas a permanência dos jovens no rural com geração de qualidade de vida.

Assim, este capítulo busca discutir como as ruralidades e a agroecologia podem possibilitar novas perspectivas de desenvolvimento para a juventude rural no semiárido alagoano, verificando qual o papel deste sistema produtivo para a melhoria em suas condições socioeconômicas a partir das particularidades e restrições ecológicas existentes na região.

Este capítulo está dividido em quatro seções além desta introdução. Na seção 2 apresentaremos a metodologia; na seção 3, há uma revisão da literatura sobre as perspectivas da nova ruralidade; os resultados são apresentados e discutidos na seção 4. Por fim, as considerações finais são realizadas na seção 5.

1. Metodologia

Este capítulo possui como universo de pesquisa 60 jovens rurais egressos da Escola de Formação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (Efades), nos anos de 2012 e 2013, residentes nos municípios de Canapi e Inhapi, cidades localizadas no Alto Sertão de Alagoas.

Para a elaboração deste trabalho foi realizada uma revisão de literatura sobre a temática debatida, no qual buscou-se construir um referencial teórico e analítico acerca de como o sistema socioprodutivo agroecológico contribui para a melhoria das condições socioeconômicas dos agricultores familiares inseridos no semiárido brasileiro, especialmente no que se refere à juventude rural.

Como instrumental de pesquisa utilizou-se de um questionário semiestruturado contendo 28 perguntas subdivididas em três seções cuja finalidade era a caracterização: (1) dos jovens agricultores; (2) do sistema produtivo; e (3) da renda e das formas de comercialização. Assim, foram aplicados 20 questionários aos jovens agricultores familiares egressos da Efades, sendo este o objeto de estudo desta pesquisa. Cabe salientar que durante a aplicação dos questionários foram realizadas algumas observações e avaliações sobre o papel que a Efades detém para a região do Sertão Alagoano, balizado no princípio da agroecologia.

No que se refere a Efades, esta escola foi desenvolvida pela Organização Visão Mundial que é integrante da *World Vision International*, instituição atuante em mais de 90 países. No Brasil atua desde 1975, contribuindo para a mudança na realidade socioeconômica de crianças, adolescentes e jovens, a partir da inclusão produtiva e da assistência social.

2. As perspectivas das novas ruralidades

O ambiente rural sempre foi visto como um ambiente apenas de produção agrícola, em que os agricultores eram vistos como indivíduos que produziam de maneira defasada. Isso se tornou mais evidente com a perspectiva, vinda por meio da revolução verde, de que a produção agrícola deveria seguir padronizações nos quais a monocultura era a base do modelo de produção, como também pelo fato que produção agrícola necessitaria cada vez menos de mão de obra, o que ampliaria o processo de êxodo rural.

Nesse sentido, Tedesco (2006) indica que existem diversos problemas enfrentados pelo modo de agricultura disseminado hoje, podendo acarretar: problema de concentração de renda, desemprego, o problema da fome, a dependência dos agricultores perante os agentes secundários, além do problema de êxodo rural tratado anteriormente.

Feiden (2005) ainda ressalta que devido ao fato de muitos sistemas ditos como tradicionais estarem no processo de degradação, ele deixa bastante claro que, independente das vantagens econômicas trazidas por esse modelo, os agroecossistemas se degradam e geram uma série de problemas, como a de não conseguir responder a muitas realidades socioeconômicas hoje vivenciadas. Além do mais, fazem com que amplie a escassez da força de trabalho derivada do fato de haver grandes migrações de mão de obra, visto que não conseguem sobreviver à escassez de terras, consequência da concentração fundiária.

Para Favareto (2007), o objetivo da economia rural tradicional esteve sempre relacionado à agricultura ou apenas incorporado a elementos que vão além dos relacionados à produção primária, contudo tendo como objeto

de observação apenas as famílias e empresas ligadas a esta atividade. E isso teve, é claro, uma base histórica que a sustentava, mesmo que esta visão seja distorcida, já que dita como peso determinante na vida rural, o setor agrícola, o que seria equivocado.

Wanderley (2009) observa que quando se trata de rural é possível apontar duas características imprescindíveis. A primeira característica corresponde às relações específicas que existem entre os habitantes no campo com a natureza, em que o agricultor está ligado diretamente inclusive em seu trabalho e no seu *habitat*. No entanto, por outro lado, temos que a segunda característica está relacionada às relações sociais que são bastante singularizadas. Isso conduz para práticas diferenciadas de outros ambientes e, além do mais, tais características mudam de localidade para localidade devido às heterogeneidades presentes em cada agroecossistema e às relações dos produtores com este.

O ambiente rural não é apenas a relação do homem com a produção agrícola, “mas principalmente por “valores naturais”, de uma forma que a noção de ruralidade incorpora o meio rural como um valor a ser preservado e não como um obstáculo a ser removido pelo processo agrícola” (Kageyama, 2008, p. 33).

Brose (2001, p. 14, grifo do autor) afirma que:

Assim como uma região tem um tecido social, econômico e político diversificado, com uma diferenciação entre os diversos municípios que a compõe, o meio rural também apresenta uma composição diversificada, da qual a agricultura é apenas um dos elementos constituintes. Ele é composto por fatores sociais (educação, religião, lazer, etc.), fatores econômicos (fontes de renda não agrícola como o

turismo, comércio manufaturas, etc.), fatores políticos e outros setores diversificados, que compõe aquilo que convencionamos chamar de “*meio rural*”.

Wanderley (2009) mostra que o ambiente rural, assim, deixa de ser um local singular de uma sociedade distinta, para ser um segmento da sociedade bem mais ampla que o domina, esse promulga construir objetivos para estudos rurais mais amplos os quais englobe não só a produção agrícola mais toda a complexidade e interação social existente que substitua esse modelo ortodoxo baseado nas sociedades tradicionais e que entende o rural apenas como um *espaço singular*. Assim, a preponderância do ambiente rural não está resumida apenas no campo, sendo um lugar de realizações primárias de produção, mais a uma dicotomia que envolve os campos e as cidades, dentro de uma relação *intersectorial de economia*, levando em consideração a variáveis ambientais como o eito principal para o desenvolvimento rural (Favareto, 2007).

Por conseguinte, todas as ponderações a esse novo ambiente rural ou às novas ruralidades requerem o reconhecimento do rural tanto nas suas relações como o urbano, como nas suas relações internas e específicas, já que existe uma interação intrínseca entre a produção no campo e as cidades como também existe relações internas na própria comunidade rural que pode divergir de lugar para lugar. Com isso, a necessidade de entender as novas ruralidades pressupõe a compreensão do ambiente rural enquanto espaço físico (a ocupação do território, clima, recurso naturais, etc.), enquanto compreensão onde se vive, devido a todas as particularidades existentes no modo de vida da região e as suas referências *identitárias* e enquanto lugar

onde se vive no mundo que é a noção de cidadania e o entendimento da importância do homem rural nas esferas mais amplas da sociedade (Karam, 2004).

Dentro desse contexto, o rural deixa de ser um simples atributo específico por parte de um grupo minoritário em se tratando de autonomia no processo de desenvolvimento para ser uma representação social, produzida por diferentes grupos, quer sejam de origem urbana quer sejam de origem rural, deixando, pois, de ser um ambiente visto como externo com um conjunto de atividades específicas e passa a ser ele mesmo construído socialmente como uma forma de diferenciação social (Kageyama, 2008). Isso gera

[...] novas e múltiplas faces do rural [...] que propõe uma nova concepção das atividades produtivas, especialmente daquelas ligadas à agropecuária, e uma igualmente nova percepção do 'rural' como patrimônio a ser usufruído e a ser preservado. (Wanderley, 2009, p. 250)

Deste modo, percebe-se que a ruralidade é “[...] um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, a partir da incorporação de novos valores, hábitos e técnicas” (Carneiro, 2002, p. 235) no ambiente rural. Além disso, no processo contínuo de transformação social e de continuidade do homem no campo, a juventude deve ser vista como agente principal deste processo sendo que todo e qualquer programa social deve levar em consideração as ações coletivas para este grupo (Castro, 2010).

Favareto (2007) complementa afirmando que a ideia de ruralidade é distinta de tantas outras que necessitam do seu oposto, como acontece com esquerda e direita ou com o sagrado e o profano. Não se deve pensar no rural como polo

oposto do urbano, pois isso contrapõe sua própria delimitação que presume o rural como toda a interação complexa do homem com o campo e toda a suas relações externas.

Wanderley (2009) observa que as mudanças postas das novas ruralidades são frutos tanto de fatores externos quanto internos. No primeiro caso, essas mudanças estão relacionadas com as dimensões econômicas e políticas dominantes e que cada vez mais então sendo internacionalizadas no âmbito rural como também com as formas de regulamentação agrícola e da valorização do meio rural, podendo destacar de maneira ampla a (I) a globalização da economia em seu conjunto; (II) a presença cada vez maior das instâncias internacionais – ou macrorregionais – na regulação da produção e do comércio agrícolas; (III) a profunda crise do emprego, que atingiu as sociedades modernas em seus diversos setores; e, (IV) as transformações pós-fordistas das relações de trabalho e as novas formas de sua regulação.

Todas essas mudanças são fruto de saberes que são aprendidos com o tempo e fruto de esforços recentes, o que enfoca nessas novas perspectivas de que o ambiente rural não é o mesmo que era visto há décadas. Assim, em meio à crise no modelo de produção e modernizações agrícolas, as novas discussões acerca do rural não apontam para a extinção do mundo rural, mas para o surgimento de novas ruralidades (Wanderley, 2009).

De acordo com Kageyama (2008, p. 49),

[...] uma última característica que dá sentido ao rural enquanto território socialmente construído e com papéis específicos na reprodução e desenvolvimento das sociedades, que é a relação de complementaridade do rural com as cidades, ou com o urbano, de

maneira geral, por meio dos mercados (produção e consumo), das atitudes em relação às funções atribuídas ao rural e por meio das representações culturais e simbólicas que permeiam a noção de ruralidade.

2.1 Agroecologia e convivência no semiárido

Por sua vez, esta nova oportunidade socioeconômica introduzida no ambiente rural do semiárido alagoano e que vem sendo aproveitada pelos jovens agricultores familiares, familiares está atrelada ao sistema socioprodutivo agroecológico. Este sistema prima pela conservação ecológica dos estabelecimentos rurais, ao tempo em que incentiva as famílias rurais utilizarem-se dos produtos gerados em seus estabelecimentos, seja para o autoconsumo alimentar, seja para o desenvolvimento das atividades produtivas agrícolas e não agrícolas, seja para o lazer e contemplação da biodiversidade (paisagem). Assim, a agroecologia surge como uma ciência que busca dar base para os agentes que se envolvem com novos meios de fazer agricultura ponderada pelos princípios da sustentabilidade e equidade social.

Com isso, Altieri argumenta que (2012, p. 105-107)

[...] a agroecologia emerge como uma disciplina que disponibiliza os princípios ecológicos básicos sobre como estudar, projetar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e ao mesmo tempo conservem os recursos naturais, assim como sejam culturalmente adaptados e social e economicamente viáveis.[...] O principal objetivo da abordagem agroecológica é integrar os diferentes componentes do agroecossistema de forma a aumentar sua eficiência biológica geral, capacidade produtiva e autossuficiência.

Para Aquino e Assis (2005), a agroecologia nasce da tentativa de dar suporte às diversas correntes da agricultura alternativa, respondendo às citações de movimentos que expunham esse tipo de agricultura alternativa como sendo “retrógrada de volta ao passado”.

Feiden (2005, p. 53) ainda traz que

O emprego mais antigo da palavra agroecologia diz respeito ao zoneamento agroecológico, que é a demarcação territorial da área de exploração possível de uma determinada cultura, em função das características edofoclimáticas necessárias ao seu desenvolvimento.

Tedesco (2006) nos apresenta que a agroecologia se constitui buscando construir meios pelos quais pode-se tirar a agricultura de um estado de insustentabilidade, mais precisamente a agricultura familiar, tanto da produção para o externo “da porteira para fora” quanto das influências externas para a produção “da porteira para dentro” da propriedade, buscando seu enfoque no agricultor familiar para a produção de alimentos mais saudáveis. Com isso, a agroecologia se tornou uma “disciplina que estudava os agroecossistemas e passou a ser entendida de uma forma mais ampla com contribuição de diferentes áreas do conhecimento” (Zamberlam; Froncheti, 2002, p. 75).

Altieri (2012) relata que a ciência da agroecologia busca promover o desenvolvimento de novas metodologias, que são mais do que necessárias para uma agricultura que está à procura de um ambiente altamente sustentável, não obstante, altamente viável economicamente e que espelha em busca por uma maior equidade social. O autor ainda aborda que quando se opta por uma aplicação com princípios agro-

ecológicos, deve se ter em mente que o principal desafio da agricultura sustentável é minimizar os fatores externos e, se possível, gerá-los internamente de maneira mais eficiente por meios de estratégias eficientes nos agroecossistemas.

Feiden (2005) destaca que das possíveis estratégias-chave para a criação de um novo agroecossistema, temos: (I) reduzir a dependência de insumos comerciais; (II) utilizar recursos renováveis e disponíveis no local; (III) enfatizar a reciclagem de nutrientes; (IV) introduzir espécies que criem diversidade funcional no sistema; (V) desenhar sistemas que sejam adaptados às condições locais e aproveitem, ao máximo, os microambientes; (VI) manter a diversidade, a continuidade espacial e temporal da produção; (VII) otimizar e elevar os rendimentos, sem ultrapassar a capacidade produtiva do ecossistema original; (VIII) resgatar e conservar a diversidade genética local; (IX) resgatar e conservar os conhecimentos e a cultura locais.

A agricultura tradicional tem muita dependência de insumos externos, o que deixa o sistema produtivo a mercê das variações dos preços, passando, assim, para o consumidor. Os sistemas agroecológicos buscam utilizar o máximo possível no próprio local de produção, reutilizando nutrientes e introduzindo espécies para diversificar o sistema. Manter a diversidade é fundamental para a sustentabilidade levando em consideração que no ambiente natural existe uma gama de sistemas integrados e complexos de controlar. E, por fim, a preservação dos conhecimentos locais, pois a agroecologia é desenvolvida no ambiente com base nos ensinamentos locais, assim a parte empírica do desenvolvimento é sim necessária.

Vemos, então, que a mudança de um sistema tradicional para um sistema alternativo não é tão simples e arcaica quanto parece. Esta transição é complexa e por ve-

zes não tão rápida, pois é necessário ter um conhecimento amplo sobre o ecossistema em volta e ainda observar o grau de assimilação da comunidade com as novas formas de produção e distribuição.

Assis (2005, p. 179) relata que:

Em relação aos custos de conversão para sistemas agroecológicos de produção, relacionados à perda inicial de produtividade, verifica-se que o custo total dessa conversão apresenta uma relação direta de proporcionalidade com o padrão inicial de produtividade. Além disso, esses custos de conversão expressam-se de forma diferente em função do estrato socioeconômico do produtor envolvido, bem como do padrão tecnológico no momento da mudança de sistema de produção.

O autor ainda mostra que existe um fator ainda mais importante na mudança de um sistema tradicional para um sistema agroecológico, que é a inserção de mais mão de obra porquanto nos sistemas agroecologias existe a relação mais direta do homem com a produção, gerando um incremento de renda na própria localidade. Não obstante, para a agricultura tradicional a mão de obra é apenas um custo que deve ser evitado ao máximo.

Contudo, Tedesco (2006) ressalva que existem grandes motivações para a conversão da agricultura convencional para agroecológica, estas motivações se dão em parte pela produção de uma vida mais saudável para os agricultores, levando em conta que os agrotóxicos podem causar doenças. Existem ainda fatores religiosos e outros ligados à melhoria da produção sem que acarretem elevações nos custos.

É comum haver discurso que retrata a agroecologia e a agricultura orgânica sendo sinônimos. Assis (2005) traz que por um lado a ciência da agroecológica possui limites teóricos pressupostos básicos, que dão encaminhamento para a agricultura levando em consideração as potencialidades e dificuldades do ambiente o qual está inserido. Já a agricultura orgânica refere de maneira mais simples apenas um modo de produção baseado no fato da não utilização de agrotóxicos, no qual as técnicas são desenvolvidas por aqueles que estão inseridos na produção, ou seja, pode haver produtos que possam ser chamados de orgânicos mas não necessariamente seguem todos os princípios da agroecologia. No mais, Lampking, citado por Caporal e Costabeber (2004), ressalta que o uso inadequado de material orgânico pode causar, ao invés de benefícios, problemas que poderão limitar o desenvolvimento e o funcionamento dos ciclos naturais.

Outro fator importante da agroecologia é a utilização de produções que pleiteiam pela diversidade de culturas e não pela extensão de apenas uma. Isso é imprescindível trazendo ao ambiente um menor grau de degradação, pois diversas culturas ajudam na sustentabilidade do ambiente. Altieri (2012) observa que ao combinar algumas espécies de plantas com hospedeiros primários de um herbívoro, experiências mostraram que insetos-praga se proliferam em maior abundância em monoculturas do que em sistemas diversificados. A diversificação é característica da agricultura familiar que [...] “tem a capacidade de manejar os recursos materiais de modo sustentável, mantendo e até melhorando a biodiversidade dos agroecossistemas” (Tedesco, 2006, p. 58).

Lemos (2006) mostra que o desenvolvimento agroecológico dos agricultores familiares tem compromisso com a diversidade das culturas cultivadas, respeitando os saberes locais e podendo até incorporar inovações tec-

nológicas, assim como estabelecer uma estratégia sobre o desenvolvimento do território.

Por fim, Tedesco (2006, p. 24) fala sobre agroecologia que

Pressupõe-se, além de uma série de outros elementos, restabelecer a lógica do respeito e do cuidado sobre a lógica da exploração; da cooperação sobre a competição; da solidariedade e da compaixão sobre o individualismo, da vida sobre a morte; representa a luta por um novo modelo de agricultura, uma nova concepção de alimentos e articula formas variadas, estratégicas e alternativas de consumo/comercialização.

Para Duarte (2009), levando em consideração que o melhor processo de desenvolvimento surge por meio da perspectiva de desenvolvimento sustentável econômico e social e dentro dos pilares da dimensão econômico política, ética, social, econômica e cultural, a transição para agroecologia no semiárido é uma possibilidade bastante aceitável para a sustentabilidade da produção agrícola e reprodução familiar.

No mais, Robson (2009, p. 8) diz que,

Dentre essas experiências, a agroecologia em pequenas propriedades da região do semiárido é a que mais se destaca. Atividades desse porte têm motivado os agricultores familiares a investirem na sua qualificação para a produção agroecológica. Nessa perspectiva, estão surgindo inúmeras experiências de agricultura alternativa no Sertão que proporcionam uma relação mais equilibrada do ser humano com o meio natural.

No entanto, Andrade e Silva (2014) ressaltam que, para que se possa trabalhar com a agroecologia no semiárido,

de maneira disseminada, como uma tentativa de melhoria, é necessário haver uma grande mudança de postura em relação ao modelo de desenvolvimento atual, pois as práticas agroecológicas são uma opção inovadora, que precisa ser orientada e realimentada permanentemente.

2.2 Juventude rural e permanência no campo

As novas perspectivas voltadas para o ambiente rural estão gerando mais motivação para a permanência da juventude no campo, estimulando a inserção destes no processo produtivo, proporcionando oportunidades de desenvolvimento socioeconômico que até então eram desconhecidas, isso otimiza a forma de visualizar, compreender o ambiente rural, possibilitar melhorias na qualidade de vida e a permanência dos jovens e suas famílias no campo.

Os jovens do rural podem ser vistos como os principais agentes responsáveis pela transformação e continuidade do desenvolvimento de estratégias produtivas no campo e podem garantir a sucessão das atividades agrícolas e não agrícolas, o que contribui para a permanência no ambiente rural. A juventude rural reaparece nos diferentes contextos rurais da atualidade como uma categoria-chave para a própria reprodução social do campo e, em especial, da produção familiar (Castro, 2010).

Um dos fatores que também motiva a continuação dos jovens no meio rural é a diversidade de atividades que podem ser desenvolvidas, até pouco tempo as únicas atividades vistas no campo eram a agricultura e a pecuária de forma convencional e atualmente essa realidade não é mais a mesma, pois as demandas mudaram e a forma de cultivo de alimentos e animais também.

A busca por melhoria na qualidade de vida atrelada à produção de maneira agroecológica foram as alternativas encontradas para tais mudanças. Os jovens e agricultores familiares estão começando a despertar para as alternativas reprodutivas existentes no ambiente rural, bem como estão adentrando os novos mercados que vem emergindo, principalmente nas últimas duas décadas, no urbano e/ou no rural.

Esse novo perfil do rural aumenta a oportunidade de aperfeiçoar a renda familiar e desenvolver socioeconomicamente o local em que vivem, ao tempo em que podem também organizar os agroecossistemas em seus estabelecimentos rurais. A permanência da juventude no campo é necessária para fortalecer o espaço produtivo e promover a interação social, além de continuar a desenvolver atividades não agrícolas que compõe a pluriatividade. A pluriatividade passa a ser identificada como a combinação da atividade agrícola com atividades não agrícolas por uma mesma unidade familiar, que seria uma decorrência de um transbordamento do urbano sobre o rural (Silva, 1999).

Um dos principais alicerces deste processo de construção de alternativas é o capital natural (recursos naturais) existente no ambiente rural. Ocorre que o rural tende a deter expressivos níveis de capital natural que podem se converter em alimentos, princípios ativos para medicamentos, paisagem utilizada para o lazer, matéria-prima para o setor industrial, etc.

Deste modo, o respeito ao ambiente natural torna-se importante para a reprodução socioeconômica dos agricultores familiares que, desta forma, podem acessar mercados consumidores diferenciados e que lhes remunerem bem, ao tempo em que podem organizar e gerir agroecossistemas em seus estabelecimentos rurais que lhes proporcio-

nem uma melhora em sua qualidade de vida. Ou seja, é possível estruturar sistemas que contemplem as demandas materiais e imateriais das famílias rurais.

Neste cenário, novas oportunidades socioeconômicas são geradas para os jovens agricultores familiares do semiárido alagoano, que não precisam mais abandonar sua localidade, podendo ser preparado para suceder seu pai ou sua mãe na gestão do estabelecimento rural, ou mesmo iniciar a gestão do seu sistema de produção agrícola e/ou não agrícola num pedaço de área cedida dentro do estabelecimento rural familiar ou em seu próprio estabelecimento rural. Até porque existem alguns fatores que colaboram para que a juventude não migre para a área urbana.

Carneiro (1998) ressalta que existem algumas dificuldades nas cidades que os jovens do ambiente rural enfrentam, seja por baixa qualificação, ou seja por falta de apoio e ainda pelo fato de ter que arcar com algumas despesas tais como moradia, alimentação e outros serviços necessários para se manter nos centros urbanos. Esses fatores colaboraram para a juventude compreender que podem ter um padrão de qualidade de vida satisfatório no campo e para buscar alternativas de trabalho e renda em suas localidades.

Outro fator que contribui muito para a permanência de jovens no meio rural é a presença de instituições e ONGs que atuam na tentativa de suprir as necessidades que as instituições públicas deixam a desejar, além de atuar também fomentando a necessidade e importância da continuidade das atividades no campo pela juventude que é indispensável no processo de desenvolvimento rural sustentável e local.

As ONGs detêm uma relevante importância para o desenvolvimento rural local, a visão mundial a qual fez parte

do objeto de pesquisa deste trabalho e que atua norteador sob as ações e noções de sustentabilidade, incentivando os jovens e adolescentes rurais a fortalecerem seu senso de pertencimento ao ambiente local, por meio das práticas produtivas agroecológicas no ambiente rural em que vivem, fortalecendo, dessa forma, a permanência da juventude no ambiente rural ao qual pertencem.

3. Discussão de resultados

A caracterização dos jovens agricultores entrevistados no que concerne ao grau de escolaridade apresenta um grande avanço. Anteriormente a realidade dos agricultores da região do semiárido no quesito escolaridade era o menor grau possível, uma vez que estes muitas vezes não tinham a oportunidade de estudar, pois precisavam enfrentar o trabalho muito cedo para contribuir com a renda de suas famílias. Essa realidade era bastante comum nas regiões sertanejas, diferentemente disso os resultados dessa pesquisa mostram que hoje os jovens, além de fazerem parte do sistema produtivo rural por opção, possuem oportunidades de ampliar seus conhecimentos e, mesmo assim, permanecer no rural para dar continuidade às atividades desenvolvidas pelos seus pais e até mesmo buscar cursos técnicos voltados para o ambiente rural para poder colaborar para o desenvolvimento do local em que vivem.

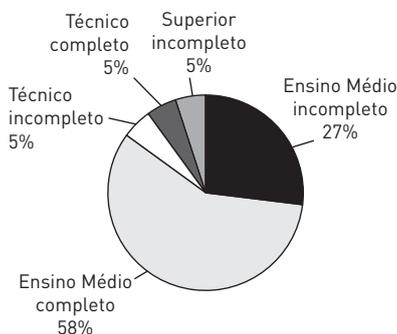


Gráfico 7. Grau de escolaridade dos jovens agricultores (2014)

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de pesquisa de campo, 2014.

Conforme o Gráfico 7, percebe-se que a maioria concluiu o ensino médio, 12 possuem o ensino médio completo, 5 possuem o ensino médio incompleto, 1 superior incompleto, 1 técnico completo e 1 técnico incompleto.

No que diz respeito à caracterização do sistema produtivo, o tamanho médio dos estabelecimentos rurais varia de 1 a 5 hectares, os quais, em sua maioria, são de propriedade dos moradores e, quando não, são de algum familiar que cede uma parte de terra para que eles possam utilizar para plantio.

O processo de transição para a agroecologia, como vimos anteriormente, é um tanto complexo e requer tempo. Gliessman (2008) traz alguns dos motivos que encorajam os produtores a produzirem agroecologicamente, entre eles temos: **(a)** custos crescentes da energia induzidos pelo incremento de maquinário na produção; **(b)** as baixas margens de lucro das práticas convencionais; **(c)** o desenvolvimento de novas práticas que são vistas como opções viáveis; **(d)** o aumento da consciência ambiental entre consumidores, produtores e legisladores; e **(e)** novos e mais consistentes mercados para produtos agrícolas cultivados e processados de forma alternativa.

Nessa perspectiva o trabalho observou que a mudança para a agroecologia se deu recentemente na localidade, os motivos da transição são bastante peculiares, no modelo de produção tradicional nota-se uma busca por lucro desenfreada sem preocupação com a dinâmica local e suas possíveis externalidades negativas. Já na pesquisa, cerca de 45% dos entrevistados ressaltaram que a busca em produzir respeitando o meio ambiente e os recursos naturais foi o pilar norteador para a transição, já 30% dos entrevistados declararam que a busca por desenvolver novas formas de trabalho e por obter mais conhecimento sobre a terra onde plantam foi o que levou à transição. E os outros 25% declararam que o motivo por optarem por um sistema de produção agroecológica foi a questão dos benefícios a saúde e a melhoria de condição da terra onde plantam.

Quanto ao período de transição, conforme pode ser visto no Gráfico 8, cerca de 20% dos agricultores (quatro dos vinte entrevistados) informaram que sempre trabalharam de maneira agroecológica, 40% há cerca de três e seis anos e os 40% restantes optaram pela agroecologia no período de dois anos, por meio do conhecimento adquirido pela Escola de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (Efades).

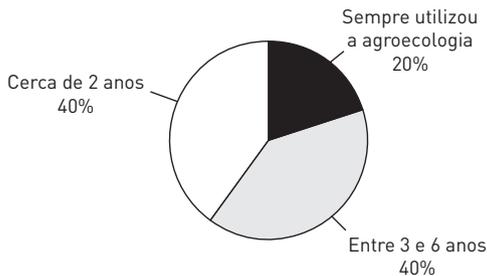


Gráfico 8. Tempo de transição para o Sistema Agroecológico (2014)

Fonte: Autoria própria, a partir de pesquisa de campo, 2014.

Com isso, o processo de transição, ainda recente, passa por um momento de maturação, isso equivale a dizer que ainda será necessário algum tempo para que traga mudanças mais significativas. Gliessman (2008) ressalta que, embora os produtores tenham uma perda de rendimentos nos lucros nos primeiros dois anos, grande parte deles permanece na agroecologia e com o desenvolvimento do processo de transição os produtores acabam por ter benefícios tanto econômicos quanto ecológicos, devido à conversão. Parte do sucesso da transição depende quase que exclusivamente da capacidade do produtor em conseguir adotar práticas que diminuam a dependência externa de insumos.

No processo de transição para agroecologia deve existir uma série de dificuldades para que assim possa-se criar um ambiente mais propício ao desenvolvimento rural. No Quadro 3 observa-se as principais dificuldades encontradas e os benefícios vistos pelos agricultores na agroecologia

No processo de transição foram encontradas algumas dificuldades enfrentadas e que foram apontadas pelos entrevistados, entre elas a falta de equipamentos, as queimadas, as pragas (besouros, formigas, moscas etc.), falta de apoio governamental, mão de obra insuficiente etc. Outras grandes dificuldades ressaltadas foram a falta de água, 90% dos entrevistados, a falta de assistência técnica que foi apontada por 16,7% dos entrevistados e, por último, foi destacada a falta de conscientização para a produção de agroecológicos, cerca de 40% dos enfatizaram que muitos não cultivam de forma agroecológica porque não conhecem e nem buscam conhecer e reconhecer a importância desse método de produção.

Entretanto, os benefícios gerados foram bastante diversos e apontam para uma melhoria de percepção por parte

dos jovens agricultores, o que significa dizer que existe uma abertura maior para novos métodos de produção.

Pode-se verificar, então, de acordo com o Quadro 3, que grande parte dos entrevistados declarou uma melhoria na qualidade de vida e na melhoria da saúde como um dos principais benefícios trazidos pela agroecológica. Verificou-se que a melhoria do meio ambiente também como benefícios trazidos pela agroecologia foi algo ressaltado pelos entrevistados.

Agricultor	Benefícios	Dificuldades
1	Não uso de agrotóxico.	Falta de água.
2	Não impacta o meio ambiente.	Conscientização dos familiares e falta de assistência técnica.
3	Não impacta o meio ambiente.	Transmitir os preceitos da agroecologia.
4	Não uso de agrotóxico.	Relação com a assistência técnica.
5	Não impacta o meio ambiente e maior conscientização popular.	Conscientização dos familiares, falta de assistência técnica e seca.
6	Melhoria da qualidade de vida.	Não teve dificuldades.
7	Aprendizagem e a saúde.	Não teve dificuldades.
8	Aumento da produção, diminuição de custos e aproveitamento de todos os recursos da propriedade.	Falta de apoio das instituições de governança, conscientização dos próprios produtores.
9	Não impacta o meio ambiente e geração de renda.	Conscientização dos familiares, falta da água e falta de mão de obra.
10	Melhoria da qualidade de vida e não uso de agrotóxico.	Conscientização dos familiares.
11	Não uso de agrotóxico e não impacta o meio ambiente.	Conscientização dos familiares.
12	Melhoria da saúde, não impacta o meio ambiente.	Não teve dificuldades.
13	Aprendizagem na produção.	Falta de água, combate às pragas.
14	Não impacta o meio ambiente, melhoria da saúde, melhoria da qualidade de vida.	Percepção imprecisa sobre agroecologia por parte dos agricultores próximos.
15	Produção consciente, não impacto ao meio ambiente, não utilização de agrotóxico.	Conscientização dos familiares, falta de mão de obra, e falta de água.

16	Melhoria da qualidade de vida.	Falta de apoio das instituições de governança e seca.
17	Gerou poucos benefícios.	As diferenças dos produtores.
18	Melhoria da saúde.	Baixo valor do produto no mercado e a seca.
19	Melhoria na alimentação.	Conscientização dos produtores e assistência técnica.
20	Valorização da mão de obra e qualidade dos produtos.	Conscientização dos produtores.

Quadro 3. Benefícios e dificuldades encontradas pelos jovens na transição para a agroecologia (2014)

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

O que mostra que a agroecologia ajuda a [...] “responder as preocupações sobre qualidade do ambiente, conservação de recursos, segurança alimentar, qualidade da vida rural e sustentabilidade da própria agricultura” (Gliessman, 2008, p. 588).

No que diz respeito à organização social do trabalho utilizado no processo produtivo dos estabelecimentos rurais, observa-se que está sendo resgatada a cultura de trabalhar de forma coletiva por meio da agroecologia, conforme Gráfico 9.

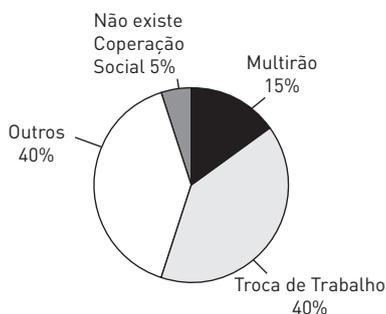


Gráfico 9. Formas de organização social (2014)

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de pesquisa de campo, 2014.

A troca de trabalho é uma das formas de organização social mais usada pelos jovens agricultores – 40% dos entre-

vistados –, no entanto, 15% dos entrevistados declararam que usam mutirões para o desenvolvimento de algumas atividades. Além disso, 40% declararam que usam outros tipos de organização social para o desenvolvimento de suas atividades, como a utilização de banco de sementes comunitários e outros 5% declararam não haver nenhuma forma de organização social.

Essas formas de convivência social são um dos preceitos da agroecologia e é com elas que a dimensão social do desenvolvimento sustentável se destaca. Zamberlam e Fronchetti (2012) destacam que agricultura sustentável é uma forma de organização social e técnica no ambiente rural no qual é fundada com base em uma visão equitativa e participativa.

Outro fator importante para o desenvolvimento rural na região é a questão econômica, ela ajuda a transmitir um ambiente favorável para o engajamento dos jovens no ambiente rural. Assim, a dimensão econômica é importante e mostra que não há desenvolvimento sustentável se não for economicamente viável, por conseguinte, a dimensão econômica é imprescindível nesse processo. Caporal e Costabeber (2004, p. 54) trazem que

[...] a insustentabilidade de agroecossistemas pode se expressar pela obtenção de resultados econômicos favoráveis à custa da depredação da base de recursos naturais que são fundamentais para as gerações futuras.

Quanto à caracterização da renda média mensal dos agricultores e a comercialização, podem ser vistas no Gráfico 10, em que 60% dos entrevistados relataram ter uma renda mensal equivalente a um e dois salários mínimos. Já 5 dos 20 entrevistados (25%) relatam ter uma renda mensal

de até um salário mínimo e os outros 15% disseram ter uma renda de 2 a 4 salários mínimos. O fator importante a ser ressaltado é que parte preponderante da renda da maioria dos agricultores advém da agricultura agroecológica, mostrando, assim, que a comercialização agroecológica possibilita um aumento da renda dos agricultores.

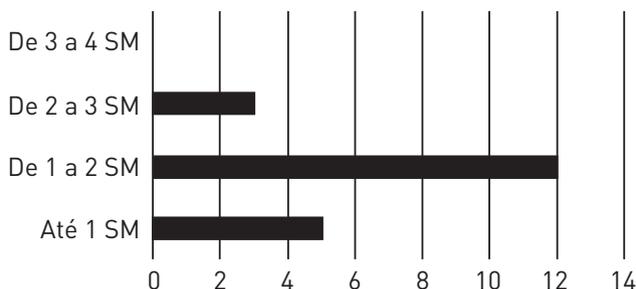


Gráfico 10. Renda mensal dos agricultores em salários mínimos (2014)

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Legenda: SM = Salário Mínimo.

Outro importante aspecto é que, embora grande parte dos agricultores tenham uma renda baixa, eles relatam que a renda é suficiente para a sobrevivência. Isso é possível graças ao aumento da produção para o próprio consumo que possibilita diminuição dos custos mensais com produtos antes não produzidos na propriedade. Assim, essas atividades contribuem para a redução de custos na produção e para fortalecer a relação entre os agricultores e produtores locais, possibilitando mobilização social, o que fortalece o capital social dessas localidades. Outro fator importante é que os produtores entrevistados possuem criações de animais e que integram a produção agrícola com a pecuária, desenvolvendo, assim, uma forma de produção que é diferenciada e diversificada para comercialização e para o próprio consumo.

Dentro desta perspectiva, o trabalho também buscou entender como a agroecologia interferiu de maneira positiva na vida dos jovens agricultores e se essa interferência está atrelada ao nível de renda ou a outras características intrínsecas a ela, não apenas de maneira objetiva (aumento de renda, aumento da produção, diminuição dos custos), mas também de maneira subjetiva (melhoria das relações sociais, valorização do agricultor, melhor percepção do ambiente onde está inserido, etc.).

Com isso, a Tabela 21 mostra a renda obtida antes da agroecologia, a renda obtida depois da agroecologia e as contribuições da agroecologia relatadas pelos próprios agricultores.

Na primeira coluna dessa tabela, a renda obtida com a agricultura tradicional, grande parte dos agricultores tinha sua renda de até um salário mínimo. Para ser mais preciso, 45% dos entrevistados. Outros 35% relataram que nem renda obtinham com a agricultura convencional e apenas 10% detinham uma renda entre um e dois salários mínimos, o que poderia deixar a entender que a agroecologia gerou um estado pouco estimulante em que os jovens facilmente poderiam buscar outros meios para sobreviver.

Agricultor	Renda com a agricultura convencional	Renda com a agroecologia	Contribuição da agroecologia
1	-	Um a dois salários mínimos	Produção para o autoconsumo, maior satisfação na produção.
2	Até um salário mínimo	Até um salário mínimo	Redução de gastos e produção para o autoconsumo.
3	Até um salário mínimo	Até um salário mínimo	Melhoria da saúde.
4	0	Até um salário mínimo	Aumento da renda e melhoria da saúde
5	Um a dois salários mínimos	Um a dois salários mínimos	Produção para o autoconsumo melhoria na produção e maior consciência ambiental.

6	Um a dois salários mínimos	Um a dois salários mínimos	Melhoria na renda, alimentação mais saudável.
7	Até um salário mínimo	-	Na renda com as verduras e melhoria da saúde.
8	Até um salário mínimo	Até 1 salário mínimo	Produção para o autoconsumo, melhoria na produção.
9	0	0	Maior consciência dos recursos existentes.
10	Até um salário mínimo	Até 1 salário mínimo	Produção para o autoconsumo.
11	-	Até 1 salário mínimo	Melhoria na produção, maior percepção sobre sua localidade.
12	0	Até 1 salário mínimo	Melhoria da renda
13	0	0	Produção para o autoconsumo
14	Até um salário mínimo	Até 1 salário mínimo	Maior eficiência produtiva
15	Até um salário mínimo	Até 1 salário mínimo	Na comercialização e melhoria na produção
16	0	Até 1 salário mínimo	Melhoria na saúde na renda e na conscientização popular
17	Até um salário mínimo	Até 1 salário mínimo	Não houve contribuição
18	0	Até 1 salário mínimo	Melhoria na renda e na saúde
19	0	0	Aumento do autoconsumo, melhoria na produção.
20	Até um salário mínimo	Até 1 salário mínimo	Não houve contribuição

Tabela 21. Renda obtida com a agroecologia, renda antes na agricultura convencional e as contribuições da agroecologia para os agricultores (2014)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de pesquisa de campo, 2014.

No entanto, como podemos ver na coluna três, houve um ganho subjetivo muito grande. Embora grande parte dos entrevistados não tenha visto um aumento da renda, muitos relataram que houve uma melhoria na qualidade de vida, melhoria da saúde por não estarem usando agrotóxico, valorização do agricultor, melhoria da produção e melhoria da relação com o seu agroecossistema. Ainda existe outro fator importante que é a produção para o consumo próprio

que não deixa de ser um incremento de renda subjetiva, pois os agricultores deixam de comprar alguns produtos, uma vez que produzem em suas propriedades.

Por fim, outro fator importante que mostra que a agroecologia possibilita a maior participação dos jovens no meio rural é a questão da autossuficiência. Um dos pilares da agroecologia é a diminuição da dependência do estabelecimento rural, principalmente de recursos externos à produção interna, isso gera uma maior conservação da base de recursos internos, como também gera um maior conhecimento sobre o seu agroecossistema (Gliessman, 2008).

Para Altieri (2012, p. 114):

Ao optar pela aplicação dos princípios agroecológicos, o desafio principal da agricultura sustentável de fazer um melhor uso dos recursos locais pode ser facilmente superado, minimizando o uso de insumos externos e, e de preferência, gerando localmente os recursos de forma mais eficiente, por meio de estratégias chaves do agroecossistema.

Outro fator importante, e que foi visto anteriormente neste trabalho, é que os jovens agricultores entrevistados possuem criações de animais que integram a produção agrícola com a pecuária, desenvolvendo, assim, uma forma de produção diferenciada e diversificada para comercialização e para o próprio consumo familiar.

Assim, a composição da renda monetária e não monetária anual estimada bem como o nível de autossuficiência alimentar dos jovens agricultores, descrito na Tabela 22, são importantes variáveis para entender a importância da agroecologia para os jovens agricultores entrevistados do semi-árido alagoano. Percebe-se que alguns jovens agricultores

pesquisados, como é o caso do agricultor 2, possuem uma Renda Monetária Anual Estimada no valor de R\$ 24.132,00, bem acima da renda *per capita* da população dos municípios onde estão situados estes agricultores (Inhapi e Canapi).

Agricultor	Renda Monetária Anual (estimada)		Renda Não Monetária Anual (estimada)		Renda Total (Estimada)	Nível de autossuficiência alimentar
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1	6.065,00	78,69	1.642,00	21,31	7.707,00	0 a 20
2	24.132,00	57,31	17.974,0	42,69	42.106,00	0 a 20
3	11.420,00	66,73	5.695,00	33,27	17.115,00	100
4	5.150,00	62,94	3.032,00	37,06	8.182,00	60 a 80
5	4.370,00	66,92	2.160,00	33,08	6.530,00	20 a 40
6	7.065,00	81,14	1.642,00	18,86	8.707,00	0 a 20
7	5.460,00	82,38	1.168,00	17,62	6.628,00	0 a 20
8	4.800,00	84,14	905,00	15,86	5.705,00	40 a 60
9	-	0	452,00	100	452,00	20 a 40
10	43.373,00	95,13	2.219,00	4,87	45,59	20 a 40
11	11.440,00	72,64	4.308,00	27,36	15,75	20 a 40
12	3.500,00	46,67	400,00	53,33	7.500,00	0 a 20
13	250,00	10,04	2.240,00	89,96	2.490,00	80 a 100
14	1.728,00	70,1	737,00	29,9	2.465,00	20 a 40
15	5.280,00	37,24	8.898,00	62,76	14,18	20 a 40
16	470,00	52,81	420,00	47,19	890,00	60 a 80
17	3.000,00	61,73	1.860,00	38,27	4.860,00	0 a 20
18	4.570,00	52,83	4.080,00	47,17	8.650,00	20 a 40
19	4.300,00	37,82	7.070,00	62,18	11.370,00	0 a 20

Tabela 22. Renda monetária, não monetária e nível de autossuficiência dos jovens agricultores entrevistados (2014)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de pesquisa de campo, 2014.

Nota: Um dos 20 entrevistados não respondeu a esta pergunta.

Esse não é um caso isolado. Por exemplo, os agricultores 3, 10 e 11 possuem uma Renda Monetária Anual Estimada de R\$ 11.420,00, R\$ 43.373,00 e R\$ 11.440,00 respectivamente, tem uma renda acima da renda *per capita* municipal. Isso demonstra que a agroecologia no semiárido alagoano está possibilitando, e isso advém de uma melhor diversificação

produtiva, um incremento de renda que ajuda os agricultores no desenvolvimento da sua localidade.

No entanto, a Tabela 22 ainda traz muitos outros dados interessantes, como é o caso dos agricultores 13, 15 e 19, em que a renda não monetária possui um valor proporcionalmente maior do que a renda monetária.

A renda não monetária, no caso desses agricultores, representa 89,96%, 62,76% e 62,76%, respectivamente. Essa metodologia de mensuração da renda mostra que não necessariamente os agricultores que não conseguem rendimentos por meio da venda de seus produtos sejam vulneráveis à pobreza ou à insegurança alimentar, pois a redução de custos e a manutenção de alimentação familiar com a produção em seus estabelecimentos rurais também se constituem um meio importante para garantir as necessidades familiares.

No que se refere à questão do nível de autossuficiência alimentar, que é um dos pilares da agroecologia, verifica-se que a diminuição da dependência das famílias rurais perante a compra de alimentos no mercado é um fator importante que deve ser contabilizado na renda total familiar, pois a compra de alimentos no mercado gera um comprometimento da renda familiar, ao ponto, às vezes, de inviabilizar a subsistência da família rural.

A produção para o autoconsumo gera, como se observa na Tabela 22, uma melhora no nível de autossuficiência alimentar dos jovens agricultores entrevistados. Por meio desta tabela percebe-se que 36,84% dos entrevistados (7 jovens agricultores) ainda estão numa faixa de autossuficiência alimentar de até 20%, o que demonstra que, embora a agroecologia tenha se constituído numa saída para melhoria de vida, ainda existem naturalmente entraves a serem vencidos.

No entanto, também 36,84% dos entrevistados relataram que possuem o nível de autossuficiência alimentar de 20 a 40%. Isso mostra que uma parte considerável dos agricultores já possui uma menor dependência externa. Já 15,79% dos entrevistados estão no nível de autossuficiência alimentar de 60 a 100%, sendo esta uma faixa de autossuficiência considerada ideal e está presente em uma parte considerável dos entrevistados, entretanto, ainda não é a realidade na localidade.

A noção de segurança alimentar está relacionada à carência alimentar e é um problema a ser enfrentado por aqueles que estão vivendo ou estão buscando viver sobre os preceitos agroecológicos. Assim, “O principal objetivo da abordagem agroecológica é integrar os diferentes componentes do agroecossistema de forma a aumentar sua eficiência biológica geral, capacidade produtiva e autossuficiência” (Altieri, 2012, p. 107). Enfatizando, assim, que é possível criar um ambiente menos vulnerável, mas que é preciso um maior tempo de maturação e uma interação social ainda pouco vista na localidade.

Por fim, a importância da renda não monetária é enfatizada de maneira resumida no Gráfico 11, que mostra a distribuição percentual das rendas monetária anual estimada e não monetária anual estimada agregada de todos os 19 agricultores entrevistados. Nota-se que 33% da Renda Total Anual Estimada dos 20 jovens agricultores entrevistados é composta pela Renda Não Monetária Anual Estimada. Embora a Renda Monetária Anual Estimada seja importante, o incremento de renda proveniente do autoconsumo se mostra uma das estratégias socioeconômicas em que os agricultores organizaram sua manutenção e seu desenvolvimento. Este fato é importante, pois diminui a vulnerabilidade dos

jovens agricultores perante o mercado externo e garante a qualidade alimentar das famílias rurais dos jovens agricultores familiares agroecológicos entrevistados.

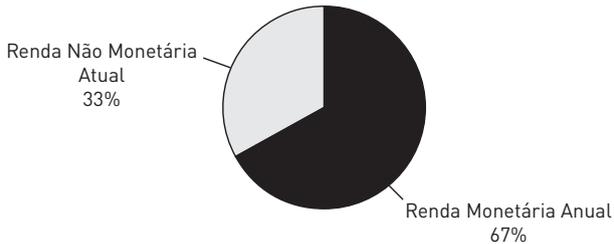


Gráfico 11. Renda monetária e não monetária anual dos agricultores (2014)

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Nota: Um dos 20 entrevistados não respondeu a esta pergunta.

Portanto, verificou-se durante a pesquisa que os jovens agricultores familiares do semiárido alagoano, por meio da agroecologia, diversificaram seus sistemas de produção, além de adotarem sistemas produtivos agrícolas integrados com a criação de animais, sendo os produtos agropecuários alocados no mercado local e para o autoconsumo familiar. Além disso, expuseram que este sistema socioprodutivo vem possibilitando a organização de práticas produtivas solidárias (a utilização de banco de sementes comunitário, mutirão para plantio e colheita, empréstimos de ferramentas de trabalho), bem como a formação de espaços de mobilização e reivindicação coletiva.

Considerações finais

A transição do método convencional de produção para a forma agroecológica vem crescendo mesmo diante dos fatores limitantes existentes no semiárido alagoano, onde está despertando o interesse da participação dos

jovens que estão começando a perceber a necessidade de pertencer a esse processo.

Uma nova forma de percepção do ambiente começará a surgir ao perceber a importância de produzir de forma que preserve os recursos naturais existentes, verificando alternativas de convivência com o semiárido alagoano e com base nos princípios agroecológicos e que tenha junto a esse método de produção a oportunidade de desenvolver atividades que integrem a sociedade, aumentando, assim, o capital social de sua localidade.

Pode-se verificar também que a Efades desempenha um papel crucial para essa transição, além de incentivar, proporciona melhorias no processo produtivo e nas condições de vida desses jovens agricultores, proporcionando também a inserção destes na agroecologia. A agroecologia criou para eles um espaço de troca de diálogos e saberes com os agricultores mais experientes, o que possibilita melhorias nas práticas produtivas desenvolvidas em suas comunidades.

Portanto, a agroecologia pode ser vista como uma alternativa ao desenvolvimento rural onde fortalece a participação social, principalmente de jovens, o que evita o aumento do êxodo rural, ao mesmo tempo em que atrai novos atores sociais para o rural. Esse novo leque de oportunidades pode tornar o rural do semiárido mais dinâmico, capaz ainda de possibilitar melhorias na qualidade de vida das famílias rurais sertanejas, além de motivar os jovens agricultores familiares a permanecerem no campo.

Além disso, observou-se que a agroecologia se constitui numa alternativa de convivência com o semiárido alagoano, estruturada sob os princípios de conservação ecológica, utilizados dos recursos existentes no local, utilização dos saberes locais, geração de segurança alimentar para o local e fortalecimento do capital social da localidade.

Referências

ALTIERI, Miguel. **Agricultura**: Bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ANDRADE, Edno de Jesus; SILVA, Ana Cláudia de Lima. Técnicas de Convivências com o Semiárido em Projeto de Assentamento Rural na Bahia. **Agroecol**, Dourados, n. 8, 2014.

ASSIS, Renato Linhares de. Agroecologia: Visão Histórica e Perspectivas no Brasil. *In*: AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de (ed.). **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: BDPA-Embrapa, 2005.

BRASILEIRO, Robson S. Alternativas de desenvolvimento sustentável no semiárido nordestino: da degradação à conservação, **Scientia Plena**, v. 5, n. 5, p. 1-12, 2009.

BROSE, Markus. Desenvolvimento Rural: potencialidades em questão. *In*: ETGES, Virgínia E. (org.). **Desenvolvimento rural**: potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: Aproximação Conceitos Com A Noção De Sustentabilidade. *In*: RUSCHEINSKY, Aloísio. **Sustentabilidade**: uma paixão em movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004.

CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. *In*: LUIZ, Roberto José Moreira; COSTA, Flávio de Carvalho (orgs.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 223-240.

CARNEIRO, Maria José. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. *In*: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos *et al.* (org.). **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CASTRO, Elisa Guimarães de. Juventude rural, “mais que uma palavra” – uma problematização da construção de categorias so-

ciais. *In*: MENDONÇA, Roberto José; BRUNO, Regina Landim. **Interpretações, estudos rurais e política**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2010, p. 61-95.

DUARTE, Luciana Rodrigues Ramos. **Transição Agroecológica: uma estratégia para a convivência com a realidade semiárida do Ceará**. 2009. 122f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Fapesp, 2007.

FEIDEN, Alberto. Agroecologia: Introdução e Conceitos. *In*: AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de (org.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, 2005.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

KARAM, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 303-320, 2004.

LEMO, Romeu B. P. Experiência de comercialização de produtos agroecológico. *In*: FIGUEIREDO, Marcos Antonio B.; LIMA, Jorge Roberto Tavares (orgs.). **Agroecologia: Conceitos e experiências**. Recife: Bagaço, 2006.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

SILVA, José Graziano. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

TEDESCO, João Carlos (org.). **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar**: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de passo fundo. Porto Alegre: Eduff, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (org.). **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agroecologia**: caminho do agricultor e do meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAPÍTULO 4: RELAÇÕES ENTRE AS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO CULTURAL E O TURISMO: OLHARES SOBRE AS CIDADES DE PENEDO E PIRANHAS

Vitória Reis

Rafael de Oliveira Rodrigues

Introdução

Este capítulo é um recorte do trabalho de conclusão de curso intitulado “Relação entre turismo e patrimônio cultural: um estudo bibliográfico”, defendido na Unidade Educacional Santana do Ipanema, ligada ao campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

Ele teve como inspiração nossa participação nas discussões desenvolvidas na linha de pesquisa Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Sustentável, do Centro de Estudos em Ecodesenvolvimento, Ruralidades e Gestão (Ceerg/Ufal). A partir do trabalho desenvolvido, passamos a atuar no projeto de extensão Memória e história: um inventário do patrimônio cultural de Santana do Ipanema, no estado de Alagoas. Esta experiência possibilitou um contato direto com a literatura do patrimônio cultural e do turismo, contribuindo para uma percepção mais ampla do turismo como um agente do mercado de consumo de elementos culturais.

A partir desta experiência começamos a nos apropriar das discussões sobre turismo relacionado às políticas públicas de patrimônio cultural e o modo como elas têm se desenvolvido no Brasil. Ao nos debruçarmos sobre os au-

tores que trataram do tema, percebemos que existe uma relação direta entre as políticas de patrimônio cultural brasileiras e o turismo.

Leite (2002), por exemplo, chama atenção para o fato de que quando se fala em turismo existe um leque enorme de outros temas: segurança, saúde, políticas públicas, educação, meio ambiente e sustentabilidade, os quais são de suma importância para refletir o setor turístico no Brasil, especialmente no estado de Alagoas.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, analisar as relações existentes entre as políticas de patrimônio cultural brasileiro e o mercado do turismo, tomando como base as cidades alagoanas de Penedo e Piranhas.

Para o desenvolvimento do objetivo, dividimos este capítulo em três partes. De início, apresentamos a história das políticas que tratam do patrimônio cultural brasileiro, aprofundando a relação que se firmou entre o setor turístico e o poder público na identificação e manutenção de lugares patrimonializados.

Em seguida, apresentamos a metodologia utilizada no desenvolvimento deste trabalho. Em outras palavras, trata-se de pesquisa bibliográfica e documental utilizada durante a execução deste trabalho, juntamente com o modo como catalogamos o material.

Por fim, a terceira parte, em que analisamos a bibliografia levantada com base em alguns trabalhos pré-selecionados, cujo foco são as cidades de Penedo e Piranhas.

1. Patrimônio cultural e turismo no Brasil

Apresentamos agora um panorama da história das políticas de patrimônio cultural no Brasil, dando ênfase ao

modo como o setor turístico passou a atuar diretamente nesta esfera. Depois disso, aprofundamos a relação entre patrimônio e turismo a partir do conceito de gentrificação, como trabalhado por Leite (2002).

1.1 História das políticas de patrimônio cultural no Brasil

Ao olhar para o caso brasileiro, autores como Leite (2002), Rodrigues (2012), Fonseca (2000) e Ribeiro, Souto e Gomes (2009) destacam que as políticas de reconhecimento, registro, tombamento e preservação do patrimônio cultural, histórico e natural caminham juntas com o mercado do turismo.

Elas tiveram início em 1937, com a publicação do decreto lei que criava o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Fonseca (2000) chama atenção de que, neste momento, o principal objetivo da Sphan era auxiliar na construção da identidade brasileira, baseada em elementos característicos da cultura nacional. O enfoque foi dado à arte barroca e aos bens imóveis, ou seja, ao patrimônio material, representativos do Estado-Nação.

Em seguida, no ano de 1966, Leite (2002) destaca que houve uma aproximação da Sphan com a Empresa Brasileira do Turismo (Embratur). O órgão tinha como objetivo regular as atividades turísticas relacionadas ao patrimônio histórico das cidades, ao mesmo tempo em que fiscalizava os impactos socioambientais promovidos pelos diversos grupos de empresas ligadas ao setor.

Leite (2002) ainda observa que a principal característica desta parceria se deu através da descentralização das políticas patrimoniais: surgem empresas públicas e privadas criadas para desenvolverem o setor patrimonial e turístico em nível tanto estadual como municipal, visando melhor atender os interesses de cada região do país.

Este momento, além de ser caracterizado pela junção do patrimônio com o mercado do turismo, também marca um refinamento nas bases metodológicas dos gestores do patrimônio. Dito de outro modo, a Sphan se transforma no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), ou seja, se torna um instituto com maior autonomia para aplicar a política patrimonial do país (Leite, 2002).

Esta mudança consolida as bases teóricas e metodológicas que vão permitir, anos mais tarde, o surgimento das ideias de patrimônio imaterial e patrimônio natural, utilizadas para dar conta de apreender, e compreender, as diversas manifestações culturais que estavam à margem de uma representação do Estado-Nação, e elementos como danças, comidas típicas, paisagens e práticas culturais diversas também passam a ser reconhecidos como patrimônio cultural brasileiro.

1.2 O cenário atual

Na atualidade, a bibliografia levantada (Leite, 2002; Rodrigues, 2012; Fonseca, 2000; Ribeiro; Souto; Gomes, 2009; Ramos, 2013) aponta que há uma intensificação do mercado turístico e das políticas de patrimônio cultural, cujo intuito é fazer do patrimônio cultural uma fonte de recurso financeiro para garantir a própria sustentação e manutenção dos bens patrimonializados. O momento atual é conhecido, por exemplo, por Fonseca (2000), como a terceira fase das políticas patrimoniais. Esta prática é classificada com o nome de *gentrification*, comumente traduzido para o português como gentrificação, enobrecimento ou requalificação.

Segundo Zukin (2000), essa prática promove a apropriação e a requalificação simbólica e econômica dos lugares

identificados com potencial turístico pelo poder público e pela indústria do turismo, transformando-os em um produto para ser consumido pelas pessoas mais abastadas da sociedade. Esta junção entre patrimônio cultural e o setor turístico transforma os lugares já reconhecidos como patrimônio, também os ainda não reconhecidos em empreendimentos, e os produzem como áreas turísticas, tomando como base elementos culturais e históricos, mas também ambientais.

Ainda como destaca Rodrigues (2012), já não se trata de buscar uma imagem para a nação, como na década de 1930. Tampouco se trata exclusivamente da intenção de ativar a indústria do turismo, como ocorreu nas propostas das décadas de 1970 e 1980 em âmbito internacional e no Brasil. Hoje, as áreas históricas ou ambientais são consideradas elementos importantes para a composição da imagem turística do mercado globalizado.

Desse modo, uma série de projetos de intervenções visando a remodelação, reestruturação, revitalização e requalificação têm sido colocada em prática pelo poder público juntamente com o capital privado nacional e estrangeiro. Os sítios históricos e os patrimônios naturais das cidades se transformam em matéria-prima para construção de novos valores simbólicos e econômicos, produzidos como cenários de atração para o consumo.

2. Notas sobre o arcabouço metodológico

Para o alcance do objetivo proposto, foi utilizada uma metodologia qualitativa, especificamente, uma pesquisa bibliográfica e documental, sendo dividida em dois momentos distintos. O primeiro teve como foco o levantamento de dados bibliográficos que permitissem a realização

do estudo, ou seja, identificar se de fato há uma relação entre as políticas de patrimônio cultural brasileira e o setor turístico. O segundo esteve focado na sistematização dos dados, com base em categorias predefinidas, por exemplo, patrimônio cultural, turismo e sítios históricos em contextos urbanos. Detalhamos agora como se deram essas duas fases da pesquisa.

2.1 A pesquisa bibliográfica e documental

Para o levantamento de dados, é importante chamar atenção para o fato de que, além de ter como local de pesquisa a biblioteca e também os centros de pesquisas que tratam de temas como a memória, a história e a cultura das cidades de Penedo e Piranhas, o avanço da internet trouxe uma série de novas possibilidades para a pesquisa bibliográfica e documental. Destaco, entre elas, as plataformas virtuais e periódicos científicos disponíveis na rede.

Nesse sentido, o trabalho de coleta dos textos que auxiliaram no melhor entendimento das relações entre patrimônio cultural e turismo em ambas as cidades foi realizado em diferentes lugares. Demos ênfase principalmente ao *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), porque ele concentra uma série de periódicos nacionais e internacionais. Outra plataforma utilizada foi o *pergamum*, sistema de bibliotecas das universidades federais brasileiras. Por meio dele, foram consultadas as bases de dados da biblioteca da Ufal. Assim, conseguimos encontrar um material mais variado e extenso sobre a temática.

As categorias que nos guiaram nesta etapa do trabalho foram: patrimônio cultural brasileiro, turismo no Brasil, desenvolvimento das cidades, história das cidades e centro histórico. A partir delas conseguimos acessar uma gama

diversa de material. Em seguida, especificamos melhor estas categorias, focando especialmente nas cidades alagoanas de Penedo e Piranhas.

A bibliografia coletada nestes diferentes lugares possibilitou observar que existem estudos de áreas diversas sobre a relação entre patrimônio cultural e turismo: antropologia, arqueologia, arquitetura e urbanismo, ciências jurídicas, economia, gestão ambiental, sociologia e museologia. Desse material, selecionamos alguns que dão destaque à temática do turismo e como ela se relaciona diretamente com a temática do patrimônio cultural.

2.2 Patrimônio cultural e turismo no Brasil

Após o levantamento bibliográfico do material, foi realizada uma seleção das fontes que seriam importantes para esta pesquisa. No nosso caso, esse material, além de servir como marco teórico, como foi possível observar na primeira parte deste trabalho, também serviu como material analítico, ou seja, serviu como base para a análise da relação que existe entre patrimônio cultural e turismo no Brasil, especialmente nas cidades de Penedo e Piranhas. Para análise do material foi realizado um fichamento prévio, que consiste em uma

Espécie de arquivo dos dados e informações escritos obtidos na leitura dos livros e documentos que serão os alicerces primordiais do conteúdo científico de uma monografia, dissertação, tese ou trabalho científico. As fichas são de dois tipos: fichas de referências bibliográficas e fichas de referências catalográficas. (Leite, 2015, p. 50)

Diante disto, para este TCC foram realizadas ambas as modalidades de fichas, primeiro foram realizadas as fichas de referência e, em seguida, as fichas catalográficas, apresentamos a partir de agora os textos que foram catalogados para nossa análise.

Um dos textos que foram utilizados como material analítico deste TCC foi o livro *Patrimônio cultural e cidade contemporânea*, organizado por Alicia Castells e Letícia Nardi. O livro foi lançado pela Editora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2012, e traz uma coletânea de artigos que aborda o tema do patrimônio cultural numa perspectiva interdisciplinar. Destacamos o artigo de Rodrigues (2012), que trata das políticas de patrimônio cultural no Brasil, dando enfoque para o viés turístico por trás delas.

Outro texto que despertou nosso interesse na pesquisa foi o de Rogério Proença Leite, “Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Mangue-town”. Este texto, publicado em 2002 na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, apresenta as estratégias de gentrificação que incidiram no bairro do Recife Antigo, centro histórico da cidade do Recife. Nele o autor aprofunda as relações entre patrimônio cultural e turismo, enfatizando que, na atualidade, o patrimônio cultural é um elemento do mercado utilizado para promover o turismo nas cidades brasileiras.

Também nos chamou atenção o texto “Uma análise das políticas públicas em turismo e patrimônio cultural em dois municípios do estado de Alagoas: Penedo e Piranhas”, publicado na *Cultur, Revista de Cultura e Turismo*, em 2009. Neste material, M. Ribeiro, C. B. Souto e E. M. L. Gomes abordam as diferenças e semelhanças nos processos de patrimonialização das cidades de Penedo e Piranhas e a posterior transformação destas cidades em polos turísticos nacionais e regionais.

Por fim, outro texto que teve destaque na nossa pesquisa bibliográfica foi “Apontamentos sobre a insustentabilidade de um programa político: o caso do Programa Monumenta em Penedo-AL”, de autoria de S. P. Ramos, publicado na *Revista Iberoamericana de Turismo (Ritur)*, em 2015. Neste trabalho, a autora analisa como se deu o processo de tombamento da cidade a partir do programa Monumenta/BID, uma parceria público-privada entre os estados e municípios brasileiros e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Além destes, achamos inúmeros outros autores de áreas e origens distintas da produção do conhecimento. Entretanto, o nosso foco se voltou apenas para os textos acima, por entender que eles trazem de forma evidente elementos para refletir a relação entre patrimônio cultural e turismo no Brasil.

3. Análise das relações entre patrimônio cultural e turismo no Brasil

Apresentamos agora uma análise das relações entre o setor turístico e as políticas de patrimônio cultural brasileiras, tomando como base de argumentação quatro textos: Rodrigues (2012), Leite (2002), Ramos (2015) e Ribeiro, Souto e Gomes (2009). O esforço é analisar como turismo e patrimônio se relacionam, olhando para os casos de dois centros históricos localizados nas cidades de Penedo e Piranhas, em Alagoas.

3.1 Relações entre turismo e patrimônio cultural: olhares sobre Penedo

O primeiro exemplo que apresentamos de cidade histórica, reconhecida como patrimônio nacional brasileiro, é a cidade de Penedo.



Imagem 5. Vista panorâmica da cidade de Penedo

Fonte: Acervo linha de pesquisa Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Sustentável.

Penedo é uma cidade banhada pelas águas do Rio São Francisco e está localizada na Mesorregião Leste, conhecida como baixo São Francisco, estando a aproximadamente 146 km da capital do estado de Alagoas. Segundo dados do IBGE (2019), sua população estimada é de 63.516 habitantes.

Segundo Ribeiro, Souto e Gomes (2009), o município teve sua origem entre 1560 e 1565, por parte da implementação das capitânicas hereditárias, seguindo a lógica portuguesa de colonização, sendo o nome de Duarte Coelho comumente referenciado como um de seus primeiros colonizadores. Em 1636, foi elevada à vila de São Francisco, numa clara referência ao rio de mesmo nome, o qual desde sua fundação teve papel primordial na colonização e no desenvolvimento socioeconômico. Todavia, é apenas no final do século XVII que a vila passa a ser conhecida com o nome de Penedo do São Francisco.

Ao longo da sua história também estiveram presentes os índios da etnia Caetés, mas comumente ela é referencia-

da por ter sido visitada pelo Imperador Dom Pedro II, no ano de 1859 (Ribeiro; Souto; Gomes, 2009).

As referências históricas, culturais e naturais contribuíram para que a cidade fosse tombada pelo Iphan em 1995. A partir de então houve uma série de políticas voltadas para o incentivo ao turismo na região. Mas um detalhe chama atenção, segundo Ribeiro, Souto e Gomes (2009): mesmo com o crescimento do setor turístico na região ainda não foram elaboradas leis que regulem esta atividade no município.

Agora, aprofundando um pouco mais sobre as políticas de patrimônio cultural e turismo, mais especificamente para os processos de gentrificação em Penedo, resgatamos o que fala Ramos (2013, p. 366):

Penedo, município ao sul do estado de Alagoas, as margens do Rio São Francisco, berço de significativo patrimônio cultural, é um dos 26 municípios brasileiros contemplados pelo Programa Monumenta [...]. Foi tombado em 18 de dezembro de 1995, pela Portaria nº 169 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN [...] e participa, desde 2001, do programa que deu início ao que se pode chamar de processo de reconstrução da paisagem urbana, na tentativa de que ela retratasse o fascínio e a beleza de um período da história brasileira e pudesse se tornar um atrativo para o desenvolvimento do turismo.

Após o tombamento teve início uma série de estratégias locais para dinamizar a economia local com base nos atrativos turísticos da cidade. Uma dessas estratégias foi o programa Monumenta/BID (2013, p. 386), que

[...] direciona suas ações para o cumprimento de metas de preservação de áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano, de estímulo às ações que aumentem a consciência da população sobre a importância de se preservar o acervo existente e de valorização e incentivo às ações e projetos que viabilizem as utilizações econômicas, culturais e sociais das áreas em recuperação no âmbito do projeto.

Já o Banco Interamericano de Desenvolvimento

[...] configurou-se como uma agência parceira do Brasil nos programas relacionados ao patrimônio cultural junto ao Ministério da Cultura, quando forma-se uma equipe técnica em cooperação com os técnicos da Unesco, definindo-se locais e ações prioritárias. (Ramos, 2013, p. 370)

O programa Monumenta foi voltado para a requalificação de diversos centros históricos nacionais, sendo um marco na cidade de Penedo, promovendo uma requalificação do patrimônio histórico local para o mercado turístico, especialmente o turismo cultural. Ainda nas palavras da autora:

A princípio, o Programa Monumenta contempla 26 municípios brasileiros, escolhidos de acordo com a representatividade histórica e artística, levando em consideração a urgência das obras de recuperação. [...] O término para o repasse dos recursos do Monumenta, em Penedo, ocorreu em 2010 e foram investidos doze milhões de reais em obras de revitalização do patrimônio. (Ramos, 2013, p. 371)

É possível observar que a estratégia em unir preservação, requalificação e turismo das áreas patrimoniais se deu de norte a sul do país, numa tentativa conjunta que unia tanto o poder público local (municipal e estadual) e o BID, cuja finalidade última era a de promover desenvolvimento social e econômico destas cidades. Mas ao voltar o foco das suas atenções para Penedo, Ramos (2013, p. 375) observa que estas metas não foram batidas em sua plenitude:

Penedo é um município que acompanha tanto a miséria econômica do Estado de Alagoas como a conjuntura do exercício de poder político concentrado nas mãos de determinadas famílias que dominam todo o litoral sul de Alagoas, há mais de um século. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (2000) é de 0,665, e o índice de Gini em 2010, é de 56,58 (PNUD, 2012). Segundo o censo demográfico do IBGE (2010), 26,9% da população penedense encontra-se entre a linha da indigência e da pobreza e 33,7% abaixo da linha da indigência e o índice de analfabetismo é de 29,3% entre os que têm 15 anos ou mais de idade. Ainda, que apenas 26,7% dos domicílios em Penedo possuem acesso a rede geral de esgotamento sanitário e, identificou-se em 2012, que a maior parte do destino final do esgoto sem tratamento algum é o rio São Francisco.

É importante destacar que por mais que as metas de desenvolvimento socioeconômicos não tenham sido alcançadas, houve um grande processo de requalificação no patrimônio material da cidade.

Como as obras da Igreja Nossa Senhora da Corrente, Mercado Público, Pavilhão da Farinha, Casa da Aposentadoria, Igreja de São Gonçalo Garcia, Praça Barão de Penedo, Praça Padre Veríssimo, Praça Rui Barbosa, Rua Dâmaso do Monte, Avenida Floriano Peixoto, Adro da Igreja Corrente/prolongamento da Rua 7 de setembro, Praça Costa e Silva, Rua Dom Jonas Batinga, Rua São Miguel, Orla de Penedo. (Ramos, 2013, p. 371)

Ao fim, Ramos (2013, p. 367) destaca que:

Embora os monumentos históricos de Penedo tenham passado por um longo processo de restauração e o município promovido pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, em um amplo trabalho de marketing, no Salão de Turismo – Roteiros do Brasil, nas três últimas edições do evento (2009, 2010 e 2011), ainda não se verifica a chegada de novos investidores e nem fluxo de turistas. Alguns vêm, apenas para fazer uma breve visita, trazidos pelos receptivos que atuam em Maceió, a serviço de grandes operadoras que ainda vendem Alagoas como um destino de sol e mar e complementam com algum atrativo cultural.

É possível observar, como destaca Leite (2002), que na atualidade, de fato, a seleção dos lugares como patrimônio está cada vez mais entrelaçada ao mercado do turismo, sendo o programa Monumenta/BID um marco das políticas de gentrificação no Brasil.

3.2 Relações entre patrimônio cultural e turismo: olhares sobre Piranhas

Outro exemplo de cidade histórica, reconhecida como patrimônio cultural pelo Iphan no estado de Alagoas, é Piranhas.



Imagem 6. Centro Histórico de Piranhas

Fonte: Acervo linha de pesquisa Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Sustentável.

O município está localizado precisamente na mesorregião conhecida como Sertão Alagoano e, assim como Penedo, também se encontra às margens do Rio São Francisco, estando a aproximadamente 320 km de distância da capital do estado, Maceió.

Autores como Ribeiro, Souto e Gomes (2009) destacam que a história da cidade está geralmente associada ao avanço das tropas de gado na região, no final do século XVI e início do século XVII. Este período tem sido referenciado nos livros de história e economia (Lira, 2007), como sendo o que ocorreu a expansão dos currais às margens do Rio São Francisco. Ribeiro *et al.* (2009) ainda chamam a atenção

para o fato de que ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX a cidade teve sua economia associada à pesca, à pecuária extensiva e à agricultura. Este tripé era, portanto, o que movimentava a economia da cidade.

Ribeiro, Souto e Gomes (2009, p. 7) analisam as diferentes estratégias públicas e privadas de requalificação do centro histórico, como também o marketing na divulgação de Piranhas como um roteiro turístico a partir do patrimônio cultural:

As iniciativas do município são todas locais, sem programas ou projetos externos, como por exemplo o programa cores de Piranhas que prevê um financiamento aos moradores que queriam pintar suas casas no centro histórico. Segundo o diretor de turismo, foi tentado, através de empresas de tintas, uma parceria, porém ninguém se interessou pelo projeto. Outra característica do município é que todos os investidores são moradores do município no quesito turismo.

As estratégias adotadas para o município, como é possível observar, são o oposto das adotadas em Penedo. Se no primeiro caso houve um empenho conjunto de atores como o poder público local e o BID, na cidade de Piranhas é possível perceber que houve um empenho maciço da comunidade local e do município. Isso fica mais evidente quando olhamos para os documentos que foram coletados no Centro Xingó.



Imagem 7. Imagens do catálogo turístico de Piranhas

Fonte: Acervo linha de pesquisa Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Sustentável.

A Imagem 7 representa um catálogo que foi produzido por iniciativa do poder público local juntamente com uma associação de empresas de turismo. Ao voltarmos o foco das nossas atenções para o material, é possível observar que ele procura dar destaque aos elementos culturais da cidade, ao mesmo tempo em que tenta conectá-lo com elementos da cultura alagoana de modo geral, enfatizando principalmente a beleza das águas, tanto na capital, Maceió, quanto no Sertão, na cidade de Piranhas, banhada pelo Rio São Francisco. Interpretando a Imagem 7 com base em Leite (2002), por exemplo, é possível observar que o material foi uma iniciativa para promover uma imagem das belezas naturais, gastronômicas e culturais da cidade, visando projetá-la como uma parada obrigatória e estratégica para o mercado turístico local.

Conclusões

Levando em consideração os aspectos mencionados nesse estudo, percebe-se que o patrimônio cultural surge primeiramente com intuito de preservação de elementos culturais e ambientais com ênfase na cultura de cada localidade. Já o turismo no Brasil surge como meio de diversificar a economia, mostrando um leque de serviços para ser consumido por determinados grupos sociais.

Ao voltarmos o foco das nossas atenções para a cidade de Penedo, observamos com base na literatura selecionada que houve uma intensa cooperação entre o poder público e outras instituições, inclusive internacionais, como o BID, no reconhecimento de manutenção da cidade como um patrimônio histórico e cultural. Nesse sentido, uma série de elementos da paisagem e da arquitetura local foi produzida como patrimônio local, visando a divulgação da imagem da cidade nos roteiros turísticos do estado de Alagoas.

Em Penedo, o processo esteve ligado diretamente a atores locais, os quais, juntamente com o poder público, promoveram uma série de estratégias para produção e projeção da cidade como um patrimônio brasileiro. Isto foi mobilizado para projetar a cidade como roteiro turístico do estado, assim como na cidade de Penedo, com a diferença de não envolver atores internacionais neste processo de divulgação da imagem da cidade como objeto do turismo na região.

Ao fim, observamos que existe uma ligação muito próxima entre as políticas públicas de patrimônio cultural e o mercado turístico, fazendo com que o patrimônio se torne de recursos, ou seja, uma estratégia para promoção do turismo nas cidades brasileiras.

Referências

BRASIL. IBGE. **Penedo**: Panorama. Disponível em: <http://bit.ly/2lvYOZF>. Acesso em: 24 jul. 2019.

FONSECA, Cecília Londres. **Referências Culturais**: base para novas políticas de patrimônio. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2000.

LEITE, Francisco Tarcísio. **Metodologia científica**: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações e teses. Aparecida: Ideias e Letras, 2008.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 49, p. 115-172, 2002.

LIRA, Fernando José de. A ilusão da inclusão; A indústria no estado de Alagoas. In: LIRA, Fernando José de. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007, p. 103-122; 123-178.

RAMOS, Silvana Pirillo. Apontamentos sobre a insustentabilidade de um programa político: o caso do Programa Monumenta em Penedo – AL. **Ritur**, v. 5, n. especial, p. 148-168, 2015.

RIBEIRO, Marcelo; SOUTO, Claudia Buzatti; GOMES, Elton Marcio Leite. Uma análise das políticas públicas em turismo e patrimônio cultural em dois municípios do estado de Alagoas/Brasil: Penedo e Piranhas. **Cultur**, v. 3, n. 2, 2009.

RODRIGUES, Rafael de Oliveira. Espaço como representação das políticas patrimoniais no Brasil. In: CASTELLS, Alicia Norma Gonzáles de; NARDI, Leticia. **Patrimônio cultural e cidade contemporânea**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antonio A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000, p. 208-256.

CAPÍTULO 5: O AVANÇO DOS ÍNDICES EDUCACIONAIS E DE DADOS SOCIOECONÔMICOS NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL DE 2005 A 2013: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Mariza Dácia de Matos

Alcides José de Omena Neto

Anderson David Gomes dos Santos

Introdução

Este capítulo apresenta uma abordagem sobre o ensino fundamental no município de Santana do Ipanema/AL, procurando a assimetria entre o desenvolvimento econômico e desenvolvimento educacional do serviço ofertado pelo município.

Para isso, são apresentados os conceitos sobre educação e desenvolvimento e a relação entre eles, embasados em Furtado (2013), Verçosa (2006), Libânio (2000), Vasconcellos e Garcia (1998), entre outros, de maneira a fornecer elementos para, em consonância com os dados coletados, ofertar informações sobre a realidade em que a educação do município se encontra.

Desta forma, este capítulo procura identificar as prováveis variáveis que nos deem pistas da atual situação da educação do município, entendendo como uma das premissas, vista e revista nos textos estudados, que onde o desenvolvimento apresentar valores positivos estes se refletirão na

educação, e vice-versa, o que poderia indicar a existência de uma relação direta entre educação e desenvolvimento.

Para esse capítulo foram realizadas: pesquisas bibliográficas; coleta de dados em sites e levantamentos estatísticos que considerem o período de 2005 a 2013 e indiquem a correlação dos gastos com educação e os seus resultados alcançados, que auxiliaram para uma melhor compreensão das particularidades do local estudado e suas mudanças históricas no que diz respeito à educação e ao desenvolvimento, dentre eles os índices IDH-M⁵, IFDM⁶, IDH-E⁷ e o Ideb⁸; questionários com os professores, diretores e coordenadores da rede municipal no município de Santana do Ipanema/AL; entre outros recursos que auxiliaram para fins de análise. Estes procedimentos serão realizados na base territorial do município de Santana do Ipanema/AL, de onde os dados levantados terão tratamento de análise quantitativa e qualitativa, sempre se levando em consideração a relação entre o desenvolvimento econômico e o vetor educacional, procurando identificar seus pontos fortes e pontos fracos.

O presente estudo se estrutura da seguinte forma: debate sobre os conceitos de educação e desenvolvimento, incluindo sua relação; as particularidades históricas do desenvolvimento da educação no estado e no município onde o estudo foi realizado; e a análise de índices educacionais, com pesquisa realizada com profissionais de educação, e de alguns índices socioeconômicos sobre o ensino fundamental em Santana do Ipanema/AL.

5. IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal.

6. IFDM – Índice Firjande Desenvolvimento Municipal.

7. IDH-E – Índice de Desenvolvimento Humano – Educação.

8. Ideb – Índice de Desenvolvimento de Educação Básica.

1. Uma análise geral da relação educação e desenvolvimento

Quando se fala em educação logo se pensa em escola, entretanto, o conceito de educação é muito mais amplo, uma vez que ela ocorre também na vivência com os outros em casa, na rua, em lugares diversos onde as pessoas podem obter experiências de aprendizagem. Nosso foco é falar justamente da educação enquanto processo sistemático e formal que influencia diretamente na dinâmica social e econômica de uma população. Entende-se a escola como um espaço de vivência de conhecimentos.

A vida está totalmente misturada com a educação, pois a aprendizagem inicia-se desde a mais tenra idade, desde então uns levam os outros a aprender seus hábitos, costumes, valores convencionais e as qualificações, especialidades, que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. Nesse contexto, Libâneo (2005, p. 78) afirma:

Com efeito, a educação, para além de sua configuração como processo de desenvolvimento individual ou de mera relação interpessoal, insere-se no conjunto das relações sociais, econômicas, políticas, culturais que caracterizam uma sociedade.

É na escola que a educação se concretiza em um sistema que mostra como o homem está estruturado. Sua formação é baseada no que o ser humano carrega de suas gerações passadas. Saviani (2000) afirma que as pessoas têm o intuito de educar, por isso se educam, mas antes se tem uma educação assistemática para então se chegar à educação sistemática, que é o modo intencional que se tem de educar. Isso

ocorre quando ela aparece para o homem como algo que ele precisa fazer e não sabe como fazer. Por isso a educação acaba sendo colocada como uma necessidade básica, onde o homem se preocupa com ela e reflete sobre ela.

Portanto, o homem é capaz de educar de modo sistematizado quando toma consciência da situação (estrutura) educacional (a), capta seus problemas (b), reflete sobre eles (c), formula-os em termos de objetos realizáveis (d), organiza meios para alcançar os objetivos (e), instaura um processo concreto que os realiza (f) e mantém ininterrupto o movimento dialético ação-reflexão-ação (g). (Saviani, 2000, p. 84)

Tudo isso faz parte do sistema educacional e de uma civilização mais avançada que decorre da necessidade de preservação e garantia do legado do acervo cultural já criado. É por essa razão que o conhecimento a ser transmitido na escola se especializou e se organizou em áreas iguais e distintas, com o nome de disciplina. Com isso, a produção de conhecimento acontece de modo formal na escola, na qual esse sistema educacional ocorre, onde a sociedade é considerada civilizada, sendo ela de maior relevância tradicional. Assim, afirma Libâneo (2005, p. 88), “Educação formal seria, pois, aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática. Nesse sentido, a educação escolar convencional é tipicamente formal”.

Percebe-se dessa discussão que não só a educação faz parte do modo de produção, como este também depende daquela para existir. Em vista a uma educação interativa, Paulo Freire expressa bem essa questão, falando da relação docente e discente, da autonomia para discussões sobre o que se estudar, a fim da reflexão real dos assuntos pedagógicos

repassados. Freire (1996, p. 25) expressa isso dizendo que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção”. Ao transmitir esses conhecimentos é necessário levar o aluno a criar sua própria opinião e postura diante do que é repassado. Ele reforça ainda mais essa ideia quando mostra que a educação é uma intervenção significativa para todos os espaços:

Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, com experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante enquanto o seu desmascaramento. (Freire, 1996, p. 110)

Dessa forma, mostra uma educação crítica e interativa e não simplesmente mecanizada. Assim, a educação não é formada somente por recursos financeiros, ela também precisa acontecer nas relações sociais vivenciadas na escola, levando o discente a ser ativo na sociedade e saber usar a educação para sair da passividade que possa estar inserido.

Visto que as dificuldades que existem no processo educativo e no seu desenvolvimento não são diferentes entre povos ou regiões, observa-se que tudo que se inicia tem seus desafios e naturalmente novos desafios acabam surgindo, tudo isso inserido no âmbito social e político, sofrendo as influências dos mesmos. É isso que Ball e Mainardes (2011, p. 33-34) argumentam:

O desenvolvimento epistemológico nas ciências humanas, como a educação, funciona politicamente e

é intimamente imbricado no gerenciamento prático dos problemas sociais e políticos. O vocabulário específico deve distanciar os pesquisadores de sua atividade, mas, simultaneamente, também constrói um olhar fixo que torna a “paisagem do social” sempre mais visível. A ideia de que as ciências humanas, como estudos educacionais, permaneçam fora ou acima da agenda política de gerenciamento da população ou, de algum modo, tenham status neutro incorporado a um racionalismo progressivo flutuante é um pensamento débil e perigoso.

Sendo assim, cada localidade tem seu modo de lidar com os problemas da educação de acordo com a sua cultura. Tendo em vista que ela está ligada a tudo que ocorre à sua volta, é um sistema que é moldado por meio das necessidades da sociedade e o que ela vivencia em determinado momento.

Na perspectiva de uma educação de intervenção social, o desenvolvimento é a meta a ser alcançada na sociedade, sendo um dos conceitos mais debatidos no meio acadêmico. Muitos autores somente consideram os acréscimos constantes no nível de renda como condição para se alcançar o desenvolvimento, mas sem se preocupar se há uma distribuição mais igualitária. Entretanto, o desenvolvimento deve ser resultado do crescimento econômico acompanhado de melhorias no que diz respeito à qualidade de vida. Essa é a visão de Vasconcellos e Garcia (1998, p. 205):

Crescimento e desenvolvimento econômico são dois conceitos diferentes. Crescimento econômico é o crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo. O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações

da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

Vários autores também discorrem sobre o significado de desenvolvimento mostrando os seus pontos em comum e outras ideias sobre ele. Oliveira (2002) aponta a existência de duas correntes de pensamentos econômicos: a primeira mostra o crescimento como sinônimo de desenvolvimento e a segunda diz que o crescimento é um fator indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente.

Ao tratarmos dos índices ligados à educação, pressupõe-se o desenvolvimento socioeconômico, numa junção inseparável dos dois elementos, para além dos índices de medição mesmo neste caso.

Um dos autores dedicados à explicitação do que deveria ser considerado neste conceito é Celso Furtado. Membro da escola denominada como estruturalista na América Latina, um dos principais pesquisadores da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), dedicou-se a estudos que focavam na explicitação da constituição das relações de dependência centro-periferia do capital, considerando que se o sistema capitalista é *per se* gerador de desigualdades, estas se ampliariam nos países periféricos graças à atuação de empresas privadas estrangeiras, considerando o subdesenvolvimento não um estágio na história, mas uma condição construída.

Pensamento semelhante possui Veiga (2008, p. 80), ao apontar que

O desenvolvimento tem sido exceção histórica e não regra geral. Ele não é o resultado espontâneo da livre interação das forças do mercado. Os mercados são tão somente uma entre as várias instituições que participam do processo de desenvolvimento. E os únicos países da periferia a se saírem razoavelmente bem durante a última década do século XX foram exatamente aqueles que se recusaram a aplicar ao pé da letra as prescrições cultuadas no chamado Consenso de Washington.

A crítica ao “mito” do desenvolvimento econômico perpassa a obra furtadiana, sendo este conceito o reflexo da acumulação, em que

circunscrever o estudo do desenvolvimento à acumulação é perder de vista que as técnicas não são outra coisa que formas de comportamento cuja racionalidade não é independente de fins preestabelecidos. (Furtado, 2013, p. 64)

Além disso, o autor indica que a acumulação assume diferentes formas nas distintas culturas, engendrando formas de estratificação social e de legitimação de poder que geram problemas de diferentes soluções em cada local. Em toda a sua obra, Furtado vai resgatar a importância da criatividade e da cultura como elemento de desenvolvimento socioeconômico e, conseqüentemente, do sistema capitalista.

É a partir desta relação que Furtado (2013, p. 64-65, grifos do autor) afirma que

A reflexão sobre o *desenvolvimento econômico* tem se concentrado no estudo do processo acumulativo

das forças produtivas. Ora, por trás dos indicadores quantitativos que preocupam o economista desdobra-se o vasto processo histórico de difusão da civilização industrial: adoção por todos os povos da terra do que se convencionou chamar de *padrões de modernidade*, ou seja, a forma de viver engendrada pela industrialização nos países que a lideram. Daí que o papel da criatividade no desenvolvimento haja perdido nitidez, bem como toda relação entre a acumulação e os valores que presidem a vida social.

Sendo assim, esse processo não é tão simples, ele depende do processo histórico de determinado lugar para que se concretize de fato. Cada economia tem suas particularidades em que os seus níveis de desenvolvimento são diferentes umas das outras, pois as mesmas peculiaridades vêm de fatores históricos.

O desenvolvimento da educação deve considerar que os locais têm costumes diferentes, não seguindo padrões que não condizem com sua realidade. É exatamente nesse ponto que a educação entra para andar junto ao desenvolvimento. Como afirma Dowbor (2007, p. 76):

A ideia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a esta compreensão e à necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas. Hoje, quando se tenta promover iniciativas deste tipo, constata-se que não só os jovens, mas inclusive os adultos desconhecem desde a origem do nome da sua própria rua até os potenciais do subsolo da região onde se criaram. Para

termos cidadania ativa, temos de ter uma cidadania informada, e isto começa cedo. A educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la.

Visto isso, infere-se que o país que valoriza a educação, colocando-a como prioridade, tem possibilidades mais concretas de desenvolvimento socioeconômico. Sobre isso, Saviani (2000, p. 1-2) afirma que:

Ora a possibilidade de uma sociedade assumir globalmente um propósito deliberado e coerente de desenvolvimento, afigura-se um problema, em grande parte, dependente da questão educacional. A ênfase que se vêm dando ultimamente à educação como um instrumento para o desenvolvimento exprime, embora de maneira difusa e frequentemente unilateral, essa dependência.

Tendo em vista isso, pode-se afirmar que a educação é um instrumento de suma importância para o desenvolvimento, ainda que ela não possa oferecer resultados tão rápidos como ocorre com outros sistemas. Ainda que a educação seja um elemento poderoso para gerar desenvolvimento, como afirmam Vasconcelos e Garcia (1998), aparecem escolhas que contrapõem o resultado a ser esperado a longo prazo às necessidades emergenciais: no caso individual, a criança deve estudar ou começar a trabalhar, em famílias de baixa renda; no nível de Estado, em decidir em investir na educação, cujo resultado é em médio e longo prazos, em vez de áreas com resultados visíveis mais rápidos.

Tratando da educação e do desenvolvimento no Brasil, Barros, Henriques e Mendonça (2002, p. 16) afirmam: “O processo de desenvolvimento econômico brasileiro nas últimas décadas, no entanto, reforça as consequências da heterogeneidade educacional no país”.

Desde a inserção da educação no país a desigualdade que há é alarmante, visto que hoje percebe-se os efeitos dessa situação na própria sociedade. Ela foi um dos sistemas que não cresceu gradativamente com o processo de crescimento do país. Assim os autores ressaltam que

A acelerada expansão tecnológica brasileira, constitutiva de nosso propalado período de milagre econômico, esteve sistematicamente associada a um lento processo de expansão educacional. O progresso tecnológico claramente venceu a corrida contra o sistema educacional. [...] A comparação da realidade brasileira com a experiência internacional confirma esse fraco desempenho de nosso sistema educacional nas últimas décadas. O Brasil apresenta um atraso, em termos da educação, de cerca de uma década em relação a um país típico com padrão de desenvolvimento similar ao nosso (Barros; Henrique; Mendonça, 2002, p. 16)

Portanto, o atraso da educação não é insignificante e sim alarmante no que diz respeito ao desenvolvimento que o país precisa alcançar, pois os avanços tecnológicos que ocorrem têm uma maior intensidade referente à educação, ou seja, cresce mais do que ela, dando uma visão de que a educação parece estar estagnada e andando por caminhos ultrapassados.

É dessa forma que o presente capítulo apresenta as oscilações que a educação vem sofrendo no decorrer do tempo e suas ações para acompanhar as transformações que a sociedade está passando.

Desta forma, é importante considerar, como afirma Furtado (2013, p. 175), que a “tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência”, evitando, assim, de se concentrar “em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento”.

É considerando este enfoque que passaremos a analisar os dados, mas também as experiências cotidianas de quem trabalha na educação pública em Santana do Ipanema/AL.

2. História da educação em Alagoas e em Santana do Ipanema

São notórias as dificuldades enfrentadas na educação em Alagoas, e isso ocorre desde seu início, mas algumas regiões tiveram maiores problemas.

As práticas educacionais do estado de Alagoas se iniciaram em meados do século XVII, como indica Verçosa (2006, p. 58):

[...] através de aulas de Gramática mantidas pelos frades franciscanos nos conventos que acabavam de ser erguidos nas vilas de Alagoas e Penedo. Instalada mais precisamente no ano de 1719, essas classes oferecidas sem qualquer remuneração parecem ter sido as únicas iniciativas destinadas ao público, no campo educacional, até o final do século.

Ainda segundo Verçosa (2006), a educação que ocorreu inicialmente em Alagoas era básica e somente os privilegiados tinham acesso a esta, pois tratava-se de estado rural dominado por alguns grupos de famílias. Para se ter um nível maior de escolaridade era preciso sair para as metrópoles (Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo). Mas o governo teve algumas iniciativas a partir do século XIX, caso de custear uma boa parte dos estudos para alunos no exterior. Entretanto, como afirma Verçosa (2006, p. 61), “o trato da cultura letrada continuara, até aqui, pelo que se pode deduzir, um monopólio dos dois conventos franciscanos e dos poucos padres que povoavam a região”.

Uma dificuldade para a realização mais concreta da educação era a pouca capacidade dos docentes. Segundo Costa (1931, p. 7), esse grupo era formado “pela maior parte ineptos e sem o menor escrúpulo admitidos para o magistério, não tendo outra recomendação que o patronato, outro sistema que a sua vontade, outra tradição que incerteza do método”.

Observa-se que a postura dos professores naquela época não era adequada para alavancar o ensino. Reforça-se ainda que as exigências para ser um profissional da educação dos anos iniciais não eram grandes, pois bastava ter o ensino básico.

Verçosa (2006) afirma ainda que as dificuldades que a educação pública tinha acabaram por facilitar a criação de escolas privadas, mas não se tem dados precisos da quantidade destas nos séculos passados. O autor destaca alguns dados relacionados às escolas criadas e quantidade de alunos matriculados e alfabetizados:

Naquele ano de 1848, a Província contava com uma população de 207.249 habitantes, sendo 59.775 escri-

vos e 147.249 livres. Destes, apenas 22.566 eram alfabetizados, havendo apenas 2.073 alunos matriculados em cursos primários que eram ministrados em 44 escolas. Será criado, porém, no ano seguinte, pelo Governo provincial, o Liceu de Maceió que centralizará as cadeiras avulsas para o ensino secundário, já existentes. Essas providências no campo da educação, contudo parecem estar seriamente comprometidas pela forma como era conduzido o ensino. (Verçosa, 2006, p. 76-77)

Com a criação do Liceu foi se pensando em novas alternativas referentes a novos cursos para fins de adequação com a realidade das pessoas que ali residiam. Verçosa (2006) chama a atenção que foi criado, no lugar do Colégio de Educandos Artífices, um Colégio de Educandos Agrícolas, mas não teve êxito, pois dois anos depois o colégio encerrou suas atividades. Ainda era uma época difícil para a educação, em que as pessoas davam preferência para estudar em outras regiões e não na própria localidade em que viviam. Mas passou-se a pensar também na necessidade de professores capacitados. Foi assim que surgiu o curso normal no Liceu, no ano de 1869.

Já entrando no século XX, percebe-se que muitas coisas não mudaram mesmo com tantas tentativas realizadas para se ter bons resultados:

No setor educacional, começam a surgir nesta época, timidamente, os primeiros grupos escolares, substituindo as escolas isoladas. A avaliação que delas faz Araújo Rego, que assume em 1904 a Direção da Instrução Pública do Estado, retrata a situação dramática em que se encontravam essas escolas, por ele chamadas de “casas escolares”.

Tendo sido até então a forma quase única de escola, elas “eram ‘infectos casebres’, privadas de todo o conforto, onde se imobilizavam diante de um indivíduo arvorado em professor algumas dezenas de alunos a se imbecilizarem nas rotineiras tarefas do silabário, da tabuada e do catecismo”. (Verçosa, 2006, p. 106)

Em meio a um cenário de constante mudança, a educação vai tomando seu curso, de acordo com a hierarquia do Estado, se refazendo quando necessário para melhores resultados. O âmbito educacional sofria muitas influências de todos os lados e ocorria muito interesse, mesmo com tantas reformas que aconteceram, ele continuava avançando aos poucos, com muita resistência. Nagle (1978, p. 268-269) mostra dados significativos para o início da década de 1920:

[...] dados apresentados em 1921 à Conferência Interestadual de Educação, convocada pelo Governo Federal para tratar da difusão da escola primária pelo país, davam conta de que, em Alagoas, a matrícula nesse nível de ensino representava apenas 6% da população escolar, à frente apenas dos estados de Goiás e do Piauí que atendiam a 5% de seus alunos em idade escolar. Se confrontados com os índices de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, que atendiam respectivamente a 57%, 56%, 44%, os números de Alagoas são significativos do que se tinha conseguido com a política educacional desenvolvida nos mais de trinta anos de regime republicano em terras alagoanas. Na verdade, em termos relativos, o atendimento escolar no seu nível mais elementar continuava sendo praticamente idêntico ao que se fazia no final do Império.

Mesmo com tantas dificuldades foram ocorrendo rupturas, sendo uma destas com a igreja, e, então, a partir daí foram criados novos cursos. Aos poucos, mais escolas foram sendo construídas nas cidades do interior, como diz Verçosa (2006, p. 151):

A rede de escolas secundárias públicas, antes ainda restrita, seria expandida significativamente através da construção de novos colégios na capital e em cidades importantes do interior, como Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos e Santana do Ipanema.

Chagas (2011, p. 23) relata que

a primeira escola que se tem conhecimento em Santana foi fundada, aproximadamente, em 1906. Seus proprietários foram o casal de professores Enéas Augusto Rodrigues de Araújo e Maria Joaquina de Araújo. Essa primeira escola durou até 1914.

Depois foram surgindo novas escolas. Na década de 1932, surgiu o Colégio Santanense, mas parou de funcionar no ano de 1940, enquanto isso é inaugurada em 1938 uma escola estadual chamada Grupo Escolar Padre Francisco Correia, e em 1950 surgiu o Ginásio Santana, pertencente à rede Cenecista – e existente ainda hoje –, entre outras escolas que foram surgindo, em um período não tão curto (Chagas, 2011).

Dado o crescimento da quantidade, ainda na década de 1940 criou-se uma secretaria para que cuidasse somente da educação no estado. Nas décadas seguintes ocorreram fatos importantes, dentre os quais a criação da Universidade

Federal de Alagoas (Ufal), em 1961. Entretanto, a partir do golpe militar de 1964, o sistema educacional não deixou de ser influenciado pelo regime militar. Para fins de adaptação do novo regime foi criada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação, que foi decretada em 1971. Percebe-se então um período de mudanças significativas para o estado.

É na década de 1970 que se cria a base para a formação da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal), que seria instituída em 2006: a Fundação Educacional do Agreste Alagoano (Funec), por meio da Lei Municipal n. 719/70, inicialmente com os cursos de Letras, Estudos Sociais e Ciências. O desenvolvimento desta fundação em outras cidades de Alagoas reiniciou nos anos 1990, com a criação da Esser (Escola de Ciências Físicas, Humanas e Biológicas do Sertão) em Santana do Ipanema, no ano de 1994; no mesmo ano, a Escola Superior de Ciências Humanas e Econômicas de Palmeira dos Índios (Espí); e, em 1998, cursos de Formação de Professores em União dos Palmares e São Miguel dos Campos (Uneal, 2017).

Para além da Uneal, foram instalados na cidade em 2010 o Instituto de Federal de Alagoas (Ifal), no ano de 2010, no qual foi implantado o Curso de Técnico em Agropecuária, e a Ufal, com os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Todos esses almejando expansões, mesmo os mais recentes.

O ensino hoje é dividido em pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico e ensino tecnológico/superior, com as responsabilidades divididas entre município, estados e União.

Partindo de dados disponíveis até 2014 (Secretaria, 2015, p. 14), Alagoas possui 2.680 escolas de ensino fundamental, etapa que interessa para a nossa pesquisa, com 538.984 estudantes matriculados.

Os dados de Santana do Ipanema serão apresentados a seguir, a partir de informações cedidas pela secretaria de educação do município e já dentro do debate proposto neste trabalho, de cruzar estas informações com dados de caráter econômico do município.

3. Análise dos dados econômicos e de educação em Santana do Ipanema

De acordo com a Constituição Federal de 1988, cabe aos municípios a atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Para tanto, foram detectados alguns dados referentes a esta modalidade de ensino, que são de grande relevância para esta pesquisa, mostrando quantitativamente e qualitativamente a realidade educacional do município estudado.

A Tabela 23 mostra alguns dados sobre a educação no município de Santana do Ipanema/AL

Ano	IDH-M	Gastos (R\$)	Ideb	Ideb - Metas	IFDM	IDH-E
2005	0,4250	6.633.259	2,1	ND	0,2940	0,2370
2006	0,4250	7.209.149	2,1	ND	0,2891	0,2370
2007	0,4250	10.174.435	2,4	2,2	0,3510	0,2370
2008	0,4250	11.502.548	2,4	2,2	0,4201	0,2370
2009	0,4250	12.977.099	3,5	2,7	0,4469	0,2370
2010	0,5910	14.231.280	3,5	2,7	0,4728	0,4630
2011	0,5910	17.056.054	3,1	3,1	0,4659	0,4630
2012	0,5910	19.474.170	3,1	3,1	ND	0,4630
2013	0,5910	19.129.881	3,1	3,4	ND	0,4630

Tabela 23. Dados dos Indicadores Econômicos, Educacionais e Sociais

Fonte: Ideb, Tesouro Nacional, Pnud, Firjan, 2005 a 2013.

A Tabela 23 mostra dados relevantes para a produção deste trabalho: Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDH-M); gastos com o ensino fundamental

do município de Santana do Ipanema/AL; Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb); Ideb – Metas, que são propostas para educação básica; Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal⁹ (IFDM) e o Índice de Desenvolvimento Humano Educacional (IDH-E).

A Tabela 24 refere-se ao Ideb observado e as metas para a educação dos anos iniciais de um determinado período. Essa tabela demonstra dados referentes à educação medidos pelo Ideb, que foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2007, que representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações.

	Ideb observado					Ideb meta			
A	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013
E	2,2	2,8	2,8	2,8	3,4	2,3	2,7	3,2	3,5
M	2,1	2,4	3,5	3,1	3,1	2,2	2,7	3,1	3,4
P	2,1	2,6	3,2	3,0	3,2	2,2	2,7	3,1	3,4

Tabela 24. Ideb dos anos iniciais (1^o ao 5^o) – Santana do Ipanema/AL

Fonte: Ideb, 2005 a 2013.

Legenda: Ano (A), Estadual (E), Municipal (M), Público (P).

Observa-se que nos três primeiros anos da amostra, os índices municipais foram favoráveis, com 2,4 em 2007, 3,5 em 2009 e 3,1 em 2011, somente no ano de 2013 não houve avanço, em que o Ideb de 3,1 não foi capaz de alcançar a meta proposta (3,4). Apesar disso, é importante destacar o ano de 2009, em que o índice foi mais elevado

9. IFDM – Índice Firjande Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema Firjan que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: emprego & renda, educação e saúde.

até que a meta para 2013. Percebe-se então que o índice não cresceu proporcionalmente em cada ano que se passou, mas no final do período, houve uma estagnação, que possivelmente pode ser explicada por uma diminuição do desempenho educacional.

A Tabela 25 mostra dados referente aos anos finais do ensino fundamental. Os dados do Ideb observados e a meta traçada para 2021 dos anos finais da rede estadual, da rede municipal e da rede pública. De forma geral, ao analisar os dados municipais é perceptível que nos anos de 2007 até 2009 as metas foram alcançadas, mas no ano de 2013 ela não foi alcançada, em que o Ideb nesse ano foi de 2,3, longe da meta de 3,1.

		Ideb observado					Ideb meta			
A	Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013
E		1,9	2,2	2,4	2,0	2,6	2,0	2,3	2,7	3,2
M		2,0	2,2	2,4		2,3	2,1	2,3	2,6	3,1
P		2,0	2,2	2,5	2,1	2,4	2,1	2,3	2,7	3,2

Tabela 25. Ideb dos anos finais (6º ao 9º) – Santana do Ipanema/AL

Fonte: Ideb, 2005 a 2013.

Legenda: Ano (A), Estadual (E), Municipal (M), Público (P).

A Tabela 26 apresenta os gastos com a educação no município de Santana do Ipanema/AL. As informações repassadas pela prefeitura para o Tesouro Nacional sobre os gastos com educação foram crescendo proporcionalmente. Porém, mesmo com estes aumentos no decorrer dos anos, a realidade do sistema educacional não demonstra ser um reflexo dos recursos repassados para a educação, como comprovam os dados do Ideb. Assim, constata-se que os repasses financeiros para a educação não são o motivo pelo qual ocorre essa queda e a condição em que a educação se encontra, já que ele aumenta a cada ano.

Ano	Gastos (R\$)
2005	6.633.259,66
2006	7.209.149,39
2007	10.174.435,23
2008	11.502.548,38
2009	12.977.099,64
2010	14.231.280,30
2011	17.056.054,83
2012	19.474.170,00
2013	19.129.881,00

Tabela 26. Gastos com a educação do ensino fundamental

Fonte: Finbra – Secretaria do Tesouro Nacional – base 2005 a 2013.

A Constituição Federal (2016) define que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%; e os estados, o Distrito Federal e os municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A Tabela 27 mostra dados do IFDM, entre outras informações como: a colocação do município no estado, no país e a mediana.

Ano	IFDM	Colocação em Alagoas	Colocação no país	Mediana dos municípios
2005	0,2940	71º	5.317º	0,5772
2006	0,2891	54º	4.479º	0,5715
2007	0,3510	39º	4.289º	0,6375
2008	0,4201	43º	4.244º	0,6408
2009	0,4469	25º	3.968º	0,6704
2010	0,4728	31º	4.053º	0,6932
2011	0,4659	37º	4.158º	0,7108

Tabela 27. Posição do município no ranking do IFDM – Educação

Fonte: Firjan, 2005 a 2011.

De acordo com o IFDM, ocorreu no município de Santana do Ipanema/AL no período de 2005 a 2007 um baixo desenvolvimento educacional, que começa a ter aumento

mais significativo no ano de 2008, deixou de ter uma atuação pequena para ter um desempenho regular, com a colocação em Alagoas chegando à 25ª posição em 2009. Não se sabe ao certo o que ocorreu neste ano, mas as reações da educação diante dos dados foram favoráveis.

A Tabela 28 mostra os índices IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano do Município) e IDH-E (Índice de Desenvolvimento Humano Educacional) do município de Santana do Ipanema/AL.

Ano	IDH-M	IDH-E
2000	0,4250	0,2370
2010	0,5910	0,4630

Tabela 28. Dados do IDH-M e IDH-E do município de Santana do Ipanema/AL

Fonte: Pnud, 2005 a 2013.

Os dados representados acima são coletados a cada 10 anos, assim pode-se perceber que o IDH-M não tem um aumento relevante quando comparado ao IDH-E. Desta forma, o IDH-E praticamente dobrou a partir de 2010, diferente dos resultados do Ideb dos anos finais (6º ao 9º ano) no qual o nível educacional não obteve tantos avanços.

4. Análise da pesquisa de campo

Foi realizada uma pesquisa de campo com gestores e professores da educação de Santana do Ipanema, tendo como objetivo o conhecimento sobre as suas percepções direcionadas ao âmbito educacional. De um total de 449 professores existentes no município, foram entrevistados 130 profissionais, aproximadamente 29%, dentre eles: 121 professores, 7 gestores (2 não se identificaram). Destes, 105 são funcionários atuantes há mais de 10 anos, e 25 deles têm

menos de 10 anos de trabalho na área. Com isso, constata-se que a maioria tem um grau de experiência considerável.

A Tabela 29 refere-se à quantidade de professores atuantes na educação e de escolas municipais em funcionamento nos anos de 2014 e 2015. Houve uma diminuição da quantidade de escolas, mas a de profissionais da educação aumentou. O motivo dessa contradição foi o fechamento de pequenas escolas rurais, além da realização de concurso público que aumentou a quantidade de docentes na rede municipal. Assim, existe em 2015 um aumento em média de 6% dos professores e diminuição de 25% das escolas.

Ano	2014	2015
Escolas	48	36
Docentes	421	449

Tabela 29. Dados educacionais do período de 2014 a 2015 do município de Santana do Ipanema/AL

Fonte: Secretaria da Educação de Santana do Ipanema/AL (2014 e 2015).

A Tabela 30 mostra as respostas dadas pelos entrevistados sobre os problemas da educação que são de maior pertinência na atualidade.

Colocação	1°	2°	3°
Infraestrutura da escola	42	32	39
Salário dos professores	30	50	33
Gestão financeira	41	31	41
Sem resposta		17	
Total		130	

Tabela 30. Ordem crescente dos possíveis problemas na área da educação

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015.

Quando questionados sobre as dificuldades na área da educação, a categoria mais votada foi a infraestrutura da escola, mostrando com isso que este é um dos fatores de-

terminantes para um possível declínio educacional no município. Em segundo lugar, a problemática que teve maior número de votação foi a gestão financeira, que teve uma diferença de um ponto da infraestrutura da escola, por isso ela também faz parte deste contexto. O que apareceu em terceiro lugar foi o salário dos professores, mostrando que há uma considerável insatisfação.

Cada elemento deste apresenta uma inter-relação, dado que faz parte da realidade dos trabalhadores da educação do município. No caso da infraestrutura, depende diretamente de investimentos realizados pela prefeitura na manutenção e/ou construção das escolas. O piso salarial dos professores é definido por lei federal, estando em 2015 em R\$ 1.917,78 para a carga horária de 40h semanais, mas a maioria dos municípios brasileiros não cumpre com o pagamento. No caso de Santana do Ipanema/AL, os acordos de aumento salarial são feitos a cada ano.

O quesito “gestão financeira” acaba por englobar os dois problemas anteriores. Afinal, com melhor gerenciamento dos recursos, a administração municipal poderia melhorar a infraestrutura (problema 1) e na quantia de recursos que “sobraria” para aumentar os salários (problema 2). Considerando ainda que as prefeituras contam com o repasse oriundo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), do Governo Federal, cuja sobra de final de ano normalmente é repassada para os professores.

A partir do que foi debatido a partir da Tabela 28, imaginamos que a Tabela 29 sirva para destrinchar a opinião sobre os investimentos, de forma geral e na escola em que o profissional atua.

Neste resultado depara-se com uma visão de que o investimento transferido para a educação não é suficiente,

mesmo que venha aumentando gradativamente a cada ano (Tabela 31). Para 58 dos 130 entrevistados, a aplicação dos recursos nas escolas em que atua é ruim, e apenas 5 relataram a opção boa.

	A visão do investimento realizado na educação	Investimento na escola em que atua
Ruim	60	58
Razoável	33	41
Boa	11	4
Ótima	0	1
Sem resposta	26	26
Total	130	130

Tabela 31. Conhecimentos do investimento e aplicação dos recursos para a escola em que atua

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015.

Assim, em seguida, perguntou-se também sobre a satisfação que se tem com a educação atual. A Tabela 32 expressa essas respostas.

Notas	Quantidade de pessoas	%
0	4	3,08%
1	5	3,85%
2	7	5,38%
3	10	7,69%
4	9	6,92%
5	38	29,23%
6	24	18,46%
7	13	10,00%
7,5	1	0,77%
8	18	13,85%
9	0	0,00%
10	0	0,00%
Sem resposta	1	0,77%
Total	130	

Tabela 32. Nota da satisfação da educação para os profissionais da educação

Fonte: Elaboração dos autores, 2015.

O professor expressa a sua satisfação profissional por meio da nota que foi dada para a educação do município. Num conceito qualitativo de 0 a 10 para satisfação, a opção com maior nível de respostas foi a nota 5 (29,23%). A maioria deu nota acima de 5 (43,08%), mas sem nenhum 9 ou 10. Isso mostra que a maior parte dos entrevistados demonstrou que a educação está razoavelmente boa. Abaixo de cinco foi dado apenas em 26,92% das notas. Entretanto, 3,08% deram nota zero. O que não deixa de ser relevante, pois mesmo que os níveis educacionais ao longo do tempo não tenham obtido avanços maiores, ele não deixou de crescer. A nota zero pode demonstrar pessimismo, em que os profissionais acabam demonstrando uma ideia de que não acreditam no próprio sistema em que trabalham. Este resultado leva também a se pensar na visão que os professores têm sobre a educação e do seu papel para a concretização dela no seu dia a dia.

Sendo assim, relacionando os dados que já foram analisados anteriormente, essas notas acabam por se tornar somente um reflexo da realidade, deixando uma preocupação a mais com a educação atual.

Seguem na Tabela 33 os dados de quanto os professores conhecem o Ideb da sua escola.

Opção de resposta	Quantidade de Pessoas (%)
Sim	96 (74%)
Não	31 (24%)
Sem resposta	3 (2%)
Total	130

Tabela 33. Conhecimento do Ideb da escola em que atua

Fonte: Elaboração dos autores, 2015.

Pode-se perceber que os profissionais estão atualizados quanto à avaliação mais recente da escola, uma vez que 74%

sabe qual é o Ideb da instituição que trabalha. Não deixa de ser pertinente o que os docentes demonstram com a nota de avaliação para educação, tendo em vista que o Ideb é um dos meios de avaliar a educação no que diz respeito à frequência dos alunos nas aulas e as notas de avaliações aplicadas.

Os docentes também responderam sobre a sua satisfação com os resultados do Ideb (Tabela 34).

Opção de resposta	Quantidade de Pessoas (%)
Sim	31 (24%)
Não	63 (48%)
Sem resposta	5 (4%)
Não conhece o IDEB	31 (24%)
Total	130

Tabela 34. Satisfação do profissional com os resultados do Ideb

Fonte: Elaboração dos autores, 2015.

Referente à satisfação com os resultados do Ideb da escola em que atuam, as respostas quanto ao questionário aplicado, em sua maioria, foram negativas. Dos 130 entrevistados, 63 deles (48%) se mostraram insatisfeitos com os índices; 31 entrevistados (24%) se mostraram satisfeitos com o Ideb da sua escola. Essa questão vem confirmar cada vez mais a hipótese de uma educação necessitada de mudanças, que possibilite níveis melhores de desempenho, pois os que conhecem a situação em que a escola se encontra não consideram satisfatória essa realidade, a fim de conseguir suprir as metas propostas para cada município e escola individualmente.

Considerações finais

No capítulo aqui apresentado, procurou-se mostrar a importância da educação para o desenvolvimento, apre-

sentando dados preocupantes sobre o município de Santana do Ipanema/ AL. De acordo com o referencial teórico, a educação teve grandes dificuldades para crescer no âmbito social, mesmo sabendo que ela é uma das ferramentas para um desenvolvimento socioeconômico adequado e justo.

Os dados aqui analisados demonstraram a necessidade de grandes avanços, levando em consideração uma realidade dos profissionais da educação que sofrem com o lento crescimento do setor no município. Assim, chega-se à conclusão que é perceptível que a educação em Santana do Ipanema não possui resultados desejados, mesmo tendo um aumento gradativo de investimento.

Nesta área que agrega tantas problemáticas estão sendo formadas gerações nas quais se depositam expectativas de progresso social, portanto, é necessário que a sociedade civil organizada promova ações para melhorar tanto os índices quanto a perspectiva de análise dos profissionais.

Outro ponto citado foram as questões sobre as diferenças do crescimento e do desenvolvimento, verificou-se que estes são distintos em seus significados. Um requer riquezas para a sociedade e o outro a satisfação do indivíduo e o cumprimento dos direitos que eles têm, educação, atendimento à saúde, alimentação e lazer.

Referências

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Pelo Fim das Décadas Perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, n. 857, p. 1-17, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://bit.ly/2kfjgJt>. Acesso em: 20 jul. 2016.

BRASIL. **Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro, 2001-2012**. [s.l., entre 2001 e 2012]. Disponível em: <http://bit.ly/2lWewO1>. Acesso em: 13 mar. 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Alagoas**: Santana do Ipanema. Disponível em: <http://bit.ly/2kc6K25>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Ideb – Resultados e Metas**. Disponível em: <http://bit.ly/2YnVAKs>. Acesso em: 11 maio 2015.

CHAGAS, B. Clerivaldo. **Santana do Ipanema**: Alagoas – conhecimentos gerais do município. Santana do Ipanema: [s.n.], 2011.

COSTA, Craveiro. **Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 1931.

DOWBOR, Ladislau. Educação e Apropriação da Realidade Local. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 60, 2007.

FEDERAÇÃO da Indústria do Estado do Rio de Janeiro. **Índice Firjande Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. Disponível em: <http://bit.ly/2kpCC3g>. Acesso em: 30 abr. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, Celso. **Essencial**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. Tomo III, Livro 3. São Paulo: Difel, 1978.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, v. 5, n. 2, p. 39-48, 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**, 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2lOnr3Q>. Acesso em: 30 abr. 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Brasileira: estrutura e sistema**. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

UNEAL. **Linha do tempo**. Disponível em: <http://bit.ly/2jZuhmI>. Acesso em: 11 fev. 2017.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VEIGA, José Ely da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e Educação nas Alagoas: história, histórias**. 4. ed. Maceió: Edufal, 2006.

CAPÍTULO 6: FEIRAS LIVRES E MERCADOS POPULARES: O CASO DE SANTANA DO IPANEMA/AL

Célio Cabral da Silva

Natallya de Almeida Levino

Introdução

O município de Santana do Ipanema, localizado no Sertão Alagoano, tem sofrido, nas quatro últimas décadas, um acelerado processo de urbanização e, por conseguinte, de concentração demográfica, impulsionado pela elevada migração advinda da zona rural e de outras cidades do interior do estado com pouca ou sem dinâmica econômica (Atlas do Desenvolvimento, 2014). Tais fatores têm sido responsáveis pelo favorecimento da expansão dos bairros periféricos com fortes expressões da economia popular, sendo estas responsáveis por garantir ocupação à parte considerável da população, com tal dinâmica fortalecida, principalmente, pelas transferências de renda.

Nesse bojo, destaca-se a predominância das mais variadas atividades relacionadas ao setor do comércio, sendo o maior componente do PIB municipal, possuindo particularidades econômicas em comum, no que tange à presença dos dois circuitos da economia urbana apontados por Santos (2008), em que o circuito inferior cumpre maior destaque se comparado ao circuito superior, estes entendidos respectivamente como: intensivo em mão de obra e pouco moderno e intensivo em capital e moderno, ambos desempenhando massiva representatividade econômica.

Existem no município três formas diferentes de feira: a de gado, a de subprodutos e uma tradicional, com

maior utilização espacial, objeto de estudo desta pesquisa, configurando-se como Centro Comercial e de Serviços Populares do município, localizada no centro da cidade.

A presente pesquisa tem como objeto de estudo examinar a representatividade da feira livre, a qual é composta por vários segmentos de produtos e serviços, cabendo destaque para os quatro maiores setores: hortifrutícola, vestuário, culinária regional e variedades. Assim como uma análise por meio da identificação do perfil dos feirantes e consumidores envolvidos nesse ambiente.

Essa pesquisa está dividida em quatro outras partes, além desta introdução, quais sejam: revisão de literatura – abordada de forma multidisciplinar; materiais e métodos – detalhamento da metodologia empregada; caracterização do objeto de estudo – com um levantamento dos aspectos geográficos, perfil geral da feira; resultados e discussão – explanação sobre o perfil socioeconômico dos feirantes e consumidores e levantamento sobre algumas variáveis relevantes, tais como: nível de instrução e renda, aspecto formal/legal/regular, bem como canais de comercialização; e, por fim, as considerações finais.

1. Economia popular

O processo de reestruturação produtiva, ocorrido a partir da década de 1970, acabou por desencadear várias mudanças econômicas, políticas e sociais, principalmente no que tange aos processos e relações de trabalho. Tal fenômeno refletiu em uma redução significativa na demanda por mão de obra concomitante à exigência de uma maior qualificação dela, bem como uma redistribuição dos trabalhadores em todos os setores da economia, com uma

redução do trabalho na indústria e na agricultura seguido de aumento no setor terciário, destacando-se as atividades relacionadas aos serviços, caso da economia popular.

Segundo Icaza e Tiriba (2003, p. 101), a economia popular pode ser tida como

o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras com objetivo de assegurar a reprodução da vida social com a utilização da própria força de trabalho e mobilização dos recursos disponíveis.

Neste contexto, tais atividades surgem como uma maneira, sobretudo, de resistência à exclusão econômica, social, cultural e política de um contingente populacional considerável, bem como de alternativa de emprego e renda para os indivíduos excluídos do mercado formal de trabalho.

Cabe salientar que a economia popular não deve ser confundida com a economia informal, uma vez que esta diz respeito às atividades que se encontram à margem da formalidade, muitas vezes em caráter transitório, sem uma série de benefícios, principalmente fiscais, empregatícios e sociais.

Outra abordagem, feita por Carvalho (2007), refere-se ao estudo da economia popular como uma vertente da economia urbana, impelida em compreender a dinâmica de bairros, feiras, redes de empreendimentos associados, núcleos produtivos, produção familiar, assim como outras expressões que caracterizam a vida econômica dos bairros periféricos das cidades, do sistema produtivo dos segmentos mais pobres da população, sendo estas percepções as mais próximas da realidade alagoana, que tem sua dinâmica econômica amplamente determinada por meio das transferências de renda.

1.1 Feiras livres

As feiras livres surgiram da necessidade natural de se ter um ambiente onde pudesse ser transacionada uma variedade de produtos, de um lado, excedentes da produção local, de outro, bens que não poderiam ser produzidos no próprio território, mas que eram de suma importância para o suprimento das necessidades básicas e do bem-estar da população.

No panorama mundial, as feiras já eram conhecidas deste a Antiguidade, porém elas foram consolidadas de forma mais intensa e dinâmica durante a Idade Média, com a expansão comercial (século XI). Daí a ser caracterizada por Mascarenhas e Dolzani (2008) como uma modalidade de mercado varejista de produtos de gênero alimentício e itens básicos, de periodicidade semanal e organizada pelo município.

1.2 Centro comercial e de serviços populares

As feiras livres desempenham uma função de extrema importância no que concerne ao abastecimento e à distribuição de bens e serviços, cujos reflexos proporcionados por sua dinâmica comercial podem ser sentidos, inclusive, em outras esferas da economia que se situam ao seu redor, caso de uma infinidade de atividades comerciais de cunho tanto informal quanto formal. Esse processo pode ser explicado pela circulação de renda proporcionada pelos fluxos de comercialização aí realizados e pelo seu efeito multiplicador.

O poder centralizador de atividades que elas detêm pode ser compreendido por meio do caráter de complementaridade do “circuito inferior” em relação ao “circuito superior”, como abordado por Santos (2008). Nesse bojo, as feiras, ao serem partes integrantes do circuito inferior,

subsistem, principalmente nas grandes cidades, apesar da grande diversidade de produtos e serviços modernos, devido ao atendimento às necessidades de demanda de uma parte considerável da população pobre.

Gera-se um ambiente onde são concentradas várias modalidades comerciais e de serviços populares. Porém, esse processo se dá devido ao surgimento de núcleos secundários de comércio e serviços em que, segundo Corrêa (2005, p. 46), essa descentralização está “[...] associada ao crescimento da cidade, tanto em termos demográficos como espaciais, ampliando as distâncias entre a Área Central e as novas áreas residenciais”. Aqui há certa dualidade: pode-se verificar que as feiras livres são centralizadoras sob o aspecto das atividades, mas descentralizadas em relação aos processos e formas espaciais.

No entorno das feiras frequentemente desenvolvem-se uma gama de outras atividades comerciais, como os mercados públicos de carne, padarias, mercadinhos, lojas comerciais diversas, dentre outras. Além de uma ampla oferta de serviços, desde barbearias até consultórios odontológicos e médicos, todos adaptados às condições da população que deles utilizam-se. Assim, pode-se verificar que a feira, ao agrupar elementos do circuito superior e do inferior, funciona como um núcleo de comércio de produtos e prestação de serviços de caráter eminentemente populares.

2. Materiais e métodos

A cidade de Santana do Ipanema é o polo da microrregião a qual faz parte, composto por 10 cidades – além dela, Carneiros, Dois Riachos, Maravilha, Ouro Branco, Palestina, Pão de Açúcar, Poço das Trincheiras, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira –, sendo o mais populoso e o se-

gundo mais extenso em área, com uma população de 44.932 habitantes e um território de 437,875 km² (IBGE, 2010).

Com a expansão crescente do município, coube ao setor informal um importante papel para garantir tal ocupação, por meio de uma variedade de atividades terciárias, como a prestação de serviços e uma ampla rede de comércio, principalmente popular – cabendo destaque à feira livre, presente no centro da cidade –, sendo estas as mais importantes atividades econômicas urbanas, vide a pequena expressividade no que tange às atividades relacionadas à indústria.

Esse tópico apresenta assim os procedimentos metodológicos para examinar o objeto de estudo.

2.1 Coleta de dados

Os dados utilizados nesse trabalho foram coletados na feira livre do município de Santana do Ipanema, que ocorre regularmente no centro da cidade, aos sábados.

Como modalidade pesquisa adotou-se o estudo de caso como instrumento para a execução do presente trabalho, por se tratar de um tema que engloba várias áreas, tendo assim um caráter multidisciplinar. No entanto, para evitar os vieses típicos desses estudos, foram tomados todos os cuidados possíveis para o planejamento, coleta e tratamento dos dados necessários, conforme Gil (2002).

Para a realização do presente estudo foram aplicados questionários¹⁰ nos dias: 27 de setembro de 2014 (junto aos feirantes) e 18 de outubro de 2014 (aos consumidores), com o intuito de obter uma amostra representativa do perfil socioeconômico dos consumidores e dos feirantes, além de

10. Os questionários utilizados nesta pesquisa fazem parte do projeto “Fomento ao desenvolvimento local endógeno: Estudo das principais feiras livres de Maceió”, sendo anteriormente validados.

outros aspectos, como: formal/legal/regular, moderno e sobre os canais de comercialização, bem como verificar a dimensão econômica que a feira livre do município desempenha na economia local.

2.2 Amostra e análise

Para o cálculo da quantidade necessária de feirantes e consumidores utilizou-se a fórmula de dimensionamento amostral observada em Fonseca e Martins (2011):

Considerando-se a população finita (feirantes):

$$N = \frac{Z^2 \times P \times Q \times N}{d^2 \times (N-1) + Z^2 \times P \times Q} \quad (1)$$

População infinita (consumidores):

$$N = \frac{Z^2 \times P \times Q}{d^2} \quad (2)$$

Em que:

N = tamanho da amostra;

Z = nível de confiança;

P e Q = proporção

D = erro amostral.

Para as aplicações das fórmulas foram adotados os valores de: 350 (população - feirantes, essa informação foi obtida por contagem *in loco*, sendo realizadas três contagens em datas distintas), 95% (nível de confiança), 50% (proporção de acerto e/ou erro esperado) e 10% para o erro amostral; os quais culminaram na obtenção de uma amostra com 76 entrevistas a serem realizadas com os feirantes que comercializam diversos produtos na referida feira e outras

96,04 entrevistas com os consumidores, arredondando-se esses valores para 80 e 100, respectivamente.

Foram adotadas as seguintes faixas de renda (R\$): sem rendimento; < 724,00; 724,00 a 1.448,00; 1.448,00 a 2.172,00; 2.172,00 a 3.620,00; 3.620,00 a 7.240,00; > 7.240,00; 7.240,00 a 14.480,00 e > 14.480,00. Buscando diagnosticar as classes sociais quanto à renda, expomos o Quadro 4:

Faixa	Renda
H	Sem rendimento
G	Até 1 salário mínimo
F	Mais de 1 a 2 salários mínimos
E	Mais de 2 a 3 salários mínimos
D	Mais de 3 a 5 salários mínimos
C	Mais de 5 a 10 salários mínimos
B	Mais de 10 a 20 salários mínimos
A	Mais de 20 salários mínimos

Quadro 4. Classe social por faixa de renda

Fonte: Soares, 2008.

O levantamento serviu de base para caracterizar alguns aspectos socioeconômicos dos produtores e consumidores, tais como: idade, tamanho familiar, renda familiar, renda *per capita* (calculada dividindo-se a renda familiar pela quantidade de membros da família), grau de escolaridade e valor gasto pelos consumidores.

Para a realização da inferência estatística e a síntese gráfica, bem como tabular dos dados, foi utilizada estatística descritiva por meio dos programas computacionais: Microsoft Excel 2010 e IBM SPSS Statistics 22.0.

3.1 *Características da feira livre*

Conforme levantamento efetuado junto a Prefeitura Municipal, constatou-se que cada feirante paga uma taxa proporcional ao tamanho da área ocupada, no valor de R\$ 1,00 por metro quadrado, sendo esta cobrada diariamente.

Cabe salientar a presença massiva do circuito superior, coexistindo com a feira livre numa mesma região; observa-se nessa área vários estabelecimentos comerciais, bem como de prestação de serviços, tais como: convecções, avícolas, lojas de materiais de construção, farmácias, supermercados, dentre outros, que, apesar de possuírem um porte maior e mais moderno, em termos relativos, não impedem que a feira ainda se mantenha com todo seu significado tradicional, sem perder sua importância no que tange ao processo de abastecimento.

Uma característica importante observada diz respeito à divisão do espaço, onde se verifica setores distintos de acordo com os produtos comercializados. Assim, o complexo que forma a feira pode ser dividido em quatro principais núcleos diferenciados entre si, tais como:

- (a) setor hortifrutícola: frutas, legumes e verduras;
- (b) setor de vestuário: são comercializadas confecções e calçados novos;
- (c) setor de variedades: miudezas e acessórios para celulares;
- (d) setor de culinária regional: lanches em geral, condimentos e comidas típicas.

Dada a forma como são organizados e os poucos benefícios em infraestrutura que dispõem, percebe-se pouca diferença entre os principais núcleos identificados no que tange à assistência por parte do poder público. O Gráfico 12 apresenta os principais produtos comercializados na feira.

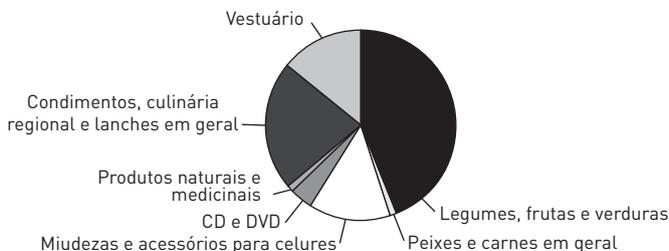


Gráfico 12. Produtos comercializados na feira

Fonte: Elaborado pelos autores, 2014.

3.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS FEIRANTES

De acordo com os dados coletados, observa-se que grande parte dos feirantes são do sexo masculino (71,25%), enquanto do feminino representam 28,75%. Quando comparado o grau de instrução, as mulheres apresentam uma escolaridade maior nas duas primeiras faixas, enquanto os homens apresentam melhores resultados nas duas últimas, como pode ser observado no gráfico a seguir.

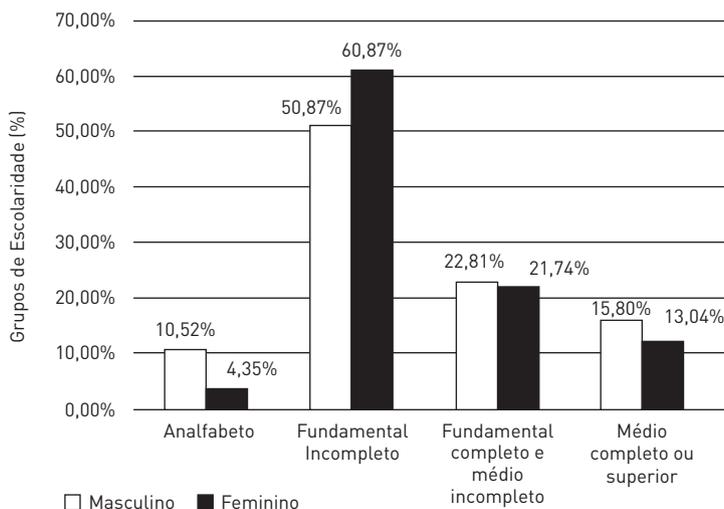


Gráfico 13. Grau de escolaridade dos feirantes

Fonte: Elaborado pelos autores, 2014, a partir dos dados da pesquisa.

Esses dados refletem o perfil educacional distorcido da população, que encontra na feira livre uma oportunidade de ocupação, implicando numa mão de obra sem qualificação, característica dos setores informais da economia.

O perfil familiar dos feirantes entrevistados, em termos quantitativos, revelou similaridade em relação à média de pessoas que constituem as famílias brasileiras, ou seja, 4 pessoas residentes, em média. Os feirantes casados representam 73,8%, dos quais 53,75% residem com 2, 3 ou 4 pessoas, o que constata que a feira desempenha um importante papel, qual seja: a geração de renda para uma parte massiva da população que é a principal responsável pela manutenção familiar, conforme tabela a seguir.

		Casado	Solteiro	Divorciado ou separado	Viúvo
Outras fontes de renda	Sim	16,25	5	1,25	1,25
	Não	57,25	17,5	0	1,25
	Até 01	1,25	0	0	1,25
Residentes no mesmo domicílio do feirante	02 a 04	53,75	10	1,25	1,25
	05 a 07	16,25	10	0	0
	08 a 10	2,5	2,5	0	0
	> 10	0	0	0	0

Tabela 35. Estado civil, fonte de renda primária e número de residentes (em %)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2014.

Quanto aos estabelecimentos que compõem a feira livre do município, possuem como característica a pouca complexidade quanto ao gerenciamento de suas atividades comerciais, visto que a sua execução é realizada de maneira elementar. Neste sentido, 43,8% dos feirantes trabalham sozinhos, seguido por 46,3% que trabalham com mais 1 ou 2 funcionários.

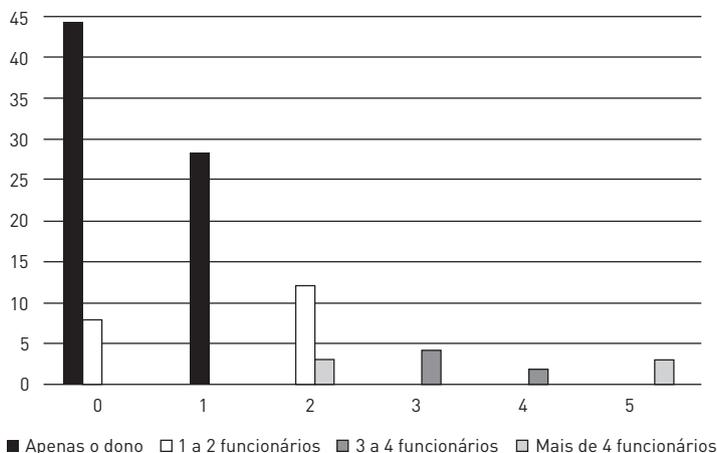


Gráfico 14. Número de funcionários membros da família

Fonte: Elaborado pelos autores, 2014.

Esses dados reforçam as afirmações de Santos (2008, p. 212), dessa forma, as atividades do circuito inferior “caracteriza-se pelas pequenas dimensões dos seus negócios”, nesse caso, apenas 7,5% dos funcionários não possuem algum grau de parentesco com o dono da banca. Outras variáveis que dizem respeito à pouca complexidade dos estabelecimentos se referem a duas questões: mobilidade e modernidade.

A ausência de mobilidade foi verificada em 42,5% dos entrevistados, que declararam não possuir banca em outras feiras e 70% não possuem estoques de mercadorias, (Tabela 36).

	Variável	Porcentagem (%)
Sexo	Masculino	71,25
	Feminino	28,75
Mobilidade	Possui bancas em outras feiras	57,5
	Não possui bancas em outras feiras	42,5
Microcrédito	Crediamigo	92,3
	Pronaf	3,85
	Agroamigo	3,85
Auxílio do Governo	Recebem	59,0
	Não recebem	41,0
Tipos de auxílio do governo	Previdência Social	28,81
	Bolsa família	71,19

Tabela 36. Indicadores da pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores, 2014.

Quanto à modernidade, objetivou-se verificar se existem formas modernas nas relações comerciais entre os feirantes e seus clientes, caso de inserção do cartão de crédito, chegando-se à constatação de que nenhum feirante aceita os cartões de crédito como forma de pagamento, ao contrário de outras feiras, como as da capital, que já utilizam desse instrumento de maneira mais significativa (Carvalho, 2007).

Com relação às fontes alternativas de renda, observou-se que 76% dos feirantes utilizam a feira como fonte de renda primária. Durante as entrevistas foram constatados que esses possuem outras ocupações, tanto formais quanto informais, tais como: servente de pedreiro, auxiliar de serviços gerais, doméstica, fretes, empresa privada, professor de música e eletricitista.

3.3 Aspecto formal, legal e regular

Conforme Brandão (2006, p. 147), as questões referentes ao que é “legal-ilegal ou regular-irregular” tomam como parâmetro o “aparato jurídico formal”; já a dualidade

“formal-informal” reflete os processos e as condições dos agentes modeladores do espaço e o nível de formalidade das relações entre estes.

A respeito do aspecto formal que se objetivou analisar, foram considerados os pressupostos de Daza (2005, p. 9), segundo a qual:

[...] não existe uma descrição ou definição universalmente aceita ou precisa a respeito do termo “economia informal”, mas o mesmo pode se referir a todas as atividades de trabalhadores e unidades econômicas que – legalmente ou na prática – não são cobertas ou o são apenas insuficientemente por arranjos formais.

Nesse bojo, compreenderam-se a assimetria formal-informal como os mecanismos que garantam benefícios trabalhistas para os feirantes. Já para a contradição legal-ilegal, utilizou-se como parâmetro a permissão, ou não, para a utilização do local.

Com efeito, 91,3% dos feirantes que utilizam o espaço da feira são legalizados por meio do pagamento de taxas à Prefeitura Municipal, porém, apenas 18,8% são formais. Sobre a dicotomia regular-irregular, observou-se, de forma geral, as condições higiênico-sanitárias, com base principalmente nas resoluções RDC n. 216/04 e RDC n. 218/05 (Anvisa), que dispõem sobre: o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação e o Regulamento Técnico de Procedimentos Higiênico-Sanitários para Manipulação de Alimentos e Bebidas Preparados com Vegetais, respectivamente.

Em relação ao aspecto regular, chegou-se à conclusão de que as condições higiênicas-sanitárias da maioria dos

estabelecimentos que manipula alimentos não se adequam às condições propostas pela legislação vigente, caracterizando-os como irregulares. Tendo em vista que os produtos são expostos ao sol, sem nenhum acondicionamento, não há controle de higiene e nem tratamento dos resíduos. O Gráfico 15 resume alguma dessas questões.

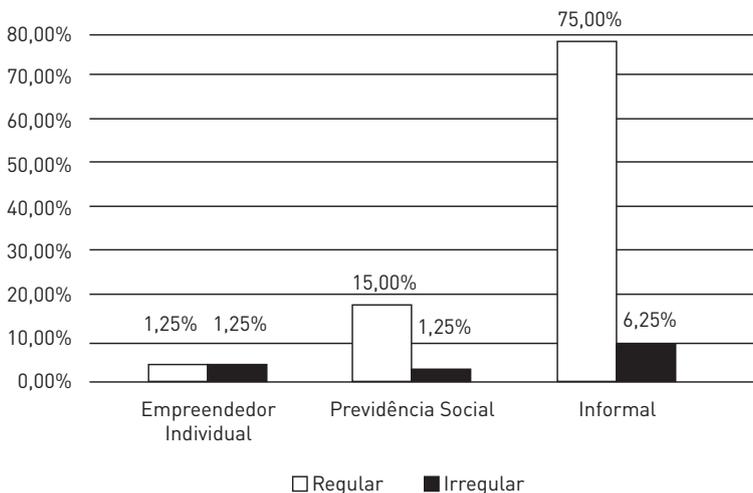


Gráfico 15. Grau de legalidade e formalidade dos feirantes

Fonte: Elaborado pelos autores, 2014.

No que tange às questões relacionadas a crédito/microcrédito, observou-se que a maioria dos feirantes (67,5%) não tem acesso, problemática característica das atividades do “circuito inferior”. Dentre os indivíduos que têm alguma modalidade de crédito/microcrédito ativa, destaca-se o Crediamigo, representando 92,3%; seguido do Pronaf e do Agroamigo, com 3,85% cada (Tabela 36). No entanto, chama atenção o fato de que 62,5% dos entrevistados terem declarado não ter interesse em contratações, na sua maioria, por aversão ao compromisso em contrair dívidas.

3.4 Canais de comercialização

Em relação à comercialização¹¹ dos produtos, foi identificado que 85% dos feirantes compra-os de terceiros, sendo que 60% compram de atravessadores. Outro aspecto que merece destaque é a origem dos produtos, em que 57,5% vêm de outros estados, conforme Tabela 37:

Município/UF	Porcentagem (%)
Arapiraca/AL	12,5
Dois Riachos/AL	2,5
Major Isidoro/AL	1,3
Palmeira dos Índios/AL	1,3
Pão de Açúcar/AL	1,3
Poço das Trincheiras/AL	5,0
Santana do Ipanema	17,5
São Miguel dos Campos/AL	1,3
Águas Belas/PE	1,3
Bom Conselho/PE	5,0
Caruaru/PE	18,8
Garanhus/PE	16,3
Petrolândia/PE	3,8
Petrolina/PE	1,3
Santa Cruz do Capibaribe/PE	2,5
Toritama/PE	1,3
Aracaju/SE	1,3
Canidé/SE	3,8
Itabaiana/SE	1,3
São Paulo/SP	1,3

Tabela 37. Origem dos produtos comercializados

Fonte: Autores, 2014.

Essas informações reforçam as contribuições de Carvalho (2007) sobre a falta de mecanismos que permitam um maior desenvolvimento das atividades rurais, o que se tra-

11. De acordo com Barros (2007, p. 1), o processo de comercialização engloba “uma série de atividades ou funções através das quais bens e serviços são transferidos dos produtores aos consumidores”.

duz em uma oferta insuficiente de alimentos direcionado para o mercado interno e de insumos, impedindo, assim, a formação de uma agroindústria diversificada.

3.5 Perfil socioeconômico dos consumidores

Por meio da coleta de dados, através do questionário aplicado junto aos consumidores, buscou-se traçar o seu perfil socioeconômico, bem como identificar o papel que a feira livre desempenha, quanto ao fornecimento de bens e serviços demandados. O Gráfico 16 apresenta a frequência que são consumidos os produtos na feira.

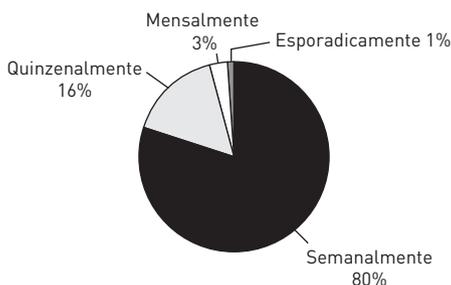


Gráfico 16. Frequência de compras na feira

Fonte: Elaborado pelos autores, 2014.

Nesse sentido, observa-se que a feira desempenha uma importante função para a satisfação das mais variadas necessidades dos indivíduos, uma vez que 80% dos consumidores afirmaram frequentá-la semanalmente, em que 40% são do sexo masculino e gastam em média R\$ 107,90 a cada feira, contra R\$ 106,30 do público feminino.

A maioria dos consumidores (74%) é do próprio município, seguido pela cidade de Poço das Trincheiras (9%), tal fenômeno ocorre provavelmente devido à ausência de feira livre neste município, bem como pela proximidade

com aquele. Cabe destacar que a feira em questão exerce um papel significativo, no que tange a sua abrangência, ampliando-se para outros municípios circunvizinhos e da microrregião a qual está inserida. O Gráfico 17 mostra esses dados.

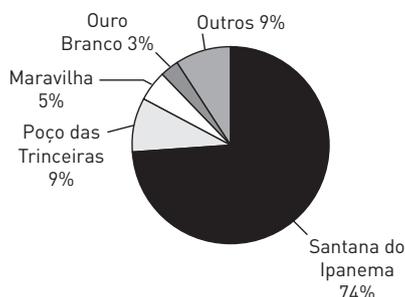


Gráfico 17. Município que residem os consumidores

Fonte: Elaborado pelos autores, 2014.

Esse alcance da feira a outros municípios, bem como para o interior do próprio município, pode ser observado por meio do transporte utilizado para levar os produtos às residências, cabendo destaque para o carro, como modalidade mais utilizada (Tabela 38).

Meios de transporte	Porcentagem (%)
Leva os próprios produtos	16,0
Carregador (carro de mão ou similar)	12,0
Motocicleta	13,0
Carro	56,0
Outros	3,0

Tabela 38. Meios de transporte utilizado pelos consumidores

Fonte: Elaborado pelos autores, 2014.

O presente estudo buscou investigar as classes sociais dos consumidores da feira livre, tomando por base o nível de renda, como resume o Gráfico 18.

Dessa forma, constatou-se que as classes E e F juntas correspondem à maioria dos entrevistados (58%), cabendo destaque ainda para as classes D e G, com 15% cada. Compete salientar que 59% entre todos os consumidores recebem algum tipo de auxílio do governo, com destaque para a previdência social, por meio do pagamento de aposentadorias, auxílios e pensões (28,81% dos beneficiados), e para o programa Bolsa Família (71,19%), vide Tabela 36.

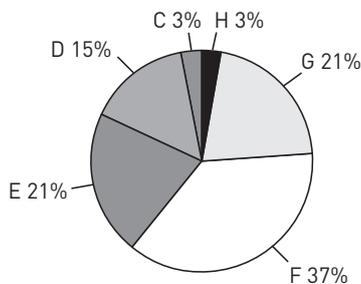


Gráfico 18. Classe de renda familiar dos consumidores

Fonte: Elaborado pelos autores, 2014.

Nota: **H** - Sem rendimento; **G** - Até 1 salário mínimo; **F** - Mais de 1 a 2 salários mínimos; **E** - Mais de 2 a 3 salários mínimos; **D** - Mais de 3 a 5 salários mínimos; **C** - Mais de 5 a 10 salários mínimos; **B** - Mais de 10 a 20 salários mínimos; **A** - Mais de 20 salários mínimos

Levando em consideração a quantidade de pessoas residentes no domicílio dos entrevistados, bem como seu estado civil, verifica-se que 44% são casados e convivem com mais uma ou três pessoas, na mesma unidade habitacional. A Tabela 39 apresenta essas informações.

Dentre os motivos que levam os consumidores a utilizarem essa forma de comercialização, destacam-se o preço e a qualidade, que juntos representam 63% do total. Outro fator de destaque diz respeito ao costume dos indivíduos (27%), intrínsecos nas decisões de compra, revelando, assim, uma das características marcantes pelas quais a feiras

livres se popularizam: servem como espaço de socialização e resgate cultural, como pode ser visto no Gráfico 19.

Número	Casado	Solteiro	Divorciado ou separado	Viúvo
Até 01	0	2	1	0
02 a 04	44	11	7	4
05 a 07	12	5	1	2
08 a 10	7	3	0	0
> 10	1	0	0	0

Tabela 39. Número de residentes e estado civil dos consumidores

Fonte: Elaborado pelos autores, 2014.

A busca recente por alimentos frescos, presumivelmente cultivados sem uso, ou em uso menos intensivo, de defensivos agrícolas e preços mais acessíveis são os atrativos que levam muitos consumidores a preferirem as feiras livres aos mercados tradicionais. (Rocha *et al.*, 2010, p. 2595).

Nesse sentido, o resultado apresentado pelo quesito qualidade (38%) e preço (43%) pode ser explicado por tal fenômeno.

Em relação às sugestões dadas pelos consumidores quanto a ações que poderiam melhorar a feira livre, 23% não opinaram; 28% apontaram a organização, sugerindo a padronização das bancas, bem como redistribuição espacial e melhores condições de circulação; 11% queixaram-se dos preços, reflexo da inflação sentida, principalmente, no valor dos alimentos; 6%, higiene; e 5% indicaram a segurança como problema, fatores que no fundo acabam afugentando muitos consumidores.

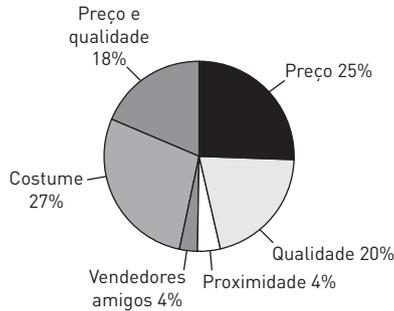


Gráfico 19. Motivos que influenciam os consumidores a demandarem na feira livre

Fonte: Elaborado pelos autores, 2014.

Conclusão

Dado o objetivo de analisar a representatividade da feira de Santana do Ipanema, observa-se que esta cumpre seu papel no que tange a sua dinâmica econômica, apesar de apresentar um elevado índice de informalidade (81,25%) e irregularidade, porém com certo grau de legalidade (91,25%), gera um número considerável de oportunidades ocupacionais (oferta) e satisfação das necessidades dos consumidores (demanda).

Os feirantes detêm um baixo grau de instrução, 62,5% são analfabetos ou possuem apenas o ensino fundamental incompleto, característico das atividades do circuito inferior, além de possuírem um nível de renda relativamente pequeno, se comparado à quantidade de pessoas que residem com eles – 58% de todos os feirantes detêm uma faixa de renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos e, entre todos os feirantes, 63,25% residem com mais 2, 3 ou 4 pessoas. Nesta situação, os auxílios governamentais têm relevância no que concerne à complementação da renda familiar dos feirantes, que se enquadram no perfil da família média brasileira.

A feira compõe um lócus em que parte massiva da população de diversos bairros e municípios circunvizinhos consegue satisfazer suas necessidades básicas de consumo de bens e serviços, por meio dos quatro principais núcleos identificados: hortifrutícola, vestuário, culinária regional e variedades. Esse processo de centralização de atividades pode ser sentido pelos diversos estabelecimentos que são identificados ao redor da feira, por estar localizado no bairro central, constituindo o Centro Comercial e de Serviços Populares, o qual tem como epicentro a feira livre, que beneficia e dinamiza a economia local. Assim, torna-se cômodo para a população consumir nesse espaço, pois reduz custos de transportes que incorreriam caso esta optasse por deslocar-se até áreas comerciais de municípios mais centrais.

Diante deste cenário, aspectos quanto à irregularidade podem ser revertidos por meio de políticas que objetivem promover o enquadramento dos estabelecimentos dentro dos padrões higiênico-sanitários aceitáveis, dada a ausência de uma legislação específica para formas de manipulação, exposição e instalação das feiras livres; assim como por meio de uma fiscalização efetivamente atuante. Outro ponto que cabe maior atenção por parte do poder público diz respeito à garantia de infraestrutura física, que possibilite um ambiente com maior nível de comodidade e segurança para os agentes envolvidos e que possa, assim, aumentar ainda mais a significância e a eficácia econômica que a feira livre desempenha na localidade.

Referências

ANVISA. **Resolução RDC n° 216/04**. Disponível em: <http://bit.ly/2I0KN9x>. Acesso em: 01 jul. 2014.

ANVISA. **Resolução RDC n° 218/05**. Disponível em: <http://bit.ly/2IWII0X>. Acesso em: 01 jul. 2014.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <http://bit.ly/2jR7dGy>. Acesso em: 16 set. 2014.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BRASIL. IBGE. **Síntese do Censo 2010**. Disponível em: <http://bit.ly/2kqwDem>. Acesso em: 29 jul. 2014.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. 2. ed. Maceió: Edufal, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

DAZA, José Luis. Informal economy, undeclared work and labour administration. **Genebra**: ILO, 2005. Disponível em: <http://bit.ly/32Cio6c>. Acesso em: 12 abr. 2014.

FONSECA, Jairo Simon; MARTINS, Gilberto de Andrade Martins. **Curso de estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de Pesquisa em Economia e elaboração de monografias**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia popular. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 101-109.

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Miriam C. S. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico**, v. 2, n. 4, p. 72-87, 2008.

ROCHA, Hélio Carlos *et al.* Perfil socioeconômico dos feirantes e consumidores da Feira do Produtor de Passo Fundo, RS. **Revista Ciência Rural**, v. 40, n. 12, p. 2593-2597, 2010.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**: os Dois Circuitos da Economia Urbana dos países Subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SOARES, Marden Marques; SOBRINHO, Abelardo Duarte de Melo. **Microfinanças**: O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. 2. ed. Brasília: BCB, 2008. Disponível em: <http://bit.ly/2jThOkk>. Acesso em: 28 maio 2014.

SOBRE OS AUTORES

Organizadores:

Anderson Moreira Aristides dos Santos: Doutor em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Professor na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Trabalha com economia da saúde, pobreza e desigualdade e políticas públicas.

Anderson David Gomes dos Santos: Doutorando em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Professor na UFAL. Trabalha com economia política da comunicação, transmissões esportivas, futebol e políticas públicas de comunicação.

Rafael de Oliveira Rodrigues: Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor na UFAL. Trabalha com antropologia urbana, patrimônio cultural e museus.

Autores:

Alcides José de Omena Neto: Professor da UE Santana do Ipanema/Campus Sertão da UFAL.

Célio Cabral da Silva: Graduado em Economia na UE Santana do Ipanema/Campus Sertão da UFAL.

Egladjane Gadi dos Santos: Graduada em Economia na UE Santana do Ipanema/Campus Sertão da UFAL.

Ermeson Henrique Silva dos Reis: Graduado em Economia na UE Santana do Ipanema/Campus Sertão da UFAL.

José Francisco Oliveira de Amorim: Professor da FEAC/UFAL.

José Jefferson Barbosa Oliveira: Graduado em Economia na UE Santana do Ipanema/Campus Sertão da UFAL.

Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa: Professor da UE Santana do Ipanema/Campus Sertão da UFAL.

Mariza Dácia de Matos: Graduada em Economia na UE Santana do Ipanema/Campus Sertão da UFAL.

Natallya de Almeida Levino: Professora da FEAC/UFAL.

Rodolfo Vilar dos Prazeres: Graduado em Economia na UE Santana do Ipanema/Campus Sertão da UFAL.

Vitória Reis: Graduada em Economia na UE Santana do Ipanema/Campus Sertão da UFAL.

Título	Ensaio sobre a economia do Sertão de Alagoas
Organizadores	Anderson Moreira Aristides dos Santos Anderson David Gomes dos Santos Rafael de Oliveira Rodrigues
Coordenação Editorial	Simone Silva
Assistência Editorial	Andressa Marques Giovanna Ferreira Taís Rodrigues
Capa	Matheus de Alexandro
Projeto Gráfico	Larissa Codogno
Assistência Gráfica	Bruno Balota
Preparação	Thaís Fernanda Cezarino
Revisão	Renata Moreno
Formato	14x21cm
Número de Páginas	182
Tipografia	Book Antiqua
Papel	Alta Alvura Alcalino 75g/m ²
1ª Edição	Dezembro de 2019

Caro Leitor,
Esperamos que esta obra tenha
correspondido às suas expectativas.

Compartilhe conosco suas dúvidas e sugestões:

sac@editorialpaco.com.br

 11 98599-3876

Publique sua obra pela Paco Editorial

EDIÇÃO DE QUALIDADE, DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NACIONAL



Teses e dissertações

Trabalhos relevantes que representam contribuições significativas para suas áreas temáticas.



Grupos de estudo

Resultados de estudos e discussões de grupos de pesquisas de todas as áreas temáticas.



Capítulo de livro

Livros organizados pela editora dos quais o pesquisador participa com a publicação de capítulos.



Técnicos e Profissionais

Livros para dar suporte à atuação de profissionais das mais diversas áreas.

Envie seu conteúdo para avaliação:

livros@pacoeditorial.com.br

11 4521-6315

 11 95394-0872

www.editorialpaco.com.br/publique-na-paco/

Todo mês novas chamadas são abertas:

www.editorialpaco.com.br/capitulo-de-livros/

Conheça outros títulos em
www.pacolivros.com.br

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú – 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100